



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA**

ROBELLE SILVA DAMASCENO

**TRAJETÓRIAS REPRODUTIVAS DE MULHERES NEGRAS
EM SITUAÇÃO DE RUA: MEMÓRIAS DE UM CORPO
SANKOFA**

Salvador
2021

ROBELLE SILVA DAMASCENO

**TRAJETÓRIAS REPRODUTIVAS DE MULHERES NEGRAS
EM SITUAÇÃO DE RUA: MEMÓRIAS DE UM CORPO
SANKOFA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, dirigida como parte dos requisitos para aquisição do título de Mestra em Antropologia.

Orientadora: Profa. Dra. Cíntia Beatriz Müller.

Salvador
2021

Dados Internacionais de Catalogação
Débora Tourinho de Santana CRB-5/1830

R638t Damasceno. Robelle Silva.

Trajatórias reprodutivas de mulheres negras em situação de rua:
memórias de um corpo Sankofa. / Universidade Federal da Bahia – UFBA
– 2021.

157 f, il.

Orientador: Profa. Dra. Cíntia Beatriz Müller.

Dissertação (Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Antropologia, do Departamento de Antropologia e Etnologia) –
Universidade Federal da Bahia Salvador – UFBA, 2021.

1. Direito Reprodutivo. 2. Mulheres Negras. 3. Situação de Rua 4.
Trajetória Reprodutiva. I Müller, Cíntia Beatriz. II UFBA. III Título.

CDD:808.882

CDU: 305.4



Universidade Federal da Bahia

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA)

ATA Nº 31

Ata da sessão pública do Colegiado do PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA (PPGA), realizada em 27/11/2021 para procedimento de defesa da Dissertação de MESTRADO EM ANTROPOLOGIA no. 31, área de concentração Antropologia, do(a) candidato(a) ROBELLE SILVA DAMASCENO, de matrícula 218122524, intitulada Trajetórias Reprodutivas de Mulheres Negras em Situação de Rua: Memórias de um Corpo Sankofa. Às 14:30 do citado dia, "por videoconferência", foi aberta a sessão pelo(a) presidente da banca examinadora Prof.^a. Dra. CINTIA BEATRIZ MULLER que apresentou os outros membros da banca: Prof.^a. Dra. JAMILE BORGES DA SILVA e Prof.^a. Dra. EMANUELLE FREITAS GOES. Em seguida foram esclarecidos os procedimentos pelo(a) presidente que passou a palavra ao(à) examinado(a) para apresentação do trabalho de Mestrado. Ao final da apresentação, passou-se à arguição por parte da banca, a qual, em seguida, reuniu-se para a elaboração do parecer. No seu retorno, foi lido o parecer final a respeito do trabalho apresentado pelo(a) candidato(a), tendo a banca examinadora aprovado o trabalho apresentado, sendo esta aprovação um requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre. Em seguida, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelo(a) presidente da banca, tendo sido, logo a seguir, lavrada a presente ata, abaixo assinada por todos os membros da banca.

Dra. EMANUELLE FREITAS GOES, Fiocruz-Ba

Examinadora Externa à Instituição

Dra. JAMILE BORGES DA SILVA, UFBA

Examinadora Externa ao Programa

Dra. CINTIA BEATRIZ MULLER, UFBA

Presidente

ROBELLE SILVA DAMASCENO

Mestrando(a)

*Ao meu filho, amor de minha vida, Dembwa Oni: obrigada por ter me escolhido para
me tornar sua mãe! E a minha afilhada, muito amada, Sophia Valentine!
Crianças são ancestrais em Terra.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos Orixás, o que seria de mim sem a sabedoria e amor de Oxum e sem a força de Ôba e sem Ogum abrindo os meus caminhos? Nada seria, nada teria acontecido, porque como diz Racionais MC “sozinho cê não aguenta”. Mas tem uma mulher que antes de falar outras coisas, eu gostaria de reverenciá-la: Dona Sete Saias, uma mãe, uma conselheira, aquela que segurou a minha mão e me conduziu nas ruas do Centro Histórico de Salvador, aquela que fez os encontros com as mães negras das ruas acontecerem, a mulher de minha vida. E agradeço profundamente a mim mesma que para além de contar com as energias que me movimentam, contei com minha força de vontade, seriedade e dedicação ao realizar essa pesquisa.

Ejigbo Oní, meu amor, meu parceiro, meu amigo, esse documento vai ficar pra história, assim como o respeito e amor que temos um pelo outro. Obrigada meu bem, por todas as noites que você teve que cuidar de nosso filho para que eu pudesse escrever na madrugada, obrigada por eu ver em sua cara que você é muito meu fã, rs. Obrigada por ter decidido construir ao meu lado o que hoje chamamos de família, sem você ao meu lado tudo teria sido muito mais difícil.

Minha tia Rita Almeida Damasceno, obrigada por ter investido e confiado em mim ainda quando eu tentava entrar na universidade, seu amor me movimenta. Iris Araújo, nossa Regina, muito obrigada mulher, por toda parceria na vida, por todo amor e incentivo. Melquiades Araújo, obrigada primo por todo incentivo. Minhas irmãs, Camila Damasceno e Samilla Damasceno, eu nunca vi pessoas serem tão orgulhosas de outra como sinto que vocês são de mim, eu sempre vi nos olhos de vocês a felicidade por cada conquista minha, obrigada. Ao meu irmão Darlan Damasceno, me espelhei muito em você para ter coragem de conquistar meus objetivos sem pestanejar. Meu primo Clebel Cordeiro, nossa parceria é das antigas e te agradeço por vibrar pela minha felicidade e conquistas.

E nesse caminhar da vida, eu encontrei pessoas que foram fundamentais para a produção dessa pesquisa, pois me sustentaram em amor e confiança: Deméter Gramacho, minha amiga, minha irmã, até campo você já foi fazer comigo para que eu

não estivesse sozinha com aquele barrigão, lhe agradeço por toda parceria e amizade, te amo. Mateus Aragão, obrigada meu irmão, por todo incentivo. Thais Barros e toda família, obrigada pelo acolhimento. Natália Cassi, minha irmã, me faltam palavras para agradecer os dias que você se predispôs a cuidar de Dembwa como se fosse seu filho para que eu conseguisse escrever, jamais esquecerei disso, lhe agradeço profundamente. Dudu Ribeiro, Karol Duarte e Iwá, meus sinceros agradecimentos por cada diálogo, por todo acolhimento e incentivo que tive de vocês nessa caminhada, em tempos pandêmicos, o que seria de nós se não fosse nós? Agradeço por este encontro!

Neide Rêgo, minha Neidinha, obrigada meu amor, por todas as vezes que durante o mestrado (e além) eu pude contar com você, escrever sobre esse tema foi difícil, mas eu também escrevi por você. Amanda Rosa, não esquecerei a sua disponibilidade em me acolher em momentos que precisei durante meu processo de vida e mestrado, muito grata por tudo. Luana Malheiro, obrigada por ter me apresentado o debate sobre populações em situações de rua e ter me incentivado ainda quando eu estava na graduação a pesquisar sobre o tema, você é uma referência! Yasmim Ferraz, Yayá, sou muito grata por seu amor e por todo cuidado que teve comigo em minhas crises de ansiedade nessa produção e na vida, lhe honro. Isis Abena, irmã, obrigada por ser escuta quando ainda planejava fazer um mestrado, te agradeço por ter me oferecido incentivo, força e acolhimento. Gabriela Silva, obrigada minha amiga por sempre poder contar com você, nosso amor é das antigas. Issa Mulumba, obrigada pivas por todas as trocas sobre o tema, diálogos e campo etnográfico no Beco do Mota.

Durante esse percurso do mestrado eu não poderia deixar de citar Gabriela Bacelar, Jade Lôbo, Lucas Barbosa e Marcos Paulo Silva por não terem largado a minha mão, fomos e seremos sempre o grupo dos cinco, os e as que não permitiram serem silenciados(as), nossa união foi nossa força e nossa força foi nossa vitória! Professora Cíntia Muller, feliz por ter sido sua orientanda, obrigada pela paciência, incentivo e troca, posso dizer que fui orientada com qualidade e responsabilidade. Professor Milton Júnior, também lhe agradeço por ter sido um professor que se absteve da neutralidade e tomou partido frente às demandas de seus e suas alunas negras durante o mestrado, e por um tempo me orientou com tanto afinco. Professora, doutora, mulher negra e pesquisadora, minha querida Emanuelle Goes, obrigada por

tudo, você por vários momentos me deu régua e compasso nessa caminhada, Osùn te abençoe.

Chegando ao final desses agradecimentos quero agradecer as pessoas pelas quais são as grandes responsáveis pelo conteúdo dessa dissertação, às mulheres negras em situação de rua que toparam comigo essa empreitada, meus mais sinceros votos de agradecimentos, sem elas, sem vocês mulheres, essa dissertação não teria tanta vida!

Se hoje eu sou e se eu existo, devo ao meu pai Roque de Almeida Damasceno e Umbelina da Silva. Painho, te agradeço pela existência e saúdo a minha mãe, que mesmo não tendo sido criada pela mesma, honro e agradeço por ter também feito um movimento Sankofa, pois, não podendo me criar confiou ao meu pai e família paterna esse cuidado, admiro pela coragem e amor. Aos dois, meu amor e respeito, dedico a ambos essa dissertação.

E para todas as pessoas que, porventura, leiam esse trabalho, vos dedico e já lhes agradeço pela confiança.

Modupé, Orisà. Laroyê Esù.

*(Grada Kilomba - Enquanto eu escrevo *)*
Às vezes eu temo escrever.
A escrita se transforma em medo,
Para que eu não possa escapar de tantas
Construções coloniais.
Nesse mundo,
Eu sou vista como um corpo que
Não pode produzir conhecimento,
Como um corpo fora do lugar.
Eu sei que, enquanto escrevo,
Cada palavra escolhida por mim
Será examinada,
E, Provavelmente, deslegitimada.
Então, por que eu escrevo?
Eu tenho que fazê-lo
Eu estou incrustada numa história
De silêncios impostos,
De vozes torturadas,
De línguas interrompidas por
Idiomas forçados e
Interrompidas falas.
Estou rodeada por
Espaços brancos
Onde, dificilmente, eu posso adentrar e permanecer.
Então, por que eu escrevo?
Escrevo, quase como na obrigação,
Para encontrar a mim mesma.
Enquanto eu escrevo
Eu não sou o Outro
Mas a própria voz
Não o objeto,
Mas o sujeito.
Torno-me aquela que descreve
E não a que é descrita
Eu me torno autora,
E a autoridade
Em minha própria história
Eu me torno a oposição absoluta
Ao que o projeto colonial predeterminou
Eu retorno a mim mesma
Eu me torno: existo.

(Grada Kilomba – Enquanto eu escrevo)*

DAMASCENO, Robelle Silva. Trajetórias Reprodutivas de Mulheres Negras em Situação de Rua: Memórias de um Corpo Sankofa. 2021. Orientadora: Profa. Dra. Cíntia Beatriz Müller. 157 f. il. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Antropologia e Etnologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2021.

RESUMO

Esse trabalho trata sobre trajetórias reprodutivas de mulheres negras em situação de rua que transitam e habitam no centro da cidade de Salvador. A partir desse objeto de estudo, que são as trajetórias reprodutivas dessas mulheres, abordo sobre suas trajetórias de vida, que envolve a relação destas com seus e suas familiares, relações afetivas e experiências que não se limitam às suas experiências a partir da situação de rua, mas antes disso. Dessa forma, apresento trajetórias de vida que não se restringem às questões reprodutivas mas as constituem, bem como abordo sobre os motivos que levaram as interlocutoras à situação de rua, e os motivos que as fizeram permanecer, levando em consideração o contexto da população em situação de rua atrelado ao contexto da população negra da cidade. Essa pesquisa tem por intuito resgatar a partir das narrativas das interlocutoras de pesquisa suas experiências reprodutivas estando elas em situação de rua, suas gestações, abortos e desfechos a partir dessas experiências e maternidades. Trato também da relação destas com equipamentos de saúde, assistência social e as relações que estabelecem em seus processos reprodutivos a partir da rua, sendo este o local de sustento e moradia. Essa dissertação, possibilita também uma leitura sobre maternidade a partir das perspectivas das interlocutoras, o que me possibilitou que através do narrado pelas mesmas eu desenvolvesse assim o que chamo enquanto *corpo sankofa*.

Palavras-Chaves: Direito Reprodutivo. Mulheres Negras. Situação de Rua. Trajetória Reprodutiva.

DAMASCENO, Robelle Silva. Reproductive Trajectories of Black Women in the Street Context: Memories of a Sankofa Body. 2021. Thesis advisor: Profa. Dra. Cíntia Beatriz Müller. 157 f. il. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Antropologia e Etnologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, do Departamento de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2021.

ABSTRACT

This thesis deals with the different trajectories of homeless black women living in and around downtown and the historic district of Salvador, State of Bahia, who are pregnant or going through issues related to reproductive complications. These women are the focus of this research, with regards to their daily everyday experiences and struggles, which include their relationships with their families and partners. These experiences are not only limited to their personal reality as homeless women, but also to a pre-existing faulty system. The stories of the women presented in this paper are not limited to their fights and struggles during their difficult pregnancies – which are only part of a whole and much more complex situation. This research paper aims to connect the various aspects and reasons that led these brave homeless women to remain stuck in this chaotic social status, in which the black people of Salvador are amongst the first individuals to suffer its consequences. The reality is these women must deal with many insecurities and difficult conditions inherent to the streets of an unsafe big city. These issues include being pregnant amidst a reality of an almost total lack of social support that causes prenatal anxiety and, eventually, abortion. These issues are told here in their own words. This paper also discusses the connections between their struggles to find adequate health services and social assistance, and the reproductive personal processes as homeless individuals. To conclude, after having established a close communication with the women presented in this thesis - which included a reading of what the concept of maternity means to them – the author developed an idea and a concept named by herself as *corpo sankofa*.

Keywords: Reproductive Trajectory. Black Women. Street Situation. Reproductive Rights.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PSR	População em Situação de Rua
MNPR	Movimento Nacional da População de Rua
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
Condepe	Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
PNPSR	Política Nacional para População em Situação de Rua
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico
DPE-BA	Defensoria Pública do Estado da Bahia
RENFA	Rede Nacional de Feministas Antiproibicionista
SEMPS	Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza de Salvador
Seas	Serviço Especializado de Abordagem Social
UAE	Unidade de Acolhimento Emergencial
UAIs	Unidades de Acolhimento Institucional
PopRua	Movimento de População de Rua
IVE	Interrupción Voluntaria Delembarazo
AID	Agency for International Development
CEPAIMC	Centro de Pesquisas de Assistência Integrada a Mulher e a Criança

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	ENTENDENDO A ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO: O QUE DIZEM OS CAPÍTULOS?.....	16
1.2	PERCURSO METODOLÓGICO: O CAMPO E ACESSO ÀS INTERLOCUTORAS DE PESQUISA.....	18
2.	POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: SALVADOR NEGRA QUE NÃO NEGA SUAS DESIGUALDADES NAS RUAS.....	22
2.1	QUANTO VALE UM CORPO NEGRO FEMININO EM SITUAÇÃO DE RUA?.....	23
2.2	UM BREVE HISTÓRICO DAS LUTAS DAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL.....	25
2.3	DO CONTEXTO DA POPULAÇÃO NEGRA EM SALVADOR AO CONTEXTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DA CIDADE.....	29
2.4	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DA REGIÃO CENTRAL DE SALVADOR! QUEM SÃO ELAS?.....	35
2.5	MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA EM SALVADOR.....	42
3.	TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS INTERLOCUTORAS: DANDO VOZ ÀS MEMÓRIAS.....	51
3.1	TRAJETÓRIA DE VIDA.....	52
3.2	DANDO VAZÃO AS MEMÓRIAS.....	52
3.3	AO QUE SE REFERE AO CORPO NA ANTROPOLOGIA CAMINHO EM DIREÇÃO AO CORPO PROPOSTO POR BEATRIZ NASCIMENTO.....	55
3.4	CORPO SANKOFA: UM MOVIMENTO ATRAVÉS DA GESTAÇÃO E OS CAMINHOS APONTADOS PELA MATERNIDADE.....	61
3.5	TRAJETÓRIAS DE VIDA: MALOCA E DASDORES DE OYÁ.....	64
3.5.1	Maria Maloca.....	66
3.5.2	Dasdores de Oyá.....	76
4.	TRAJETÓRIAS REPRODUTIVAS: UMA ANÁLISE SOBRE A REPRODUÇÃO E OUTRAS DIMENSÕES.....	85
4.1	DOS ABUSOS SEXUAIS ÀS RUAS.....	90

4.2	ABORTOS, GESTAÇÕES E MATERNÂNCIAS: UM EMARANHADO DE DORES E NEGAÇÃO DE DIREITOS QUE SE DÁ ENTRE O DIREITO DE (NÃO) ABORTAR E O DIREITO DE (NÃO) GESTAR.....	95
4.2.1	Sobre os abortos: “eu estava sangrando já a três dias e três noites, achei que morreria, mas também tinha medo de ir sozinha e não ser atendida ou de ser presa”	96
4.2.2	Decisão pelo aborto: Motivos e sentimentos.....	109
4.3	UM DIÁLOGO NECESSÁRIO SOBRE GESTAÇÕES E MATERNIDADES..	112
4.3.1	A gestação de Maria: “E eu não posso ser uma mãe?”	116
4.3.2	Dança do Viver: O filho de Maloca – “Nasceu, nasceu, nasceu...”	127
4.3.3	A gestação de Dasdores: “<i>Minha gravidez não é problema. Minha vida pesa mais que minhas barrigas...</i>”	129
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
	REFERÊNCIAS.....	148

1. INTRODUÇÃO

Hoje no Brasil temos uma população em situação de rua estimada em 220 mil pessoas, segundo a nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (NATALINO, 2020) esse número teve grande expressividade pelo aumento de 140% nessas condições entre os anos de 2012 e 2020. Essa mesma pesquisa demonstra que na proporção que a população em situação de rua (PSR) aumentou, sobretudo, em regiões do nordeste e sudeste do país, não foi observado uma crescente nas políticas públicas destinadas à população de rua, ainda que diante desse aumento expressivo, especialistas indicam nesse sentido a necessidade de se pensar em políticas públicas adequadas a essas localidades.

Todavia, os motivos relacionados ao aumento da população em situação de rua no Brasil está associado a fatores que se atenuaram a partir do ano de 2019, sendo a crise econômica e em particular o aumento do desemprego e da pobreza fatores importantes para a explicação do ocorrido (NATALINO, 2020).

A população em situação de rua no Brasil é formado por um público heterogêneo, que compartilham de vulnerabilidades comuns, como a falta de alimentação, moradia, renda e partem de laços familiares fragilizados, mas não necessariamente todas as pessoas que possuem as ruas como lugar de habitação rompem com suas famílias, é mais comuns os casos pelos quais os motivos de ida as ruas estão associados com problemas domésticos, como violências físicas e psicológicas, e abusos e violências sexuais sofridas no âmbito familiar.

O fato do Brasil não realizar contagem oficial da população em situação de rua em nível nacional acaba por subestimar o fenômeno, o que faz deixar de fora não apenas números, mas vidas e situações pelas quais acabam se tornando invisíveis para o poder público, o que influencia em seu potencial de ações públicas para sanar determinadas demandas oriundas da população de rua. Nesse sentido, ainda que tenhamos dados e estimativas importantes sobre a população de rua do Brasil, são as pesquisas qualitativas que se aprofundam na investigação sobre determinados assuntos que envolvem a população em situação de rua.

Em Salvador, por exemplo, temos uma população em situação de rua estimada em 17 mil pessoas nessa condição, como relata a pesquisa realizada em 2017 pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), União dos Baleiros e o Projeto Axé

(CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017). No entanto, ainda que a pesquisa apresente dados extremamente relevantes, como o perfil da população em situação de rua na cidade, demonstrando que em sua grande maioria são pessoas negras, algumas realidades vivenciadas por essas mesmas pessoas em situação de rua não são capturadas, como a realidade das mulheres em situação de rua, sobretudo dados que dizem respeito a seus processos reprodutivos.

No entanto, quando decidi por este tema de pesquisa, uma das primeiras coisas que fiz foi verificar as produções direcionadas às mulheres em situação de rua na cidade, encontrei pesquisas pelas quais apontaram características e situações comuns a toda população de rua (MIRANDA, 2016; ROCHA, 2018; VERAS *et al.*, 2014), mas nenhuma direcionada às questões reprodutivas e sexuais dessas mulheres.

Em 2018 tive a oportunidade de convidar uma mulher em situação de rua, a qual eu já tinha contato para participar de minha pesquisa referente à conclusão de curso em Ciências Sociais pela UFBA. Essa pesquisa de caráter qualitativo teve como objetivo investigar os itinerários abortivos de mulheres negras oriundas de bairros periféricos da cidade. Porém, ao decorrer da pesquisa, percebi que tratar de mulheres negras domiciliadas e suas questões de ordem reprodutiva era uma coisa, e adentrar nas questões reprodutivas de mulheres negras em situação de rua era outra. Não que os dois grupos de mulheres negras não tivessem questões em comum, mas a situação de rua exigia outros olhares, outras observações.

Dessa forma, retornei a Maria, mulher em situação de rua pela qual eu teria convidado para pesquisa, e informei que por recomendação até mesmo de minha orientadora na época, o ideal seria um estudo voltado para as questões reprodutivas de mulheres em situação de rua, pois, um trabalho de conclusão de curso não daria conta de uma análise mais aprofundada sobre o tema. Ao colocar essa questão para Maria, a mesma me fez prometer que eu continuaria investigando sobre o tema e num momento oportuno a chamaria novamente, e assim ficou acordado.

A partir do meu tema de conclusão de curso, sobre abortos entre mulheres negras de Salvador, as experiências das interlocutoras de pesquisa me informaram que a junção do racismo, sexismo e demais opressões lhes colocavam em desvantagens em seus processos reprodutivos. Seus itinerários abortivos foram marcados pela solidão da escolha do método ao procedimento, outras foram abandonadas pelos seus companheiros e muitas vivenciaram circunstâncias de quase

morte devido aos abortos realizados em locais insalubres e com profissionais não qualificados para o processo. Sabida dessas informações, e atendendo o prometido para Maria, no mesmo ano que defendi a monografia, passei para o mestrado em antropologia, com o tema “Aborto entre mulheres em situação de rua em Salvador”.

O tema não se modificou, mas se ampliou para *Trajetórias Reprodutivas de Mulheres Negras em Situação de Rua*, uma vez que, o próprio campo etnográfico e as narrativas das interlocutoras dessa pesquisa, me direcionaram a este caminho. Nesse sentido, diante do contexto da população em situação de rua em Salvador, majoritariamente composta por pessoas negras, e diante dos resultados de pesquisa sobre os abortos de mulheres negras na cidade, a questão racial não entrou como recorte nessa pesquisa de mestrado, mas como uma categoria analítica e definidora, dos temas à serem abordados à escolha das interlocutoras.

Sendo assim, esta dissertação teve como objetivo geral: registrar e analisar a trajetória reprodutiva de mulheres com trajetória de vida nas ruas do Centro da cidade de Salvador e apreender os significados que essas atribuem à suas experiências no contexto em que se encontram. E enquanto objetivos específicos procurou: compreender o cotidiano dessas mulheres nas limitações do Centro de Salvador e as redes de relações sociais desenvolvidas pelas mesmas e compreender quais processos as levaram à rua e como isso refletiu em suas trajetórias reprodutivas.

1.1 Entendendo a estrutura da dissertação: o que dizem os capítulos?

O presente estudo trata das trajetórias reprodutivas de mulheres negras em situação de rua em Salvador. Mas não somente sobre isso, uma vez que a partir dos diálogos sobre suas experiências reprodutivas outras dimensões de suas vidas foram colocadas à mesa. Histórias e acontecimentos que informam sobre suas trajetórias de vida antes e depois de suas chegadas às ruas de Salvador, bem como informam sobre relações que dizem respeito ao contexto familiar das interlocutoras de pesquisa e a relação destas com seus episódios reprodutivos antes das ruas e estando nelas.

No primeiro capítulo apresento um breve histórico das lutas da população em situação de rua no Brasil, sendo necessário para elucidar até mesmo o porquê de

chamá-las de pessoas em situação de rua e não moradores de rua, sendo este primeiro termo uma conquista do Movimento Nacional de População em Situação de Rua (MNPR). Dessa forma, apresento também um sucinto panorama sobre as condições pelas quais a população negra se encontra na cidade, no que diz respeito à educação, moradia, emprego, saúde, escolaridade, dentre outros fatores que indicam as reais condições dessa população na cidade mais negra do Brasil. Esse movimento de expor alguns indicadores sociais sobre a população negra de forma geral, contribuiu para compreender sobre os fatores que contribuem para que hoje tenhamos uma grande maioria de pessoas negras em Salvador em situação de rua. Dessa forma, inicio o capítulo questionando “Quanto vale um corpo negro feminino em situação de rua?” Essa pergunta é respondida não somente ao longo do texto, mas no parágrafo seguinte à pergunta, onde apresento um relato que presenciei na porta de minha casa, que ocorreu com Dona Rute, uma senhora idosa que estava em situação de rua.

No segundo capítulo apresento as trajetórias de vida de Maria Maloca e Dasdores de Oyá. Tais nomes foram as mesmas que escolheram para serem identificadas aqui nesta pesquisa, uma vez que para garantir o anonimato das mesmas, e não as expor, pedi que cada uma me dissesse um nome pelo qual se sentiria representada. No entanto, para além de Maria e Dasdores, interlocutoras diretas dessa pesquisa, eu pude contar com a colaboração de outras mulheres em situação de rua que em momentos pontuais compartilharam comigo episódios e fatos sobre suas experiências reprodutivas. Infelizmente, não foi possível acompanhar o cotidiano dessas mulheres, sobretudo pelo fato das mesmas acordarem que para elas seria melhor vez ou outra conversarmos sobre, mas não assumiriam o compromisso de serem interlocutoras diretas da pesquisa. O que não impediu que as mesmas contribuíssem de forma significativa para essa pesquisa, as chamo de Kênia, Maia e Nina para identificá-las.

Ainda no capítulo dois apresento três categorias fundamentais para compreensão do que chamo enquanto Corpo Sankofa, onde as noções de *trajetória de vida*, *memória* e *corpo*, apesar de serem separadas para melhor elucidadas, só fazem sentido nessa pesquisa se forem trabalhadas conjuntamente, fornecendo assim elementos significativos para a compreensão das trajetórias reprodutivas das interlocutoras. Apresento assim o debate de Memória e Corpo presente na antropologia, abordando também o conceito de corpo que utilizo a partir da abordagem

de Beatriz Nascimento, bem como o que considero nesta pesquisa enquanto trajetória de vida. O interessante nesse capítulo dois é o acesso que ele permite que tenhamos as histórias de vida de Maria e Dasdores, onde moraram, onde nasceram, como viveram antes de chegar as ruas, a relação destas com seus familiares e sobre suas relações sexuais e afetivas e sobre suas experiências no âmbito da sexualidade de reprodução.

Já no terceiro capítulo apresento as trajetórias reprodutivas de Maria e Dasdores as inter cruzando com elementos fornecidos sobre as experiências de Nina, Kênia e Maia. Nesse sentido, explano sobre em qual contexto engravidaram, gestaram e/ou abortaram, os processos de maternar e as relações em torno da maternidade – estando elas no contexto de rua –, e o que essas experiências significaram para as mesmas. Nesse sentido, ao tratar sobre suas trajetórias reprodutivas a relação destas com os equipamentos públicos de saúde, bem como suas relações e modos de vida a partir da rua foram abordados, sendo assim esses elementos fundamentais para compreender tais trajetórias reprodutivas. Assim, finalizo este capítulo apontando que mesmo em meio às dificuldades encontradas a partir de suas trajetórias de vida e estando elas em situação de rua continuam trazendo novas vidas ao mundo e ressignificando diante de suas realidades as formas pelas quais encontram de maternância, recorrendo a familiares como avós, tias e mães para que seja possível a permanência de suas crianças em seu seios familiares, ainda que estas não retornem a seus lares de origem.

1.2 Percurso metodológico: o campo e acesso às interlocutoras de pesquisa

Laplantine (2004) ao explicar sobre a experiência etnográfica a partir da experiência da alteridade, aponta sobre a dificuldade que temos em fixar o olhar para aquilo que nos parece habitual, dificultando assim enxergarmos para além daquilo que achamos que estamos vendo. No entanto, para enxergar situações e realidades que envolvem os(as) sujeitos(as) pesquisadas mais de perto, o campo etnográfico entra como uma ferramenta, que se otimizada, possibilita esse movimento. Nesse sentido, como dito por Carvalho Filho (2010), “o tempo de campo torna-se então um aspecto

fundamental para se observar o ciclo e os costumes do grupo, tendo em vista uma construção de experiência única [...]” (p. 123).

Concordando com Carvalho Filho (2010), de fato o campo foi a melhor experiência que pude ter nesse processo que resultou nessa dissertação. Foram quase três anos acompanhando Dasdores de Oyá e Maria Maloca, mais de perto. Antes mesmo de compreendê-las enquanto interlocutoras de pesquisa, eu já tinha uma certa proximidade com ambas. Minha atuação na Rede Nacional de Feminista Antiproibicionista, possibilitou essa aproximação com Maria, relação que foi se desenvolvendo na medida em que ela também se aproximava de outros espaços em que eu participava, como os movimentos de mulheres da cidade. Já Dasdores, era a pessoa pela qual eu sempre encontrava quando estava nos bares e restaurantes da cidade, sobretudo, à noite. O fato dela ser uma mulher em situação de rua que partia da mendicância de dinheiro e alimento para sobreviver, lhe direcionava às mesas de clientes destes espaços. Foi a partir desse contexto, que se tornou habitual encontrá-la, se estendendo às vezes em que a encontrava cotidianamente no dois de julho, ou na Praça da Piedade.

No entanto, foi a partir do campo etnográfico, e no exercício da observação participante (VELHO, 1978), um método advindo das práticas etnográficas para chegar mais perto da situação e sujeitas observadas, que ao exercer “uma interlocução efetiva” e afetiva, construí com as interlocutoras desta pesquisa uma relação de confiança, cumplicidade, e respeito, como proposto por Geertz (1989) para ir além de uma relação de campo que seja baseada no colhimento de dados, pois, o trabalho de campo antropológico consiste em estabelecer relações com pessoas (GEERTZ, 1989 apud URIARTE, 2012), e não com dados.

Porém, por mais intimidade que eu tivesse com as interlocutoras, foi a partir de uma escuta atenta, que em encontros casuais ou marcados, conversávamos sobre suas vidas e em diversos momentos, elas me ofereceram uma escuta atenta, pois não era apenas eu que queria saber de suas vidas, elas também questionavam sobre a minha, e em diversos momentos compartilhei minhas dores com cada uma delas. Principalmente quando as mesmas ao me pedirem dinheiro para alimentação – sendo este o acordo que teria feito com cada uma delas, que ninguém falaria de barriga vazia – eu justificava a pouca quantidade de dinheiro oferecido, relatando para as mesmas que a quantidade ofertada, bem como o transporte que eu teria pego para encontrá-las era fruto de doações feitas por amigos e amigas, estando eu desempregada e

como outros irmãos e irmãs negras/as no mestrado, não estaríamos ainda recebendo bolsa de pesquisa.

Dasdores e Maria já estavam acostumadas a participarem de pesquisas realizadas por alunos(as) de mestrado e doutorado, sobretudo, com temas envolvendo o uso de drogas e prostituição. Nesse contexto, já sabiam também que estes alunos(as) recebiam uma bolsa para subsidiar suas pesquisas, e exigiam um retorno material. Dessa forma, mesmo muitas vezes esse retorno material não acontecendo em determinados encontros, e supridos em outros, ambas nunca se negaram a estar comigo, o que não quer dizer que em diversas vezes não me foi negado o acesso a suas trajetórias de vida.

Percebi que em muitos momentos chegar com um gravador ou com um caderno de campo em mãos me distanciava delas, pois, compreendi que para ter acesso a determinadas subjetividades a pesquisadora precisa também acessar as subjetividades das relações, que não é construída a partir de entrevistas estruturadas e nem pelo jogo de pergunta/resposta. No entanto, para que o diálogo fluísse de maneira simples e orgânica, em determinados momentos abri mão de alguns equipamentos metodológicos necessários nessa empreitada etnográfica, mas abri espaço para outras estratégias. Uma delas, era sentar com essas mulheres na calçada, na escadaria do Carmo¹, nas ruas e becos que faziam parte de seus trajetos no centro da cidade e, tomar uma cerveja, fumar um cigarro e conversar sobre a vida delas. Dessa maneira, para não perder suas narrativas acreditando na capacidade que eu poderia ter para armazenar tudo em minha memória, gravar nossas conversas a partir do celular, já não as impediam de falar, pois, como uma vez me disse Maria “a gente conversando aqui e eu nem lembrei que você tava gravando aí no celular”. Isso porque, eu sempre avisava quando estava gravando, e ao colocar o celular em lugares não a mostra, permitia que as mesmas esquecessem, o que fazia fluir nosso diálogo. Ao final de cada diálogo, lhes avisa do registro e pedia permissão para transcrever e usar o material, em determinados momentos, algumas de suas falas não foram permitidas pelas mesmas para servir de material de análise a ser exposto.

A necessidade de levar em consideração às trajetórias de vida de Maria e Dasdores, se deu logo no início de nossos diálogos a partir da pesquisa, pois compreendi que suas trajetórias de vida não ficaria restrita apenas ao material aqui

¹ Fica localizada no bairro do Santo Antônio.

produzido, mas foi uma estratégia para se ter acesso às suas trajetórias reprodutivas. Perguntar diretamente a elas sobre suas experiências reprodutivas era reduzi-las a um objeto e objetivo de pesquisa, perguntá-las sobre suas vidas era compreender suas existências para além de recortes, é impossível conhecer experiências em suas totalidades – como propõe o método etnográfico – separando os sujeitos e sujeitas de suas histórias de vida.

Por fim, saliento que tudo aqui escrito é fruto desse processo de “jogo de cintura”, que não diz respeito somente a dados coletados, informações sistematizadas e teorias aplicadas, mas diz respeito a vidas, às pessoas, que não devem ser reduzidas a objetos de análises e pesquisas. Na verdade, não tive acesso somente às trajetórias reprodutivas de mulheres em situação de rua, tive acesso a histórias de mulheres negras incríveis e resilientes, tive acesso a Corpos Sankofas², e vejo nelas o mesmo movimento feito por minha mãe para que hoje eu pudesse estar aqui escrevendo. Mulheres negras que recorrem a familiares e comunidades negras para que suas maternidades sejam possíveis. Finalizo em lágrimas essa introdução ao relembrar de tudo o que foi vivido entre/com e a partir das mulheres que fizeram parte e são partes fundamentais dessa pesquisa.

² Estarei tratando do Corpo Sankofa a partir do segundo capítulo.

2. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: SALVADOR NEGRA QUE NÃO NEGA SUAS DESIGUALDADES NAS RUAS

Este capítulo tem como um dos objetivos apresentar um breve histórico das lutas da população em situação de rua (PSR) no Brasil, que contribuiu para o hoje chamado Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Apresento também um panorama, ainda que sucinto, do contexto da população negra na cidade no que diz respeito ao emprego, à escolaridade e à saúde, uma vez que estes critérios de análise fornecem elementos esclarecedores para compreendermos o contexto da população de rua em Salvador, por serem em sua grande maioria pessoas negras. Vincular o contexto da população negra da cidade ao contexto da população em situação de rua é necessário para elucidar questões de ordem estrutural que contribuíram e contribuem para que hoje tenhamos um público em situação de rua majoritariamente formado por pessoas negras, o que não é nenhuma coincidência, mas o resultado de uma série de desvantagens ocasionadas pela combinação de opressões de raça, classe e gênero, que somatizados refletem um contexto desfavorável para as pessoas negras da cidade, sobretudo para a população negra em situação de rua em Salvador.

Dessa forma, cumprindo um dos objetivos deste capítulo, apresento o contexto da população em situação de rua em Salvador, bem como os dados que apontam os diversos perfis dessas pessoas no que diz respeito à escolaridade, acesso à saúde, educação, dentre outros elementos, como os motivos de chegada e permanência nas ruas.

Após essa contextualização, e cumprindo os objetivos deste capítulo, apresento a justificativa pela escolha de tratar de trajetórias reprodutivas a partir das experiências de mulheres negras em situação de rua na cidade. Sem dúvida, este capítulo fornece contribuições necessárias para entender as trajetórias reprodutivas de mulheres negras em situação de rua – objetivo geral desta pesquisa – sem desvinculá-las de um todo maior que fazem parte, que é a população negra de Salvador.

2.1 Quanto vale um corpo negro feminino em situação de rua?

O tempo que estive em campo, e até mesmo fora desse contexto de pesquisa, morando no centro da cidade, pude observar e lidar cotidianamente com eventos que me fizeram questionar o quanto vale um corpo feminino negro em situação de rua. Certa manhã, recém parida, acordo com o barulho da vizinha do andar de baixo, pedindo para que alguém jogasse mais água, e gritava: “Joga mais água, não é possível que não irá se mexer!”. Chamei meu companheiro, e logo ele pediu para que eu não olhasse a cena pela janela, e nem imaginando do que se tratava, fui verificar. E lá estava uma senhora negra, de aparentemente 45/50 anos de idade, deitada na calçada, suja de fezes e imóvel.

O homem negro que estava atendendo ao pedido da senhora branca que gritava, me olhou lá de baixo, e meio constrangido falou com ela, a mulher branca da janela: “Senhora, mas eu já joguei água e ela não saiu”. A senhora rebate: “então puxa ela daí, está bem em nossa porta. Deve tá drogada”. De fato, a senhora em contexto de rua estava bem na entrada da entrada do prédio, no entanto, considerando que estávamos falando de gente, o que deveríamos fazer ao encontrar um ser humano deitado no chão, aparentemente desacordada? Acionar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), poderia ser um dos caminhos, ou, ao menos, constatar se a pessoa estava viva, precisando de um copo com água.

Ainda andando com dificuldade devido ao parto, peguei a máscara, desci as escadas e fui ver de perto como a senhora estava, enquanto meu companheiro ligava para o SAMU. Cheguei pedindo para que a mulher branca se afastasse daquela mulher que estava indefesa no chão, e ao chegar mais perto percebi que respirava, tentei animá-la, e ao abrir os olhos me disse que estava com frio, tendo em vista que estava chovendo. Perguntei se conseguia falar mais alto e se estava com fome, balançou a cabeça confirmando que sim. Quando olhei, o pulso dela estava virado, como se tivesse torcido, ela gemia de dor, e, aos poucos foi me relatando, ainda em tom baixo, toda situação. Teria sido agredida na rua durante a madrugada, e estava com muita dor, e como na noite anterior teria chovido, comprou uma cachaça (bombinha³) e se encostou ali para passar a chuva.

³ Cachaça parecida com a 51. Porém tem o valor mais acessível, e é bastante consumida por populações mais vulneráveis, devido ao preço.

Ao passo que conversávamos, o SAMU negou o atendimento nas 4 ligações que fizemos. Alegando que provavelmente era uma pessoa em situação de rua drogada, e tendo em vista o contexto da pandemia, só estavam atendendo casos graves, ou dando prioridade aos casos da COVID-19. Ligamos para os centros de referências que atendem o público da rua, chamou e ninguém atendeu. A tarde foi chegando e aquela mulher, que pelo menos comeu algo, ficou ali, deitada em posição fetal, gemendo de dor.

Com muita insistência, às 15h, o SAMU chegou. Um jovem branco, aparentemente entre seus 30/35 anos de idade, olhou a mulher e disse que nada poderia fazer, até pelo estado que ela se encontrava, se referindo às fezes. O jovem profissional da saúde olhou seu pulso, ela gemeu, ele diz que ela precisava de atendimento e que entraria em contato com os serviços da população de rua. Às 18h nenhum serviço de saúde e/ou assistência social tinha ido socorrer aquela mulher, somente à noite consegui contactar algumas ativistas e profissionais da saúde, mas que também não tinham muito o que fazer a não ser encaminhá-la para algum hospital, mesmo já prevendo a rejeição ao atendimento. No entanto, quando chegaram, dona Rute não se encontrava mais lá. Infelizmente, não sei qual o paradeiro dela, se teria sido atendida, se estaria bem. Ou se estava viva. Só encontrei a senhora branca, minha vizinha, lavando a calçada com água e sabão. Em Salvador, suponho que no Brasil, lava-se a calçada, mas não se oferece sequer um copo com água a outro ser humano, principalmente se estivermos falando de uma mulher negra em situação de rua.

Este caso de dona Rute, que transcrevi para meu diário de campo por ter me suscitado a ideia do “quanto vale um corpo feminino negro em situação de rua?”. Nem um copo d’água. A mulher branca não teve empatia, as instituições via seus/suas profissionais também não tiveram. Como nada garante que se fosse uma pessoa branca naquele estado seria tratada igual, parto de que o racismo não permite que um corpo preto no chão cause empatia em pessoas que não compreendem que aquela cena é consequência do racismo estrutural que se manifesta e se revela nas pessoas e nas instituições com práticas de extermínio do povo negro. Sobre essa falta de empatia, o cientista social, pesquisador e escritor Carlos Moore destaca:

A insensibilidade é produto do racismo. Um mesmo indivíduo, ou coletividade, cuidadoso com a sua família e com os outros fenotipicamente parecidos, pode se angustiar ante a doença de seus cachorros, mas não desenvolver nenhum sentimento de comoção perante o terrível quadro da opressão racial. [...] Não há sensibilidade frente à falta de acesso, de modo majoritário, da população negra, aos direitos sociais mais elementares como educação, habitação e saúde (CLOVES MOORE, 2007, p.11).

A violência de gênero, apesar de alcançar todas as mulheres em situação de rua, o racismo acrescentado a este contexto, implica no tratamento que algumas destas irão receber, partindo do não reconhecimento da humanidade das mesmas. Dessa forma, enquanto existe a possibilidade de ver em um homem branco em situação de rua a possibilidade de ser um modelo, não veem na mulher negra em situação de rua nem a possibilidade de existência humana. Mesmo que as mulheres negras em situação de rua apresentem em suas diversas trajetórias e modos de “se virar na rua” recursos ancestrais corporificados, cabe ao Estado Brasileiro e suas instituições, através de políticas públicas, operacionalizadas pelos(as) profissionais do direito, da saúde, e das áreas afins, lhes assegurar este direito de viver – e não somente sobreviver – e os meios para que isso seja possível.

2.2 Um breve histórico das lutas das populações em situação de rua no Brasil

Cada corpo no mundo carrega uma trajetória de vida. Acredito ser este um ponto de partida que devo considerar ao discorrer sobre pessoas ou de um grupo populacional. A população em situação de rua (PSR) possui como característica intrínseca a heterogeneidade, e não somente pelo fato de ser formada por pessoas de lugares, com identidades e histórias de vida distintas, mas também por estar e vivenciar a rua de maneiras diferentes, sendo assim, pessoas com diversas situações de rua.

Nesse sentido, as subjetividades das pessoas em situação de rua são construídas a partir de suas respectivas trajetórias de vida, que dialogam objetiva e diretamente com os motivos de terem ido às ruas e tê-la como lugar de moradia,

circulação, espaço de sobrevivência e/ou sustento. Pessoas que ao perguntarmos sobre suas experiências nas ruas, o mesmo espaço – a rua – será reconfigurada e inscrita/descritas pelas mesmas de maneiras diferentes em cada corpo/narrativa. E não é que, fisicamente falando, a rua seja outra, mas a mesma rua (a cidade) será apreendida e experienciada de forma única, levando em consideração, sobretudo, o que cada pessoa na rua vivencia a partir de suas identidades.

As mulheres em situação de rua com as quais tive contato, por exemplo, enxergam nas ruas um espaço no qual é possível habitar e que se configura a partir de suas relações afetivas, de trabalho, de sobrevivência e militância. Mesmo algumas não tendo a rua como lugar permanente de morada, volta e meia retornam a ela como um espaço que promove seu sustento, permitindo que sejam alcançadas – ou não – por Políticas Públicas de Saúde, programas de cuidado, acolhimento e outras políticas e ações desenvolvidas para o contexto de pessoas que dependem da rua para sobreviver, habitar e/ou transitar.

O fato população em situação de rua ser heterogênea, no entanto, não exclui a possibilidade de partirem de fatores comuns que os unem, identificados ao longo da pesquisa: como a pobreza, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, processo de certo grau de desfiliação social, pela ausência de trabalho assalariado, proteções derivadas ou dependentes dessa forma de trabalho, sem acesso à moradia convencional regular, pessoas que tem a rua como o espaço de moradia e sustento. Acrescento que, para além destes fatores comuns citados acima e descritos na Política Nacional para Inclusão Social da PSR (2008), há em comum também diversas estratégias de sobrevivência frente a um contexto de negação, violências e violações de Direitos Humanos, dos locais que escolhem para dormir às maneiras de conseguir alguma renda, alimentação e/ou proteção. Desse modo, diante dos fatores comuns em diversas pautas que emergem de suas vivências nas ruas, esta população vem há anos se organizando para terem seus direitos reconhecidos e pautados nas agendas públicas do País.

A partir da necessidade de se organizarem politicamente para ganhos coletivos, surgiu em 2004 o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), fruto das mobilizações da população de rua em São Paulo. Esse movimento teve como ponto de partida a barbárie conhecida como "Chacina da Praça da Sé" ou "Massacre da Sé", ocorrida na cidade de São Paulo em agosto de 2004. Neste episódio 16 pessoas em situação de rua foram espancadas enquanto dormiam, tendo 7 delas morrido. O

Dossiê de denúncias do Fórum Centro Vivo (2004) afirma sobre o ocorrido, tendo como principais suspeitos cinco policiais militares e um segurança clandestino, resultado de um trabalho de investigação de um ano e dois meses, envolvendo delegados de polícia, quatro promotores de justiça e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe).

A partir do(s) ocorrido(s), e em denúncia a outras violações de Direitos Humanos, a população em situação de rua de São Paulo, composta também pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis da cidade, que já vinham atuando desde a década de 90, alinharam suas estratégias políticas no Festival Lixo e Cidadania, realizado em 2005 em Belo Horizonte. Mais 4 estados (Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Cuiabá) fizeram parte do festival, juntamente com representantes de movimentos sociais e órgãos públicos (BRASIL, 2014). No contexto de Salvador/BA, a organização do Movimento Nacional da População de Rua teve o apoio de Maria Lúcia Santos Pereira da Silva, em memória, uma das fundadoras do MNPR na Bahia, falecida em 2018, aos 51 anos. Hoje, o MNPR está presente em 19 estados brasileiros, com coordenações nacionais na Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal.

Após as mobilizações e articulações políticas da população de rua, movimentos sociais e representações institucionais em 2009 foi instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPSR), através do Decreto Federal de n. 7.053/2009. Pensada para subsidiar e promover políticas públicas destinadas à população de rua, incluindo os/as trabalhadoras(es) informais, a Política Nacional⁴ se tornou um marco histórico na luta desta população, por representar uma conquista inédita ao colocar os direitos dessas pessoas nas agendas públicas (BARBOSA, 2018). No entanto, a aplicabilidade da Política Nacional depende da adesão dos entes federativos às iniciativas por ela propostas, ficando a critério de cada região do país, por instrumento próprio, adaptá-la segundo as demandas que surgem da população local, o que faz a política funcionar de formas distintas e, muitas vezes, não funcionar, tendo em vista que nem todos os entes federativos a compreendem como uma demanda de urgência, e sobretudo, de Saúde Pública.

⁴ Uma menção à Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR).

Além de instituir a Política Nacional para a população de rua, o Decreto 7.053/2009 define o termo “em situação de rua” para ressoar politicamente menos excludente e conferir um tom homogeneizador ao se tratar da população de rua enquanto grupo (FRANGELLA, 2009). Dessa forma, utilizo o termo para tratar de um grupo populacional formado por pessoas que possuem experiências singulares e que compartilham de um cotidiano que se estabelece e se reconfigura a partir da morada (fixa ou temporal) na rua, e “independentes de suas diferentes nomenclaturas ou categorizações, vivenciam um processo de exclusão social, marcados pela pobreza e relações precárias de trabalho” (ABREU; SALVADORI, 2015).

Silva e Gomes (2021), após analisarem a crise do Estado Brasileiro referente às políticas sociais de saúde e assistência social voltadas para a população em situação de rua, indicam que até o ano de 2020 muitos governos estaduais não elegeram como pauta ou não aderiram a Política Nacional, o que ocasionou o sucateamento de diversos serviços e benefícios que deveriam alcançar este grupo, frente, inclusive, ao contexto da pandemia da COVID-19, que teve seu início em 2020.

Observamos o atual cenário brasileiro, de cortes e congelamentos nos financiamentos públicos, atingindo diretamente a execução das políticas sociais, que contribui para a piora das condições de vida de indivíduos e famílias em situação de rua. Na atual conjuntura as políticas públicas voltadas à população de rua sofrem com cortes e congelamentos, a falta de recursos reflete na impossibilidade de planejar projetos e ações para gerar condições de autonomia. Não raro, o que vivenciamos hoje são práticas higienistas que visam apenas esconder os problemas, removendo as pessoas em situação de rua para abrigos, acolhimentos e albergues, muitas vezes trazendo uma remoção violenta e repressiva (SILVA; GOMES, 2021, p. 9).

Nesse sentido, principalmente após o atual governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, se agravou ainda mais o contexto da população em situação de rua em todo o Brasil. Santos (2011) pontuam que “são as políticas sociais que asseguram à população o exercício do direito de cidadania, como habitação, acesso à alimentação e saúde” (p. 41). Sendo assim, diante de um contexto em que esses direitos sociais básicos estão ameaçados, sobretudo para uma parcela significativa da população, aumenta-se também o número de pessoas em situação de rua e piora as condições de vida para as pessoas que já estavam nesse contexto de vulnerabilidades. Esse contexto revela, em parte, o grau de dificuldades que o governo brasileiro tem em

colocar em prática suas políticas públicas – até mesmo depois de estabelecidas pela via normativa – principalmente em tempos de recessão, o que demonstra um comportamento histórico quando a questão é lidar com problemas sociais, principalmente se o público é composto por pessoas negras, pobres, indígenas e quilombolas do País.

Portanto, friso a necessidade de observarmos não os fatos em si, mas também as causas pelas quais hoje temos cerca de 222 mil pessoas em situação de rua no Brasil (NATALINO, 2020), que em sua grande maioria são pessoas negras, mesmo em estados em que, diferentemente da Bahia, a população negra não chega a ser maioria, como em São Paulo com 37% de pessoas negras (29,4% pardas e 5,4% pretas). Existe um ditado que nos diz que “o buraco é mais abaixo”. Ou seja, hoje no Brasil não temos uma maioria de pessoas negras e empobrecidas nas ruas por acaso, o racismo, ainda que sua existência seja negada por muitos racistas, é o modus operandi das relações pelas quais intensificam as desigualdades sociais e raciais no Brasil, desigualdades estas que se expressam nos grandes centros das cidades brasileiras, em cada encruzilhada das ruas do centro da cidade de Salvador.

2.3 Do contexto da população negra em Salvador ao contexto da população em situação de rua da cidade

Salvador possui uma população estimada em 2.900.319 milhões de habitantes, é a cidade mais negra do Brasil, 81,1% desta população se autodeclara negra, entre pretos e pardos, segundo classificação e dados do IBGE (2021). No entanto, as contradições do seu passado colonial e escravagista, e até mesmo pós-abolicionista, localiza na contemporaneidade essa população enquanto minorias políticas, “que se encontram majoritariamente confinados nas posições sociais de maior precariedade” (WEDDERBURN, 2007, p. 15). Ou seja, mesmo a população negra sendo maioria populacional possuem seus direitos restringidos, o que beneficia uma minoria da população tida como maioria política, que concentra não só as tomadas de decisões da cidade, bem como mantém uma concentração de recursos e privilégios frente a direitos que deveriam alcançar toda população (FLAUZINA, 2008).

O boletim lançado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE) em 2016 apontou que a população negra, mesmo sendo a maioria economicamente ativa na cidade, se torna maioria no grupo das pessoas desempregadas na cidade, chegando a 93,6% em relação às pessoas brancas com 6,4% no ano de 2015. Esse total corresponde a 48,8% de mulheres negras desempregadas e 44,8% dos homens negros desempregados, sendo as mulheres negras a maioria absoluta de desempregadas na cidade, até o ano citado acima. Todavia, quando empregadas (os) recebem menos que a população branca, chegando a uma diferença de 17,2%. E nesse caso, tratando de mulheres negras em Salvador, estas ainda se encontram, em sua maioria concentradas, nos Serviços Domésticos e atividades informais, onde as garantias trabalhistas são mínimas ou inexistentes, realidade já apontada pela autora Ana Cláudia Pacheco (2013):

[...] as mulheres negras que falam neste livro [...] descendem de trabalho doméstico remunerado; de trabalhos manuais subalternos, o que caracteriza herança de sistemas político-econômico coloniais, que hoje sobrevivem em ofícios que constituem um mercado informal, ou na profissão de quituteiro-reconhecidas na arte de cozinhar iguarias, ditas comidas típicas. (p. 18).

O desemprego entre a população negra em Salvador e a baixa remuneração quando empregados/as está bastante vinculado com as questões da escolaridade que apontam as altas taxas de analfabetismo entre a população negra, indicando também, que, mesmo para igual nível de escolarização as pessoas negras ainda recebem menos que as não negras (DIEESE, 2008), este dado tem grande relevância para pensarmos que para além das questões da escolaridade, o quesito raça é um fator crucial para definir sobre quem consegue arranjar emprego ou não, ainda que escolarizados (as). Ainda sobre isso, de acordo com o IBGE (2019), no Brasil a taxa de analfabetismo entre pessoas negras em relação às pessoas brancas é três vezes maior.

Esse contexto da escolaridade, bem como os demais aqui apontados, são resquícios de um passado escravagista e um presente sem políticas de reparação que refletem nos números aqui abordados. Passos (2010) exemplifica muito bem esse paralelo temporal no que diz respeito às desigualdades educacionais entre pessoas negras em Salvador e como os processos de exclusão de negros livres e indígenas

pós-abolição ressoam significativamente nos tempos atuais. A autora nos traz como exemplo a proibição das pessoas escravizadas e os pretos africanos, ainda que fossem livres ou libertos, de frequentarem as escolas públicas. Hoje, não existe oficialmente uma proibição, mas a falta de investimento e condições para que pessoas negras acessem um sistema educacional qualificado se perpetua, o que reflete diretamente no perfil da população negra em condição de rua em Salvador, tendo em vista que a escolaridade está associada diretamente com as possibilidades de acesso a trabalho e renda (SANTOS, 2014).

A autora Iracy Santos (2014) demonstra em seus estudos que, em 2009, 64,1% da população de rua em Salvador não tinha ao menos concluído o ensino fundamental. Já em 2014, a Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE-BA), divulgou que das 1.100 pastas de processos que envolviam população de rua, analisadas através dos cadastros preenchidos, 40% tinham ensino fundamental incompleto, 12% eram iletrados, 1% possuía ensino superior incompleto, o restante ficou dividido entre ensino médio completo e incompleto. Nesse sentido, os dados sobre a baixa escolaridade da população negra em Salvador *versus* pessoas brancas têm consonância com os indicadores que apontam a baixa escolaridade da população em situação de rua em Salvador e no Brasil, sobretudo, entre pessoas negras em situação de rua.

No quesito saúde, no estudo realizado por Góes e Nascimento (2013) sobre “Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde”, as autoras apontam que a relação entre os níveis de renda das mulheres e o acesso aos serviços de saúde é direta. Quanto menor a renda, menor o acesso. E nesse caso, tendo as mulheres negras menores garantias trabalhistas e os salários mais baixos, esse impacto perpassa por toda sua vida, inclusive quando ampliada a perspectiva da definição de “saúde”, incluindo aqui saúde mental, reprodutiva, física, e o bem estar destas e de suas famílias.

Esse contexto de amplificação do alcance do direito à saúde nos coloca questões de ordem coletiva, não à toa temos hoje uma população que vivencia a dificuldade de acesso aos serviços públicos desde antes da chegada dessas pessoas às ruas, como relatam as mulheres em situação de rua pelas quais fazem parte dessa pesquisa.

A falta de acesso ou o acesso restrito às políticas públicas de saúde, bem como a falta de condições dignas de moradia é também uma problemática pela qual

atravessam as vivências negras em Salvador, e que se expressam de forma ainda mais nítida na população de rua na capital, que sua grande maioria são oriundas de bairros periféricos “com o histórico de precariedade de serviços públicos essenciais como saneamento básico, assistência social e saúde, inexistência de áreas de lazer, moradias precárias e inadequadas” (p. 82), como aponta a autora Nadja Miranda (2016) em sua tese de doutorado intitulada “População em situação de rua em Salvador: Estudos do território e do direito à cidade”.

As mazelas que alcançam uma parcela significativa de pessoas soteropolitanas acabam por lançá-las na situação de rua, são estes os mesmos motivos que contribuem para sua permanências nas ruas, uma forma de não reconhecimento por parte da sociedade e do estado que as atinge antes mesmo de serem consideradas pessoas sem endereço fixo.

Neste universo, a população de rua, eminentemente negra, é um reflexo de um projeto colonial que afetou e afeta os rumos de toda comunidade negra soteropolitana em sua forma de experienciar a cidade na atualidade. Desde um passado histórico – que ainda hoje sustenta desigualdades e injustiças que transitam a algum nível em toda comunidade negra de Salvador, como a falta de oportunidades, desemprego, a dificuldade no acesso à saúde – há um continuum que também traz em si estratégias de luta e sobrevivência na medida em que a população negra em situação de rua acessa uma resistência afroancestral⁵, elaborando diversas maneiras de se auto-organizar e sobreviver a cidade que lhe nega esses direitos.

Se observarmos as movimentações políticas da população de rua em Salvador, no Aquidabã, Pelourinho, Pela Porco, dentre outras localidades, veremos que apesar desse contexto, estão sempre vivendo na rua em grupos, essa é uma forma de além de se protegerem e resistir às políticas higienistas da cidade, como a expulsão de muitas dessas pessoas da Praça das Mãos pela prefeitura da cidade, como presenciei em 2016, é uma maneira também de através de ações organizadas pela própria população de rua chamar atenção e denunciar aos órgãos públicos e a própria sociedade as condições de precariedade e violência que vivem.

A Marcha da Maconha em 2018 foi uma dessas articulações provocadas também pela população em situação de rua do Centro Histórico de Salvador junto a RENFA (Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas), Iniciativa Negra Por uma

⁵ Me refiro à ancestralidade negra.

Nova política de Drogas, dentre outras organizações, onde indicaram que o percurso da Marcha, ao contrário dos anos anteriores seria do Aquidabã ao Pelourinho em denúncia ao racismo e outras violações de Direitos Humanos que estavam ocorrendo na localidade contra a população de rua. Sobretudo, denunciado o caso de uma mulher negra grávida em situação de rua que foi agredida por um policial ao defender seu companheiro de uma abordagem violenta.

Nessa perspectiva, a população em situação de rua em Salvador informa sobre desigualdades raciais ao observarmos a cor dessas pessoas nas ruas e as maneiras pelas quais são tratadas, e não somente pelo fato de serem pessoas em situação de rua, mas por também serem negras. Assim como me refiro às violências que perpassam por grupos de pessoas negras mesmo não estando em situação de rua. Sendo este um reflexo de uma sociedade marcada pela escravização de corpos negros diaspóricos, que reiteradamente obstaculiza a criação de políticas reparatórias e de inclusão, perpetuando assim uma dinâmica de relações que se atualiza diariamente reforçando os mecanismos históricos de segregação e opressão racial.

Na capital baiana, onde a mão de obra de negros e negras em subempregos – inseridos na sociedade por exclusão – seguem construindo e edificando a cidade, deveria ser vergonhoso encontrarmos nessas mesmas ruas uma parcela significativa da população negra vivendo em condições subumanas. A professora e doutora Ana Flauzina (2017), em sua obra “Corpo negro caído no chão”, aponta que a dita “democracia racial” no Brasil, ainda sendo um mito, repercute fortemente na sociedade: evita o confronto direto entre camadas da população, preservando as assimetrias raciais, numa dinâmica de silenciamento que impede a enunciação do racismo; oferece a versão de um conto idílico onde negros e brancos vivem em perfeita harmonia; e, converte as desigualdades em sina, onde os brancos e ricos do país apropriam-se das vantagens como direitos, em detrimento da população negra.

Ver brancos e negros no carnaval em Salvador, não é um sinal de uma convivência simétrica, o que pode ser bem observado ao final da festa ao olharmos a cor das pessoas que estão catando as latinhas de cerveja no chão, ou aproveitando os restos de comida jogadas na avenida do circuito Barra/Ondina, por exemplo. Desigualdades socioeconômicas nitidamente notadas, e, refletidas quando observa-se quem são essas pessoas que vivenciam as ruas, como percebi ao fazer meu trabalho de campo. Pessoas que ao experienciar a cidade a partir do contexto desumanizador de rua,

permanecem jogadas(os) “à própria sorte”, como aconteceu no processo de pós-escravidão no Brasil, das senzalas para às ruas.

Certo dia, fui andando da Avenida Carlos Gomes até a estação de ônibus do Aquidabã, e durante todo o caminho fui observando o número de pessoas deitadas nas ruas, quase todas são corpos negros, muitas destas pessoas com marcas advindas de doenças não tratadas ou vestígios de indícios de violências causadas contra as mesmas, crianças pedindo dinheiro para alimentação, mães com seus filhos e filhas no colo vendendo bala e pedindo leite ou fralda para suas crias, outras pessoas em situação de rua deitadas nas calçadas quentes da cidade, na mesma situação implorando pratos de comidas nas portas do restaurantes e sendo expulsas por representarem ao comércio da cidade uma ameaça urbana ou até pelo fato de serem ojerizadas por ser quem são e estarem na condição de rua que estão – como ficou nítido em vários episódios pelos quais narro ao longo dessa pesquisa.

A PSR em Salvador “acessa” a rua em seu aspecto físico, mas estando na cidade não usufruem do direito à cidade. O direito à cidade se refere às questões que dizem respeito à moradia, saúde e alimentação, segurança, proteção e o acesso a recursos que a própria cidade dispõe para uma parcela mínima da população, que, considerada maioria política, têm acesso a toda estrutura de uma vida digna, estrutura que falta para a maioria dos negros e negras da cidade. Dessa maneira, compreendendo o direito à cidade enquanto difuso e coletivo, que se expande no direito do cidadão e cidadã de habitar, “usar e participar da produção de cidades justas, inclusivas, democráticas e sustentáveis” (IPEA, 2018). Posso afirmar a partir de minhas observações que esse direito à cidade deixa de existir para um grupo populacional que a partir da existência e condição de subsistência nas ruas não usufruem de uma cidade tão democrática, inclusiva e justa como a idealizada a partir da Lei 10.257/001, no art. 2o , incisos I e II, descrita no Estatuto da Cidade, que dispõem sobre o direito a cidades sustentáveis para todas as pessoas, e não para algumas (AMANAJÁS; KLUG, 2018).

2.4 Pessoas em situação de rua da região central de Salvador! Quem são elas?

A população de rua em Salvador revela perfis de pessoas diversas, enquanto estive em campo conheci pessoas em situação de rua que vieram do interior da Bahia, de outros estados, casadas, solteiros (as), mães, trabalhadores (as) informais, trabalhadoras do sexo (como se autodenominam), pessoas egressas do sistema penal, artesãs, ativistas, dentre outras pessoas com trajetórias e origens tão diversas quanto. Indivíduos que garantem a sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas na rua, e, pessoas com vínculos familiares fragilizados ou interrompidos, com moradia regular na rua e ou temporária, características comuns a outras pessoas em situação de rua pelo Brasil (ABREU; SALVADORI, 2015).

No Brasil é característico da PSR o exercício de atividades informais, sem nenhuma garantia trabalhista e ou que possibilitem algum tipo de ascensão social e econômica diante das atividades precarizadas e de baixa remuneração, quando presente, 48% da população vive com 200 (duzentos) reais por mês, o que equivale a menos de 7 (sete) reais por dia (VERAS *et al.*, 2014). Como identifiquei ao longo de meu trabalho de campo, e como registrado em demais pesquisas elaboradas a partir da população em situação de rua em Salvador (ROCHA, 2018; CARVALHO, 2014; SANTOS, 2014), a PSR da cidade mantém enquanto ocupação a catação e revenda de lixo reciclável (papel, jornal, latinha e papelão); trabalham como flanelinha; guardador (a) de carro; vendedoras(es) ambulantes; ajudante de obra; prostituição; manicure; trabalham prestando serviços aos comerciantes do entorno; prestação de serviço no varejo do tráfico de drogas, dentre outras ocupações.

A venda de substâncias tornadas ilícitas como maconha, cocaína e crack também faz parte da ocupação de determinadas pessoas pelas quais vivem em situação de rua em Salvador, e acessam esta ocupação como meio de adquirir alguma renda, o que não quer dizer que toda população em situação de rua está disponível para o consumo e/ou venda destas substâncias. Enfatizar essa questão é fundamental para que estigmas como “sacizeiras”, “drogadas” dentre outros construídos em relação a essa população, associando-as “automaticamente” ao uso e venda de drogas não se perpetuem. Em Salvador, por exemplo, é muito comum chamar pessoas em situação de rua de “sacizeiros” – que como explica Malheiro (2012) trata-

se de consumidores iniciantes do crack – mesmo que estas pessoas não tenham em suas trajetórias de vida a drogadição, a venda e/ou o consumo do crack. Todavia, são termos depreciativos que cristalizam a imagem da população em situação de rua à tantas outras caricaturas destinadas a desumanização e penalização dessas pessoas.

Importante ressaltar que: se há o uso compulsivo de substâncias psicoativas por parte de algumas pessoas em situação de rua, essas pessoas deveriam ser acolhidas na perspectiva da Saúde Pública, acessando mecanismos de cuidado e acolhimento, que lhes ofereçam serviços de saúde e assistência social pautados na autonomia da/do usuária(o), conduta que perpassa pelos princípios das políticas de redução de danos (RD). Oliveira (2013, p. 20) conceitua “redução de danos” como uma política que tem como base “o direito de escolha e a responsabilidade da pessoa diante da sua vida, anulando a imagem do usuário de drogas como alguém inválido ou incapaz, tornando-o sujeito ativo, protagonista nas suas decisões”.

Deste modo, pela perspectiva da redução de danos, políticas públicas de saúde e assistência social são fundamentais para o acolhimento de pessoas em situação de rua estigmatizadas pelo uso moderado e/ou compulsivo de substâncias psicoativas. Segundo a autora Edicarla Rocha (2018, p. 46), redutora de danos e pesquisadora da área, “a metodologia de trabalho da equipe do Ponto de Cidadania, assim como a do Corra pro Abraço é muito pautada na escuta qualificada e na construção de vínculos com estas pessoas”, considerando suas trajetórias de vida e a autonomia destes diante de suas escolhas.

Ao longo de minha pesquisa pude identificar que pequenos furtos praticados por algumas PSR também são considerados uma atividade a qual é exercida quando não conseguem auferir outra renda. Além disso, por diversas vezes, a única fonte de renda da PSR é a mendicância. Outras possibilidades de rendas surgem para parcela da população que consegue se cadastrar em programas de assistência social, como o Bolsa Família e Auxílio Moradia, porém muitas pessoas nessa condição deixam de acessar tais benefícios por não possuírem a documentação exigida pelos órgãos responsáveis, como a carteira de identidade, certidão de nascimento e comprovante de residência.

A exemplo do que trago acima sobre a dificuldade de acessar determinados benefícios sociais, as mulheres em situação de rua pelas quais tenho contato me relataram a dificuldade que tiveram para acessar o auxílio emergencial relacionado ao período que se seguiu da COVID-19, sobretudo pela ausência de acesso à plataforma

digital, o que implicou também no direito à informação se foi aprovado ou não, ou se haveriam dados a serem corrigidos. A princípio o auxílio emergencial era no valor de R\$ 600,00 reais, e depois foi reduzido pelo Governo Federal a parcelas de R\$ 250,00 reais.

Assim sendo, o difícil acesso aos benefícios citados acima, e a perda de outros como o da Bolsa Família, que se deu a partir dos cortes provindos do governo atingindo mais de 158 mil beneficiários (as) em março de 2020⁶, refletiu no aumento do contingente de pessoas na linha da pobreza, e, em consequência disso, acabou por promover o aumento da população em situação de rua no período da pandemia da COVID-19 – que segue em curso.

Não se sabe em números quantos por cento aumentou da população em situação de rua em Salvador no período da pandemia, de acordo com informações da Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza de Salvador, a Semps. Contudo, de acordo com as equipes técnicas do Serviço Especializado de Abordagem Social (Seas), o aumento foi significativo e deve-se, em grande parte, aos efeitos da crise econômica e social gerada pelo contexto de desassistência a este público.

Ao passo que me deslocava no centro de Salvador, ficava nítido a quantidade de novas famílias em situação de rua, pelo fato de transitar cotidianamente por determinados territórios do centro da cidade, já conhecia, não em sua totalidade, mas um número expressivo das pessoas em situação de rua que já estavam a um tempo nestes locais. A partir de meados de 2019, a estação do Aquidabã estava comportando para além das pessoas em situação de rua que já habitavam por ali, outras que eu jamais teria visto, bem como na Sete Portas, avenida Carlos Gomes e no viaduto do bairro do Politeama. O intrigante era que não se tratava apenas de serem pessoas novatas nessa condição, mas toda família. Algumas mães (grávidas) e pais com suas mochilas ainda ao lado, com filhos e filhas adolescentes, experienciando pela primeira vez o habitar nas ruas de Salvador. Em diversos momentos ao ir encontrar as interlocutoras desta pesquisa, e quando me era oportuno, dialogava com essas pessoas recém chegadas naquele espaço, onde ouvi diversos argumentos sobre os motivos de estarem ali, e em sua grande maioria, estavam associados ao desemprego, expulsão dessas famílias de determinados bairros

⁶ Informação retirada da página web da Associação de Docentes da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), publicado em 12/08/2020.

disputados pela especulação imobiliária, que ocasionava a desocupação de espaços que estando ociosos eram ocupados por estas famílias a anos e na medida em que o processo de desapropriação acontecia, não tendo para onde ir, recorreram às ruas, e não somente em busca de um lugar para dormir na calçada, mas também pelo fato de tentar garantir a alimentação que era doada em determinados territórios onde havia um grande contingente de pessoas em situação de rua reunidas.

Sueli Oliveira, coordenadora nacional do Movimento População de Rua e Região Nordeste, que já esteve também em situação de rua em Salvador, em entrevista⁷ para a Defensoria Pública da Bahia, em outubro de 2020, afirma que: “Ninguém está na rua porque quer. É muito triste a situação de rua, pois não conseguimos comer direito, beber água, não temos acesso a banheiro ou lugar pra tomar banho e fazer a higiene pessoal”.

Essa fala da Sueli Oliveira informa dois elementos importantes a serem destacados. Primeiro, os motivos pelos quais as pessoas procuram as ruas, ainda que a intenção inicial não seja tê-la enquanto moradia, e, segundo, quando se encontram nas ruas onde dormem, tomam banho, onde comem (quando comem)?

Segundo Miranda (2016), até o ano de 2016 a PSR em Salvador contava com albergues, contêineres e abrigos para passar as noites. Entretanto, tanto os abrigos como os albergues, não estavam atendendo nem 50% do contingente populacional de rua. A autora ainda ressalta que “os Centros Pop⁸, tem reproduzido o modelo dos albergues, policiamento repressivo e a rede que poderia lhes dar suporte, não funcionam adequadamente” (p. 136).

No entanto, durante o período que estive em campo, raramente me deparei com pessoas em situação de rua, sobretudo as mulheres – sendo estas as que tive mais contato, que estivessem em abrigos ou albergues, a sua grande maioria dormiam nas ruas do centro da cidade, em casarões abandonados, ou em lugares com pouco ou nenhuma infraestrutura e saneamento básico, como algumas localidades da Ladeira da Preguiça e da Ladeira da Montanha. Importante frisar que estes locais

⁷A entrevista na íntegra: Disponível em: <http://www.defensoria.ba.def.br/noticias/vozes-por-rua-das-ruas-a-coordenacao-nacional-do-movimento-que-luta-pela-garantia-de-direitos-da-populacao-em-situacao-de-rua/>.

⁸ Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) é um equipamento público vinculado à Proteção Social Especial de Média Complexidade da Assistência Social, onde são ofertados serviços para pessoas em situação de rua.

sempre eram temporários, tendo em vista o processo de expulsão que enfrentavam pelos órgãos públicos da cidade, a partir de agentes da segurança pública.

No contexto da pandemia, a SEMPS (Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate À Pobreza) veio anunciando, via jornais e outras mídias⁹, a expansão da Unidade de Acolhimento Emergencial (UAE), localizada em Nova Brasília, bairro de Itapuã, contando com 51 quartos, aptos para 150 pessoas. A cidade possui mais 12 Unidades de Acolhimento Institucional (UAIs) que oferecem abrigo provisório para adultos e famílias em situação de rua. Em contexto pandêmico, onde o isolamento é fator crucial para a não contaminação das pessoas e propagação da COVID-19, esses abrigos oferecem moradias coletivas, o que destoava até mesmo das recomendações da Organização Mundial da Saúde para o período.

Sobre este mesmo contexto pandêmico e as recomendações feitas para o enfrentamento da COVID-19, onde que fosse possível adotar medidas de contenção do vírus, Sueli Oliveira¹⁰ discorre acerca da população em situação, informando que estes não têm sequer acesso a direitos básicos para que as recomendações sejam aplicáveis em seus cotidianos nas ruas:

Essas recomendações básicas mostraram que a população de rua não tem acesso aos direitos básicos: água para lavar as mãos (não temos pias públicas, nem banheiros ou bebedouros públicos); moradia para se isolar (abrigo é coletivo e não isola ninguém); renda mínima, porque com uma renda mínima garantimos todos os outros direitos; alimentação, pois os restaurantes populares são insuficientes.

À respeito da alimentação, tanto as interlocutoras dessa pesquisa, quanto observando o cotidiano de pessoas em situação de rua, ouvi e identifiquei a partir da presença em campo que geralmente se alimenta através de doações feitas em espaços da cidade em que a população se concentra, seja por doações feitas por entidades filantrópicas, seja pelas equipes de redução de danos, movimentos sociais

⁹ Disponível em: <http://www.informep.salvador.ba.gov.br/coronavirus/todas-noticias/987-unidade-de-acolhimento-para-pessoas-em-situacao-de-rua-e-entregue-em-itapua>. Acesso em: 20 out. 21. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/nova-unidade-de-acolhimento-vai-receber-150-moradores-de-rua-em-salvador/>. Acesso em: 20 out. 21.

¹⁰ Aqui ainda me refiro à entrevista da Sueli Oliveira para a Defensoria Pública da Bahia. Disponível em: <http://www.defensoria.ba.def.br/noticias/vozes-por-rua-das-ruas-a-coordenacao-nacional-do-movimento-que-luta-pela-garantia-de-direitos-da-populacao-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 20 out. 21.

que em momentos pontuais distribuem alimentos, e ações da prefeitura da cidade, que atuam a partir de iniciativas transitórias e restaurantes populares. Algumas das mulheres neste contexto pelas quais tive contato, ainda que mantivessem uma relação problemática com suas famílias, recorriam às mesmas em alguns momentos para conseguir alimentos.

Agier (2011) ao tratar das práticas etnográficas produzidas nas cidades salienta a importância do acesso à cidade não em sua totalidade, o que seria impossível, mas a partir das relações e situações que se estabelecem nela a partir do ponto de vista dos cidadãos. Dessa maneira, a(o) antropóloga (o) estaria lidando com uma *cidade viva*, uma cidade pela qual dificilmente seria apreendida através de critérios urbanísticos, administrativos e/ou estatísticos, pelo fato dela está acontecendo a todo momento, uma cidade que se modifica, se renova e possui diversos sentidos para quem nela habita. No entanto, como o autor ainda aponta, em uma pesquisa etnográfica a cidade observada e apreendida pelo antropólogo(a) perpassa e está imbricada ao ponto de vista dos cidadãos, cabendo ao mesmo chegar mais de perto para ver, ouvir e presenciar – ainda que em determinadas situações – as experiências cotidianas destes e destas. Nesse sentido, foi impossível estar distraída com as diversas situações pelas quais presenciei morando e transitando no centro da cidade de Salvador.

Ainda hoje muitas pessoas em situação de rua ainda se alimentam através da catação de alimentos no lixo, paisagem pela qual eu observava da janela de casa quando morava na Ladeira da Fonte, próxima ao centro da cidade. Todos os dias, aproximadamente às 18:00 horas, passava um senhor, homem negro retinto, já idoso, mexia e remexia no lixo, em alguns momentos, colocava algumas sobras no saco em que carregava no ombro, em outros momentos, levava os restos diretamente a boca. Subindo a Ladeira da Fonte em direção à Carlos Gomes, na calçada do Forte de São Pedro, uma mulher sentada no chão com uma criança, não sei dizer se essas cenas eram mais frequentes nos finais de semana, ou essas pessoas nessas condições ficavam mais visíveis pelo fato do esvaziamento das ruas devido ao fechamento do comércio aos domingos. Seguindo essa rota do centro, entre 2018 e 2020 (infelizmente) pude acompanhar o crescimento da população em situação de rua debaixo do Viaduto São Raimundo se alimentando de sobras de comida descartadas, já não era somente um senhor, ou uma criança com a mãe, mas dezenas de pessoas que tomava conta da calçada de uma ponta a outra. O Viaduto São Raimundo, se

tornou o tipo de lugar em que pedestres sempre passam pelo lado oposto em que essas pessoas estavam concentradas, até porque, não era somente um lugar que se reuniam para compartilhar o alimento catado e doado por moradores ao redor, mas um lugar que acumulava os pertences dessas pessoas, como lençóis, papelão para dormirem em cima, algumas sacolas de latinhas – por muitas dessas pessoas serem catadores e catadoras de materiais recicláveis. Ao final do dia, sempre quando voltava do trabalho, principalmente entre 2018 e 2019 quando fazia esse percurso, certo dia, passando pelo Viaduto uma senhora me aborda: *Diga aí fia. Tem dois real aí não? comprar o leite da menina*”. Levantando a lona que estava arqueada entre dois cabos de vassoura, me mostra uma criança dormindo, e segue relatando que para ela, o filho mais velho e o marido, qualquer coisa serviria, mas tinha medo de dá aquela comida para a criança – apontando para uma comida dentro de um saco plástico de supermercado.

Sobre os serviços de saúde e assistência jurídico-social, além dos que foram citados, atuam em pontos-chaves onde a população em situação de rua se concentra. Segundo dados de 2019¹¹, lançados pela Prefeitura Municipal de Salvador, o Pelourinho e a Barra são os bairros que mais concentram a população de rua em Salvador, por se tratar de pontos turísticos de fácil acesso ao comércio informal. No entanto, outras literaturas de cunho qualitativo, como as pesquisas de Santos (2014), Rocha (2018) e Oliveira (2013) apontam que há também uma grande concentração da população de rua nas Sete Portas, Aquidabã, Piedade, Praça das Mãos, Comércio, Calçada, Itapagipe, Rio Vermelho, na Cidade Baixa, e principalmente, no Caminho de Areia e Largo de Roma. No entanto, o Centro Histórico¹² de Salvador é onde encontra-se a maior concentração de serviços oferecidos à população de rua.

Dessa forma, respondendo à pergunta inicial deste tópico: segundo uma pesquisa de mapeamento da população em situação de rua de Salvador, realizada em 2017 pelo Projeto Axé, a Universidade Federal da Bahia e o Movimento Nacional da População de Rua, estimou que existiam entre 14 e 17 mil pessoas em situação de rua na cidade de Salvador, destes, 25,7% são crianças, adolescentes e jovens. Deste total, a pesquisa informa que 88,9% da população em situação de rua na cidade

¹¹ Essa informação encontra-se no site da prefeitura, publicado em 2019. Disponível em: <http://www.sempre.salvador.ba.gov.br/prefeitura-disponibiliza-rede-de-atendimento-a-moradores-de-rua/>.

¹² Localidade que concentro minha pesquisa de campo, entre 2018 e 2020.

de Salvador é negra, formada por 59,3% de pessoas pretas + 29,6% pardas – segundo a classificação do IBGE, para um total de 4,3% de pessoas brancas. A pesquisa ainda relatou que a grande maioria de pessoas em situação de rua da cidade possuem de 26 a 59 anos de idade totalizando 59,4% da população de rua observada, mas apontou também um grande número de crianças, 668 de 1 a 11 anos de idade, chegando a representar 3% dessa população.

Segundo o sumário executivo desta pesquisa, observou-se para a contagem da população de rua da cidade pessoas que estavam: mexendo em pilhas de lixo para obter alimentos, roupas, dentre outras coisas, pessoas dormindo na rua – sozinhas, em grupo ou em casal, com e sem crianças; pessoas comendo, preparando, cozinhando alimentos na rua e também pedindo comida - incluindo também pessoas em filas ao redor de carros particulares e/ou kombis/Vans de instituições que distribuem sopa, pão e em filas de restaurantes populares; pessoas que se encontravam nas praças, fontes, ou em áreas com água da chuva acumulada tomando banho, escovando dentes, trocando de roupa, urinando, defecando, dentre outras situações relacionadas a necessidades fisiológicas, higiene e cuidados pessoais; pessoas recolhendo materiais recicláveis; crianças trabalhando; pessoas que utilizam as ruas para prostituição enquanto sustento; e baleiros. Todas essas formas de se relacionar com a rua, apontam características de populações em situação de rua na cidade de Salvador que partem das ruas enquanto lugar de moradia e sustento (CARVALHO; SANTANA; VEZEDEK, 2017).

Estes dados estão em consonância com o que observei em campo, pessoas em situação de rua jovens, adultos, adolescentes, crianças e idosos, com as mais diversas funções e meios de conseguir alguma renda, no entanto, para além do público apresentado no mapeamento do Projeto Axé, senti falta das mulheres em situação de rua grávidas em Salvador, que não são todas, mas através da observação de campo, e nas andanças pelo centro da cidade, vi muitas.

2.5 Mulheres em Situação de rua em Salvador

Trabalhadoras, mães, filhas, avós, lésbicas, militantes, transsexuais, brancas, negras, não-binárias, nordestinas, artistas, intelectuais, casadas, solteiras, artesãs,

são estes dentro muitos outros perfis das mulheres em situação de rua em Salvador que representa 15% da população de rua da cidade (VERAS *et al.*, 2014). Os números podem ser ainda maiores, uma vez que a população de rua se expande a outros contextos e regiões que estão fora do radar das iniciativas de mapeamento, e outras mulheres nesse mesmo contexto entram para os dados das não notificadas entre a população de rua da cidade.

Com base em informações adquiridas em campo¹³, tanto pelas narrativas das interlocutoras, como pela observação presencial ao acompanhá-las em diversos contextos e ambientes no Centro Histórico de Salvador e redondezas, as mulheres em situação de rua apresentam roteiros, estratégias de sobrevivência, histórias de vida, motivos de chegada e permanência nas ruas distintas. Além de possuírem necessidades pelas quais os dados quantitativos – ainda que contribuam significativamente para os devidos fins – não dão conta de apreender suas demandas, para a partir disso suprir suas reais necessidades. Demandas que podem se desdobrar em questões financeiras, psicológicas, de ordem afetiva, política, familiar, dentre tantas outras experiências como as de ordem reprodutiva, como é o caso das mães em situação de rua.

De acordo com o último levantamento sociodemográfico¹⁴ sobre pessoas em situação de rua na cidade de Salvador, sempre levando em consideração a subnotificação desses dados, identificou neste contexto aproximadamente 3.060 mulheres, dentre estas 91% são mulheres negras (pretas e pardas). Entre os anos de 2018 e 2020 esse número aumentou por diversos motivos, tanto pelos motivos que causam essas idas para as ruas, quanto outros que as fazem permanecer.

No que diz respeito aos motivos de chegada às ruas, a violência doméstica, o abuso sexual intrafamiliar e estupro por parentes são bastantes recorrentes nas narrativas, como nos fala Luanda, mulher em situação de rua, na pesquisa da antropóloga Luana Malheiro (2018, p. 257):

[...] Eu tinha um conjunto de baby doll que eu sempre usava, e aí eu cheguei na casa de minha mãe, fui usar, aí eu tava dormindo e eu tava vendo aquele negócio passando a mão em mim, me alisando. Aí eu acordei assustada e era ele. Era meu padrasto. Só que aí, na época

¹³ Me refiro ao campo etnográfico que realizei entre 2018 e 2020.

¹⁴ Cartografia dos Desejos e Direitos: "Mapeamento e contagem da População em Situação de Rua". Projeto Axé. UFBA. 2016.

eu tinha uns 13 anos, 12 pra 13 anos, e aí, ele falou pra minha mãe que era mentira minha e aconteceu a primeira vez, a segunda vez, aí eu cheguei, arrumei minhas coisas e saí de casa. Ela não acreditava em mim, às vezes queria me bater porque eu estava dizendo que o marido dela tava tentando me estuprar. Aí eu resolvi sair de casa, quando resolvi sair de casa, foi aí que eu comecei a conhecer esse mundo.

Os estudos de Oliveira (2013) e Santos (2014) também apontam que a violência doméstica sofrida em seus lares antes de ir para as ruas é presente nos discursos das mulheres em situação de rua que participaram de suas pesquisas, “para algumas dessas mulheres, a vida na rua foi a saída encontrada para se livrar da violência doméstica” (ROSA; BRÊTAS, 2015, p. 278). O motivo de Luanda, coincide sobretudo com as falas das interlocutoras dessa pesquisa, que saíram de casa por terem sido estupradas por parentes próximos e agredidas por seus companheiros.

O desemprego como um dos motivos principais de saída de casa para as ruas e a falta de condições materiais para voltar ao lugar de origem, perpassam também nas literaturas mencionadas acima, segundo as(os) autoras(es), o desemprego se torna um dos motivos mais citados entre como justificativa de saída de casa. Nesse sentido, os dados referentes às razões das idas às ruas e dos deslocamentos desta população feminina de rua, também foram reveladores e indicam as vulnerabilidades às quais essa população está submetida, onde o desemprego apresenta 29,8% dos motivos encontrados em 71,3% das entrevistadas (SANTOS, 2011). Dos motivos aqui apresentados, pelo menos um dentre estes, aparece de forma correlacionada, ou indica uma relação causal entre eles. Dasdores, interlocutora desta pesquisa, menciona que a agressão do companheiro juntamente com o fato de estar desempregada a fez ir para ruas, situação pela qual a mesma relata nunca ter imaginado que poderia acontecer.

A partir de minha militância na Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA) até 2019, movimento composto por diversas mulheres, sobretudo, mulheres em situação de rua, tive a chance de acessar através de suas próprias narrativas a pluralidade que formam este grupo populacional feminino nas ruas. A maioria dessas mulheres já tinham filhos e filhas antes de ir às ruas, tais mulheres tinham idade reprodutiva, advindas de bairros periféricos de Salvador e outras eram, também, egressas do sistema prisional. São mulheres casadas, solteiras, com filhos e filhas, e

que administram suas vidas entre as atividades que desenvolvem nas ruas, e o cuidado com as crianças. Como o caso de Creuza, mulher negra que se considera fazer parte da população em situação de rua, pois, tinha a rua como lugar de prover o sustento da família – pedindo dinheiro ou vendendo cigarros e doces – mas também tinha outro lugar para morar, teria conseguido junto ao marido que estacionava carro alugar um pequeno quarto na Rua do Paraíso, próximo ao Campo da Pólvora. Durante o dia estava com as crianças na rua, um filho de 12 anos e outro de 1 ano, e à noite retornava para sua casa.

A autora Sandra Carvalho (2014) ao realizar um estudo com pessoas em situação de rua em Salvador observou “que, ao contrário dos homens, a maior parte das mulheres vive na rua em companhia de familiares”, no entanto, a partir de meus dados de campo, observei que muitas dessas mulheres chegam sozinhas e a partir das ruas estabelecem seus vínculo, seja na composição de família – ao se juntarem com um companheiro¹⁵ ou uma companheira – o que acreditam serem mais respeitadas tendo um companheiro ao lado –, outras convivendo entre suas companheiras para ter de certa forma uma rede de apoio feminina.

Muitas das mulheres que tive contato em campo acreditam que é possível também viver nas ruas sem muito vínculo com a população de rua, a qual, ainda sim se sentem pertencentes, e também sem a companhia de um homem, porém, requer de algumas que “optam” por este caminho, performar um jeito masculinizado para que se possa evitar as violências de gênero contra elas, mesmo não havendo nenhuma garantia de que adotando este estilo se livrem de tais violências.

Geralmente, após a chegada às ruas, mesmo que para muitas mulheres esse contexto se torne um lugar de acolhimento, é um espaço que também manifesta diversos tipos de violência. Tais violências são perpassadas não só pelo racismo, como também pelo sexismo, desde a criminalização destes corpos à violação dos mesmos. Lidam com as violências estatais, através de suas expulsões de determinados territórios da cidade e lidam também com a violência promovida pela chamada “Segurança Pública de Salvador” através da atuação da polícia militar e guarda municipal.

As casas de acolhimento e os albergues, nesse contexto de insegurança, sobretudo durante a noite, são espaços alternativos para algumas mulheres no

¹⁵ Me refiro a namorado, esposo ou marido.

contexto de rua, porém muitas relatam rejeitar estar onde, além de interferir diretamente em sua autonomia, são espaços reprodutores de violências. Casas de acolhimento e os albergues seriam lugares para se pernoitar “em segurança” que acabam se tornando uma extensão da rua, onde as mulheres desenvolvem diversas práticas sociais: sociabilidade, trabalho, higiene do corpo, refeições, lazer e busca por direitos sociais (MIRANDA, 2016). No entanto, por mais que as mulheres em situação de rua tenham a necessidade de um local para habitar e que se sintam mais seguras, algumas iniciativas de acolhimento possuem poucas vagas em relação à demanda, dispondo a cidade apenas de 12 unidades de acolhimento Institucional – cinco próprias e cinco conveniadas – com capacidade total para 600. Essas unidades não contemplam ao menos 50% do público, onde neste caso a prioridade é de mulheres mães e idosos, além disso, nem todas as mulheres em situação de rua se reconhecem nessa maneira de habitação coletiva. Kênia foi uma das únicas mulheres em situação de rua que tive contato em campo que me relatou pernoitar em uma dessas casas de acolhimento, mas informou que vinha sofrendo uma série de violências pelas quais às vezes preferia estar na rua.

Para as mulheres retornarem aos seus lares quando já estão nas ruas, muitas vezes não é uma opção, como ficou explícito em diversas narrativas. Muitas informaram não possuir mais vínculos familiares que lhes possibilitasse o retorno, outras teriam vindo de cidades vizinhas, outras de outros estados – perdendo assim todo o contato com a família, e outras por preferirem as ruas do que voltar para um espaço ao qual simboliza para as mesmas um cenário de violência contra elas. Ao perguntá-las sobre outras alternativas senão as ruas, apontam que se tivessem emprego, ou alguma renda que pudessem pagar aluguel, optariam por sair das ruas.

As ruas de Salvador apontam uma discrepância numérica quando observado a cor dessas mulheres nas ruas, quase todas negras, como apontam os dados aqui já apresentados e é o que enxerga os olhos até se olharmos superficialmente, em sua grande maioria são mulheres (cis e trans) negras. Porém, os números não dizem respeito acerca de como cada trajetória, tanto da mulher negra, quanto da mulher branca, se aproximam, ou se diferenciam no contexto das ruas de Salvador. Essa diferenciação se aplica às questões de interseccionalidade que perpassam pelo grupo e definem as realidades e experiências de cada uma.

O marcador de raça proporciona às mulheres negras em condição de rua uma vivência diferente em relação às brancas na mesma condição. O que não quer dizer

que não estejam todas em comum vulnerabilidade e submetidas às violências de gênero, bem como, estão também diante de um contexto de violação de seus direitos. No entanto, a intersecção dessas opressões, com o adicional da categoria raça, informa, a partir dos dados apresentados, que as mulheres negras são estruturalmente as mais prejudicadas, que encontram mais dificuldades em suas vivências nas ruas por ser quem são, mulheres negras em situação de rua.

Importante ressaltar que a análise interseccional foi uma teoria pela qual me guiou na análise sobre mulheres negras em situação de rua, ainda que ao falar delas, as mulheres brancas em situação de rua não fossem ignoradas. Uma vez que as violências de gênero atravessam as vivências de todas as mulheres, a maneira dessas opressões se manifestarem é diferente para as mulheres negras que são informadas pela raça e sofrem uma dupla opressão, ou tripla, ao considerarmos a orientação sexual e identidade de gênero. Nem todas são cis-genêras, e muitas não se encaixam na heteronormatividade, o que as fazem mais uma vez, junto as questões de gênero e raça, transitar por encruzilhadas identitárias que as fazem ficar em desvantagem nas ruas. Quanto a isso, a autora Kimberlé Crenshaw (2002), precursora do que apontamos como “Interseccionalidade”, diz que:

Frequentemente, um certo grau de invisibilidade envolve questões relativas a mulheres marginalizadas, mesmo naquelas circunstâncias em que se tem certo conhecimento sobre seus problemas ou condições de vida. Quando certos problemas são categorizados como manifestações da subordinação de gênero de mulheres ou da subordinação racial de determinados grupos, surge um duplo problema de super inclusão e de subinclusão. (p. 174)

A teoria da interseccionalidade nasce justamente nesse esforço de sobreposição das identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação. Ou seja, qual rumo tomaria esta pesquisa caso tomasse como ponto de partida somente a população em situação de rua ao termos de raça, ou somente aos termos de gênero? À nível populacional, os homens negros seriam maioria, e em relação ao gênero, o termo "negra" sequer apareceria. Nesse sentido, teríamos, segundo Crenshaw, a “invisibilidade que envolve questões relativas a mulheres marginalizadas” (p. 174), que já se encontram sujeitas às múltiplas formas de opressões. Como apontado por Carneiro (2002) essas desvantagens sociais

experienciadas pelas mulheres negras ao enfrentar o racismo e o sexismo resulta na vida destas uma espécie de “asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões de suas vidas” (p. 210).

Por isso, interseccionar a condição de rua somente com gênero é deixar de fora mulheres negras, interseccionar gênero e raça à condição de rua dessas mulheres, é incluir também mulheres brancas. Pois, ainda recordando Angela Davis (2016), tratar das questões das mulheres brancas, nunca foi garantia de que nossas necessidades (de mulheres negras) fossem contempladas, ou sequer reconhecidas em pautas feministas. A luta das mulheres negras abarca não só questões que atravessam mulheres brancas, mas diz respeito a toda sociedade.

Ao se tratar sobre pesquisas de mulheres em situação de rua, é significativo que em algumas delas (BISCOTTO *et al.*, 2015; MACHADO, 2016; SANTOS, 2014) apareça tão pouco a distinção ou demarcação dessas diferenças, entre as experiências das mulheres brancas que vivem nas ruas, em relação às mulheres negras. Apesar de compor 81,9% da população feminina da cidade, como apontado pela Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SPM)¹⁶, não somos nós, mulheres negras, a maior parte a ter acesso a direitos sociais básicos para viver e não somente sobreviver, dentre ter acesso a outros espaços, ocupações e cargos que parecem serem destinados às mulheres brancas.

Diante desse contexto, por vezes, na sociedade brasileira é preciso que mulheres negras retomem a fala de Sojourner Truth, mulher negra, ex-escravizada que se tornando oradora, fez, em 1851, um discurso que foi registrado durante a *Convenção dos Direitos das Mulheres*, em Ohio, nos Estados Unidos, onde pergunta: “E eu não sou uma mulher?” (RIBEIRO, 2016), dessa forma, reitero, e não temos o direito de acessar direitos que deveriam ser comuns à todas?

Mas retomo: quanto vale um corpo feminino negro em situação de rua? Apresento, ainda que brevemente, uma fala de Dasdores de Oyá, uma das interlocutoras dessa pesquisa:

Mas que sandália o quê Lôra, fiz um processo aí que já tem uns 8 dias. Né meu pé que tá doendo não, é meu útero. Tu com esse bucho aí tá sentindo o peso? Tô achando que não desceu, porque tô com esse mesmo peso, como se ainda estivesse carregando um menino, toda

¹⁶ Este dado informado pela SPM foi retirado da PNAD/2007 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

hora tô indo mijar, porque mulher grávida mija toda hora né? (Av. Carlos Gomes, 15 de novembro de 2019).

A narrativa de Dasdores acima trata-se de um episódio pelo qual a encontrei na avenida Carlos Gomes andando mancando como se estivesse sentindo dores. Ao olhar para os seus pés e perceber que estavam inchados, perguntei se ela não gostaria que eu pegasse uma sandália na loja em frente, pois, à primeira vista, associei seu estado ao chão quente e por isso teria causado dores a seus pés e pernas, por estar descalça. Ao atravessarmos a rua, me disse que estava com fome, e, ao entrar comigo no restaurante para lhe dar uma marmita, a dona do estabelecimento lhe parou na porta, me informando que eu poderia entrar e ela não. A dona do estabelecimento, a olhou da cabeça aos pés e disse: “Olha esse pé, todo sujo, cadê a sandália? Acabamos de limpar o espaço e você já quer vir fazer bagunça?”

É bastante emblemática a situação de Dasdores ser barrada na porta do restaurante por não estar calçada e as representações que estar sem calçado desempenha frente à cor e a pobreza. Ao falar do estar sem calçado a proprietária do restaurante barra sua cor, que presente é mencionada através da ausência do calçado. Portanto, relatos como o de Dasdores abre precedentes para outras análises acerca da pluralidade de vivências encontradas nas ruas de Salvador e experienciadas por mulheres em situação de rua.

Diante desse contexto da PSR em Salvador, sobretudo, das mulheres em situação de rua, me surgiram algumas inquietações acerca de suas vidas e trajetórias reprodutivas, sendo este o objeto de estudo ao qual me debruço. Porém, nesse processo de escrita senti falta de estudos voltados para as mulheres em situação de rua no que diz respeito a suas trajetórias reprodutivas, o que limita também o acesso a estas informações tratando-se de mulheres negras.

As pessoas (negras) com útero em situação de rua engravidam, no entanto, em quais situações e contextos? Se abortam, quais situações e métodos utilizados? Contam com alguma rede de apoio, acolhimento e assistência de saúde? Se decidem gerar e terem seus filhos e filhas, quais as garantias que possuem de permanecer com suas crianças? Como é o processo de estar grávida nas ruas? São perguntas pelas quais não tenho todas as respostas, até porque as experiências são acessadas

e sentidas de formas distintas, mas não há como negar que, todas as mulheres em situação de rua possuem memórias de suas trajetórias reprodutivas, até mesmo memórias reprodutivas que antecedem suas próprias experiências, como as de suas avós, mães e tias. Nesse quesito, as mulheres negras neste contexto de rua acessam suas memórias afroancestrais na medida em que lidam com seus processos reprodutivos e de maternagem, e não somente nessas agências em si, mas, sobretudo, no que diz respeito às estratégias utilizadas nestes processos estando elas em situação de solidão e vulnerabilidade.

Portanto, através das narrativas de Dasdores de Oyá e de Maria Maloca, interlocutoras direta dessa pesquisa, e no que foi possível observar ao acompanhá-las por dois anos – entre o Centro Histórico de Salvador e redondezas – apresentarei memórias registradas em seus “corpo-mente” acerca de suas trajetórias reprodutivas. Junto as trajetórias reprodutivas das interlocutoras, trarei também das trajetórias reprodutivas de outras mulheres em situação de rua, negras e não-negras, pelas quais serão citadas a partir de episódios e contextos pelos quais estive presente, mesmo não tendo me aprofundado tanto nessas trajetórias, como me aprofundei na de Dasdores e Maria.

Para finalizar este capítulo, acrescento que a compreensão de Trajetória Reprodutiva nesta pesquisa está imbricada à trajetória de vida das interlocutoras. Apresento no próximo capítulo a trajetória de vida de Maria Maloca e Dasdores de Oyá, o que inclui elementos que compõem suas trajetórias de vida antes mesmo da chegada às ruas, os motivos que as fizeram “procurar” as ruas como lugar de habitar, e permanência. Concomitantemente, tratarei de vivências e processos que dizem respeito às suas trajetórias sexuais e reprodutivas a partir de suas memórias, sejam elas subjetivas ou aquelas nitidamente expressadas em seus corpos, nesse sentido, o ato de lembrar pertence a todo corpo, se não com marcas na alma, marcas nos pés, nas mãos, e sobretudo, através de suas memórias uterinas.

3. TRAJETÓRIAS DE VIDA DAS INTERLOCUTORAS: DANDO VOZ ÀS MEMÓRIAS

Neste capítulo trato das trajetórias de vida das duas principais interlocutoras desta pesquisa, Maria Maloca e Dasdores de Oyá, sendo esta análise imprescindível para compreensão das trajetórias reprodutivas destas mulheres negras em situação de rua na cidade de Salvador. Tanto a trajetória de vida quanto suas trajetórias reprodutivas estão imbricadas ao ponto de não poder tratá-las senão conjuntamente. Nesse sentido, para que fosse possível trazer todos estes elementos, me interessei em suas narrativas não somente os fatos restritos às suas experiências reprodutivas, mas tudo aquilo que as interlocutoras compartilharam sobre suas vidas, da infância à vida adulta, antes e depois de suas chegadas às ruas de Salvador.

O processo de imersão em campo etnográfico, andar por lugares na cidade que as interlocutoras andaram, ouvir das mesmas os significados que cada uma atribui às suas experiências na cidade, encontrá-las em meios a outras mulheres em situação de rua, permitiu também que eu pudesse ter contato com outras mulheres pelas quais, em momentos pontuais, compartilharam comigo algumas de suas experiências enquanto mulheres negras e mães em situação de rua. Estas experiências são narradas ao longo do texto na medida em que apresento as trajetórias reprodutivas de Dasdores e Maria, uma vez que, mesmo não sendo as demais mulheres interlocutoras desta pesquisa – em seu sentido formal –, elas fazem parte do universo de mulheres que compõem a população feminina em situação de rua da cidade, além de fazerem parte do ciclo de relações de Maria e Dasdores.

Caminhando em direção ao objetivo deste capítulo, que é apresentar as trajetórias de vida das interlocutoras dessa pesquisa, e no propósito de explicar o que chamo de Corpo Sankofa, sinto a necessidade de esmiuçar três noções importantes aqui abordadas: *trajetória de vida*, *memória* e *corpo*. No entanto, enfatizo que essa separação é mais para fins analíticos e conectivos, uma vez que, estes três conceitos só possuem real sentido nessa produção caso estejam indissociados. Isso porque, essas três categorias a serem analisadas possuem a finalidade de contribuir para a compreensão das trajetórias reprodutivas das interlocutoras, que é o objetivo central desta pesquisa.

3.1 Trajetória de vida

Tanto teoricamente quanto metodologicamente o conceito *Trajetória de Vida* está em construção, tanto nas Ciências Humanas, quanto em outras áreas pelas quais utilizam esse conceito enquanto teoria ou metodologia de pesquisa. Utilizado enquanto método, trata-se de uma prática de pesquisa social, que só é possível chegar ao resultado esperado caso essa trajetória seja narrada por alguém (MARINHO, 2017). Teoricamente falando, “trata-se do conjunto de eventos que fundamentam a vida de uma pessoa” (p. 243). E é normalmente determinada pela frequência, duração e localização destes acontecimentos ao longo da vida de uma pessoa (BORN, 2001). No entanto, seja pelo método, ou pela teoria aplicada ao termo, o resultado das *trajetórias de vida* se dá entre as conexões materiais e simbólicas exercidas entre e pelos indivíduos agentes deste processo, por meio das quais elaboram seus próprios cursos de vida, uns em relação aos outros (MARINHO, 2017).

Nesse sentido, o conceito de *trajetória de vida* busca aqui alcançar não somente sua importância enquanto um método capaz de apreender os acontecimentos vivenciados pelas narrativas das interlocutoras desta pesquisa, e, tampouco, busca a compreensão total destes acontecimentos – sendo isto impossível –, mas visa, sobretudo, resgatar os significados que as mesmas atribuem a estas experiências. Se *trajetória* diz respeito ao caminho percorrido para se chegar a um determinado lugar, importa aqui compreender que mais importante do que onde se chegou, é como, quando, em que circunstâncias e o que foi sentido e significado pela perspectiva de quem percorreu um determinado percurso. Ou seja, metaforicamente falando, não diz respeito apenas à como era a estrada percorrida, mas como a mesma estrada se apresentou para cada pessoa que por ela passou. Assim, mesmo sendo Maria e Dasdores, mulheres, negras, mães e em situação de rua, são suas *trajetórias de vidas* que irão lhes conferir particularidades através de suas memórias individuais, mesmo que essas memórias comunguem das memórias coletivas de um povo, mas particular a cada uma, memórias marcadas em suas mentes e corpos – se é que seja possível essa separação.

Desse modo, me interessa neste capítulo trazer enquanto *trajetória de vida* o método que utilizei para sobrepor as narrativas das interlocutoras às minhas observações em campo, pois, em especial neste capítulo, por mais profunda que fosse

minha imersão em campo etnográfico, nada seria mais revelador e empírico que as próprias memórias narradas por Dasdores e Maria. No entanto, como salienta Alvarenga (2018), por mais que essas *trajetórias de vida* digam respeito a um lugar íntimo e acessado somente pelas interlocutoras, ao ouvir a narração destas, enquanto “uma versão alheia de uma história, somos colocados a 'vivenciar' imaginariamente seus pontos de vistas” (p. 41), e, pelo poder da escrita, como aponta a autora citando Merleau-Ponty (2009), é pela memória que os fatos narrados ganham cores e vidas através de vozes capazes de rasurar o plano do silêncio que algumas narrativas de vidas são submetidas.

“E será que tudo que foi narrado pelas interlocutoras foi real?” Ouvi diversas vezes essa pergunta quando solicitada para participar de espaços de formação e discussão sobre mulheres em situação de rua, ao apresentar alguns trechos de suas narrativas para o público, essa pergunta vinha à tona, sobretudo, pela associação nitidamente feita entre a condição de rua dessas mulheres e o uso de substâncias psicoativas associados a elas, como se esses dois fatores influenciassem em suas capacidades de narrar com veracidade suas próprias histórias de vida. Assim, estas narrativas eram sempre colocadas a prova, ficando sempre entre a realidade e o delírio, como se as mulheres em situação de rua, principalmente as negras, fossem tão loucas e tão “drogadas” que não conseguissem acessar uma narrativa lúcida das lembranças de suas vivências, onde suas narrativas em determinados espaços ficavam entre a (pseudo) piedade oferecida pelos(as) ouvintes e a descredibilidade anunciada ao me perguntarem *“será que é verdade isso ou aquilo que te contaram?”*.

Para responder a essa pergunta recorro a Conceição Evaristo (2017), que em sua obra *Becos da Memória*, onde a mesma, através da personagem fictícia criada e chamada de Maria-Nova, relata memórias de sua infância, acontecimentos vivenciados por ela e sua família que “con(fundidos)” – como diz a autora – entre escrita e vida, “ou, melhor dizendo, escrita e vivência” (p. 9) informa que as histórias ali são inventadas, mesmo as reais, quando contadas. Nesse sentido, nem tudo o que Dasdores, Maria, e outras mulheres em situação que cito nessa pesquisa, narraram, nada é mentira, ainda que inventado, uma vez que “entre o esquecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção” (EVARISTO, 2017, p. 12).

No entanto, não se trata de qualquer invenção, mas o surgimento de memórias subterrâneas, àquelas proibidas e portanto clandestinas, logo, memórias que ao

privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, prosseguem seu trabalho de subversão do silêncio (POLLAK, 1989), produzindo assim, como dito por Evaristo (2017): “outras narrativas, provocando outros testemunhos e inspirando outras ficções” (p. 12) como as de Dasdores e Maria nesse texto que, apesar dos nomes fictícios, são tão reais quanto suas histórias e são tão reais quanto Maria-Nova também é, ainda que seja essa personagem fruto de uma realidade exposta ficticiamente.

3.2 Dando vazão as Memórias

Não à toa, quando Fonseca (2017) escreve o posfácio “Costurando uma Colcha de Memórias” para o livro *Becos da Memória*, afirma:

O silêncio imposto aos marginalizados, àqueles que ficam esquecidos em lugares de visibilidades pautada na violência e na degradação, consegue, então, ser ouvido através de ações que vasculham o que foi ocultado ou o que registra a fala dos que vivem vidas tão pequenas [...] (FONSECA, 2017, p. 191)

Quando o silêncio é rompido, algo contrário ao silêncio o rompeu, um barulho, um som, uma fala. A oralidade é uma questão central acerca do que apresento ao lado da *memória*, isso porque, quem lembra de algo, e quem narra essa lembrança/memória, se utiliza da oralidade e/ou corporalidade para expressá-la, sendo este corpo um veículo de manifestações.

Para ter acesso às memórias narradas por Dasdores e Maria, a oralidade foi uma ferramenta fundamental nessa empreitada, sendo a oralidade o que, nós, pessoas negras, temos de mais importante e potente em nossas vidas. Sobre isso, Talga e Paulino (2011, p. 4 *apud* BASTIDE, 1989, p. 35) discorre que foi através da oralidade que “os mitos e valores civilizatórios estavam presentes e vivos nas mentes e corações dos quase quatro milhões de homens e mulheres arrancados de várias etnias existentes no território africano”, sendo assim, é através da oralidade, que com o corpo, alma e voz continuamos a comunicar ao mundo nossa resistência e mazelas impostas para nos silenciar.

Para Martins (2000), “o corpo é um portal que, simultaneamente, inscreve e interpreta, significa e é significado, sendo projetado como continente e conteúdo, local, ambiente e veículo da memórias” (MARTINS, 2000, p. 86). Uma vez que o corpo é veículo de memórias, essas memórias percorrem todos os órgãos do corpo, onde todo o corpo, de certa maneira, armazena memórias, sejam elas negativas ou positivas. As associações de parentesco que são identificadas por estes corpos, os territórios pelos quais estes corpos transitaram, situações vivenciadas por ser quem é, gestos, o jeito de se expressar, tudo isso corrobora para o processo de resgate das memórias neles descritas seja pela oralidade, seja pelas ações que estes corpos executam cotidianamente.

3.3 Ao que se refere ao Corpo na Antropologia caminho em direção ao Corpo proposto por Beatriz Nascimento

Na Antropologia o debate acerca do corpo vem se atualizando ao longo dos anos, no entanto todas contribuições até aqui tiveram sua devida importância para que hoje pudéssemos acessar debates diversos sobre o termo e as significações que a ele vem sendo atribuídas. Em relação a essa diversidade, o antropólogo Marcel Mauss, tendo a preocupação de apresentar o corpo como instrumento de apreensão do mundo, desenvolveu um ensaio sobre as técnicas corporais. O autor parte da premissa que técnicas corporais são as maneiras pelas quais os homens, de todas as sociedades, de maneira tradicional, sabem servir-se de seus corpos (MAUSS, 1974), onde tais técnicas se encaixam num sistema de montagens simbólicas que são “incorporadas”. Ou seja, para Mauss (1974), não é possível, ao se tratar de pessoas adultas, que estes corpos estejam em um “estado natural”, muito pelo contrário, a sociedade está incorporada na experiência individual, onde o corpo é visto como um “instrumento” de apreensão e transmissão da realidade tradicionalmente vivenciada a partir da relação compartilhada na e em sociedade.

Dessa forma, em 1930, Csordas já anunciava que “o corpo é o primeiro e o mais natural instrumento do homem, e o mais natural objeto técnico” (CSORDAS, 2008, p. 109), e é a partir da análise de como os indivíduos em cada sociedade fazem

usos distintos de seus corpos que Mauss apresenta a ideia de como fenômenos sociais em sua totalidade pode ser apreendido através do corpo em experiência comum a outrem, no que engloba fatores biológicos, psicológicos e sociais. Nessa concepção de corpo como local de apreensão e transmissão de sentidos – ora iguais se conviverem na mesma cultura, pois logo apreenderão hábitos e gestos similares e (muitos) até mesmo inconscientes, ora diversos se comparado com outras culturas, sendo o corpo simultaneamente objeto de técnica e meio técnico.

Não somente na antropologia, como também na fenomenologia, concepções acerca do corpo nos apresentam um debate importante acerca do tema, e nessa última a figura do fenomenólogo Maurice Merleau-Ponty nos aponta caminhos distintos, porém não antagônico ao de Marcel Mauss, mas segundo Daolio, Rigoni e Roble (2012) complementares. Os autores compreendem essa aproximação partindo do princípio de que enquanto Mauss compreende o corpo como um local possível de capturar hábitos e gestos de uma cultura num tempo – espaço onde essas apreensões são transmitidas e reproduzidas pelo corpo através do que ele chama de “novas técnicas corporais”, Merleau-Ponty ao desenvolver a teoria da percepção, indica que o corpo é pleno de subjetividade, reconhecendo que a intersubjetividade é marcada a partir da “condição corpórea” que se dá entre ações individuais e coletivas, mas que “o corpo compreendeu e o hábito foi adquirido quando se deixou penetrar por uma nova significação, quando assimilou um novo centro significativo” (MERLEAU-PONTY, 1971, p. 158). Com essa premissa, o autor sustenta a tese que o sujeito incorporado, ou o corpo socialmente informado aos termos de Bourdieu que dialoga tão próximo a Mauss, é passível de significações. Dessa maneira, ambos vão na contramão das ideias do filósofo Descartes lançadas no século XVII, no que diz respeito à dicotomia corpo X mente:

E embora talvez (ou antes, certamente, como direi logo) eu tenha uma idéia clara e distinta de mim mesmo, na medida em que sou apenas uma coisa pensante e inextensa, e que, de outro, tenho uma idéia distinta do corpo, na medida em que é apenas uma coisa extensa e que não pensa, é certo que este eu, isto é, minha alma, pela qual eu sou o que sou, é inteira e verdadeiramente distinta do meu corpo e que ela pode ser ou existir sem ele. (DESCARTES, 1979, p. 134).

Para Merleau-Ponty (1996), em *Fenomenologia da Percepção*, o corpo não é simplesmente um receptáculo que armazena técnicas construídas socialmente e

repassadas, mas um local de experiência com o outro e com o mundo. Onde o indivíduo se percebe ao se ver no “outro”, e este contato é fundamental para que este mesmo indivíduo tenha consciência de si, e da percepção acerca das significações que é capaz de fazer em meio a hábitos, inclusive, concordando com Mauss, hábitos adquiridos. No entanto, esse movimento só é possível pelo fato de sermos corpo e não apenas pelo fato de termos um corpo. Onde toda experiência só é possível porque o corpo (carne) se encontra presente e é através dele que acessamos nossas experiências subjetivamente e objetivamente incorporadas.

Nesse sentido, o corpo não representa somente um instrumento ou uma ferramenta capaz de reproduzir condutas e hábitos pela mera e simples reprodução, mas pela consciência que habita este corpo e é expressa em palavras, linguagem, presença, sentimentos, ao que aos termos de Ponty, estamos falando então de “corporeidade”. Sendo assim, é por este mesmo corpo que inauguramos nossa existência e nossa presença no mundo e que não pode ser reduzido à ordem da natureza humana. Aos termos de Pires Ferreira (2010), “O ponto de vista merleau-pontyano carrega consigo o juízo de que somos presenças ativas no mundo, forçando-nos a ultrapassar a ideia de que seríamos objetos passivos à mercê da História” (p. 50).

Este tema sobre o corpo é passível de debate desde muito antes desses autores acima citados. Filósofos como Platão e Aristóteles, por exemplo, atribuíram ao corpo um valor secundário à mente, respectivamente, o primeiro acreditava que o corpo seria o lugar de aprisionamento da alma, e que esta, “quando foi tomada sob os cuidados da filosofia, se encontrava completamente acorrentada a um corpo e como que colada a ele (...) estando imersa a uma absoluta ignorância” (PLATÃO, 1983). Já o segundo, reforçando o dualismo mente x corpo existente no debate de ambos, afirma a existência de indivíduos inferiores, onde essa inferioridade estende-se a alma, sendo o único proveito desse “homem” inferior a sua força física já estando este destinado “por natureza à escravidão” por somente ter aptidão para o trabalho braçal e por ser inferior, desprovido de intelecto. Ou seja, é nítida a distinção entre corpo e mente trazidas por estes autores que já abordaram essa perspectiva do corpo num tempo denominado ocidentalmente como antes de Cristo (a.C). Dessa maneira, aproveitando a deixa acerca de Platão e Aristóteles, para os fins propostos neste trabalho, cabe lembrar da importância que ambos tiveram para a construção do Corpo a partir do “cristianismo” nascido em Roma e consagrado enquanto Universal,

e, que, até hoje podemos observar essa herança grega na universalização do indivíduo a partir de uma lógica ocidental de compreender o corpo.

Abordagens dicotômicas acerca do corpo deram margens para que tudo o que não fosse encaixado segundo as normas ocidentais, até mesmo na compreensão do que é ser e/ou ter um corpo, como apresentado por Mauss e Merleau-Ponty, era passível de serem desumanizados, pessoas consideradas sem alma e tampouco providas de desejos, sentimentos e memórias, tratados(as) como selvagens, desconectados(as) com a noção de intelectualidade pela qual foi construída desde a antiguidade ocidental, logo, corpos desprovidos de entendimento e discernimento, contudo, descartáveis. E no que diz respeito a esse descarte de corpos, é justamente pelo fato da coisificação destes. Ao se tratar, inclusive, do processo de escravização de pessoas negras africanas no Brasil, impossível não observarmos como essa dicotomia acerca do corpo, muito endossada pelo cristianismo, permitiu que a separação corpo X alma corroborasse para que tanto a população negra no Brasil, quanto a população indígena fossem tratados como coisas e não como pessoas. Todavia, não sendo pessoas e sim “coisas”, “coisa” não lembra, não fala, não pensa, é a existência de um “corpo” – quando pensados para a escravização – sem memória para quem os/as coisificava e impondo assim a condição do silêncio para que essas memórias afrodiaspóricas fosse abafada e conseqüentemente anuladas, esquecidas e não exercidas.

Contudo, para chegar de fato ao que aqui trago enquanto “Corpo” é importante passarmos por estes marcos históricos que influenciaram profundamente na maneira pela qual seres humanos foram diferenciados a partir de seus corpos no mundo, mas é tão importante quanto discorrer em quais fontes bebi para construir o que apresento enquanto *Corpo Sankofa*.

Todas as perspectivas de corpo até aqui apresentadas é também para localizar de quais corpos estarei falando ao tratar de mulheres (mães) negras em situação de rua, onde isso só foi possível esse movimento após romper com a “lógica da colonialidade”¹⁷ que está estabelecida nos debates sobre o corpo. E sobre essa lógica para Maldonado-Torres (2007) aborda:

¹⁷ Aos termos de SILVA (2017), “a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se relaciona à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça.”

Ela se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos, nas aspirações dos sujeitos e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna. Neste sentido, respiramos a colonialidade na modernidade cotidianamente. (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

Apesar de estarmos imersos e imersas nas perspectivas geradas a partir da colonialidade para identificarmos e definirmos as coisas, é importante resgatar-mos através de uma movimentação decolonial interpretações e produções que não se limitam ao que foi compulsoriamente nos ensinado. Por isso, antes de adjetivá-lo de Sankofa, pelas considerações que farei, o que trago enquanto corpo rompe com uma lógica ocidentalizada e para isso, fez-se necessário mergulhar nos ensinamentos de quem, antes de mim, já tinha abordado sobre a necessidade de falar de *corpo* numa perspectiva que não o define, mas o expande a partir da perspectiva racial, mais precisamente, numa perspectiva afrodiaspórica.

Antes de conceituar este *Corpo Sankofa*, foi a noção de *Corpo* apresentado por Beatriz Nascimento que me deu embasamento para tal empreitada. Para ela, segundo Ratts (2006) que elaborou a obra “EU SOU ATLÂNTICA: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento”, a pessoa negra era vista em sua totalidade, passado e presente, mente e corpo, onde este corpo é plural, e mesmo fora de África, continente pelo qual pessoas negras foram arrancadas, é este corpo dotado de memórias afrodiaspóricas que possibilita a construção e qualificação “de outros espaços negros e de várias durações e extensões, nos quais seus integrantes se reconhecem” (p. 59) a partir de uma memória coletiva, que possibilita o retorno a África enquanto uma terra-mãe imaginada e acessada a partir do que ficou registrado e continua se perpetuando através dos corpos negros diaspóricos, permitindo assim uma “continuidade histórica”.

No entanto, depois de séculos após diáspora forçada, o corpo negro permanece sendo esse guardião de memórias pelas quais atravessaram o Atlântico. Memórias pelas quais permanecem nos hábitos, cultura, linguagem, ritmo, alimentação, culinária, saúde, estética, maternidades, dentre outros elementos que compõem os modos de se viver da população negra. Ainda que estes corpos, fisicamente falando, não estiveram no Continente, mesmo que hoje esse Continente já não seja o mesmo – como pontua Beatriz Nascimento –, o corpo assume esse lugar de território, pois, é um corpo que lembra de onde veio pelas memórias afroancestrais que permanecem e são repassadas. Segundo Ratts (2006, p. 68):

Esse corpo negro ainda que parado para falar ou fixado em fotografia enuncia sentidos. Na memória corporal ou na difícil construção da cidadania, a linha do corpo negro continua desenhando o espaço. Fio da memória. Fio da identidade. Espelho que nos indaga.

Assim, para explicar sobre esse movimento entre memória e corpo, Beatriz Nascimento recorre ao termo Yorubá Ôrí que significa “cabeça” para explicar a relação existente entre intelecto e memória, cabeça e corpo. O processo de iniciação no candomblé onde a pessoa “faz a cabeça” é o caminho apontado por Beatriz para que o corpo negro “tenha possibilidades de reconstrução de si, como parte de uma coletividade” (RATTS, 2006, p. 63). Dessa forma, sendo o Ôrí a cabeça do corpo negro, é através dele que as memórias transatlânticas são acessadas e repassadas. Segundo Beatriz Nascimento, em sua narração no filme Ôrí, onde a mesma foi roteirista e narradora, é pelo Ôrí:

[...] que se estabelece enquanto rito e só por aqueles que sabem fazer com que uma cabeça se articule consigo mesma e se complete com o seu passado, com o seu presente, com o seu futuro, com a sua origem e com o seu momento. (ÔRÍ, 1989, s/n).

Trata-se, portanto, de um corpo composto por experiências atuais e passadas/presentes, produtor de saberes, que se comunica e perpassa experiências e memórias através da tradição oral, e através da corporeidade, tudo isso numa concepção de tempo ancestral (RATTS, 2006), onde o Ôrí é o caminho da viagem de volta as diversas formas de se organizar que são oriundas de África, não a mesma África, mas aquela que está em cada corpo negro e aponta (relembra) as diversas formas e estratégias que devemos recorrer para continuarmos existindo e resistindo ao racismo, e todas as formas de opressão que tentam silenciar nossos corpos negros presentes no Ocidente.

As contribuições de Beatriz Nascimento foram fundamentais para que eu pudesse compreender a relação de memória e corpo pela qual perpassa também pelos *corpos sankofas*, no entanto, este se diferencia do corpo apontado por Nascimento por ser adjetivado de Sankofa a partir das memórias reprodutivas de mulheres negras. Neste sentido, se em Beatriz o Ôrí – cabeça – possibilita um caminho de volta para uma África que nos dá “régua e compasso”, em Corpo Sankofa,

o ventre se torna também um lugar de retorno a África, e é a partir dessas memórias que nascem de seus ventres que Dasdores, Maria e tantas outras mulheres negras na mesma acessam estratégias de maternidades pelas quais remetem ao movimentos feitos pelo pássaro, movimentos também, ancestrais, de retorno e de futuro.

3.4 Corpo Sankofa: Um movimento através da gestação e os caminhos apontados pela maternidade

Sankofa, o termo *Sankofa* em si é uma palavra Akan, de origem étnica kwa do Gana e Costa do Marfim. Na tradição africana, parte do conjunto de ideogramas chamados *adinkra*, representado por um pássaro mítico que está com os pés firmes andando para frente, com a cabeça voltada olhando para trás (OLIVEIRA, 2016, p. 15). O símbolo é traduzido por: “retornar ao passado para ressignificar o presente e construir o futuro”, dentre outras interpretações pelas quais tem a mesma finalidade de colocar o passado não enquanto um lugar não acessível, mas possível e necessário de ser revisitado para o presente ser possível, bem como as possibilidades de futuro, nesse sentido, se o passado é ancestral, o futuro também depende dessa ancestralidade para ser possível.

Mas o que isso tem a ver com mulheres (mães) e em situação de rua? Para algumas mulheres nesse contexto, que tiveram outras estratégias para lidar com a maternidade estando nessa condição, talvez, nada. Mas para Dasdores de Oyá, Maria Maloca, e várias outras mulheres negras em situação de rua – como apontam outras pesquisas, que veremos no capítulo seguinte – acessaram um movimento ancestral para que a maternidade seja possível, esse movimento possibilitou o que aqui trago enquanto *Corpo Sankofa*.

Para a autora Oyèrónké Oyèwùmí (2021), ao falar de maternidade africana – mais precisamente a ioruba – ela se diferencia da maternidade ocidental por não compreendê-la enquanto uma experiência individualizada a mulher que concebe a criança, mas cabia a toda comunidade em que essa mulher fazia parte o cuidado da prole, existindo assim uma multiplicidade de pais e mães pelos quais, não necessariamente exerciam esse papel pela biológica, não necessariamente precisaria

ser a mãe biológica a única a exercer a maternidade. Sabe aquele ditado bem ocidental em que diz “quem pariu os teus que o balance”? Essa lógica deixa de fazer sentido em comunidades pelas quais, metaforicamente falando, mesmo não parindo a criança, a família e a comunidade (sendo essa uma extensão da família ainda que não partam de laços consanguíneos) balança e cuida da mesma.

Essa memória de como se organizar em redes de parentesco a partir da maternidade é uma memória resgatada e exercida por diversas mulheres negras pelo mundo. Collins (2019), ao se referir às mulheres afro-americanas, pontua que “atribuir a uma única pessoa a plena responsabilidade pela maternagem nem sempre é uma opção sensata e viável” (p. 298), sobretudo, em contextos pelos quais a continuidade desta cultural de origem africana precisa emergir como estratégia frente às opressões interseccionais de raça, gênero e classe.

As mães de sangue e as mães de criação são categorias pelas quais coexistem para a manutenção das comunidades negras, surgindo assim diversas adoções informais por partes de avós, irmãs, tias, primas, em contextos pelos quais, por diversas razões, as mães biológicas não estão preparadas, não podem, ou não desejam exercer a maternidade (COLLINS, 2019). Nesse sentido, as trajetórias de vida e reprodutiva de Dasdores de Oyá e Maria Maloca, reforçam esse movimento ancestral de recorrer a rede de parentesco para o cuidado com suas filhas e filhos estando elas em situação de rua e impossibilitadas de exercerem a maternidade nesse contexto. Mesmo que outrora essas relações familiares estivessem rompidas ou fragilizadas, este movimento Sankofa, o retorno ao passado, o retorno às suas ancestrais, principalmente, o retorno a suas mães e avós foram fundamentais para que não houvesse a retirada institucional compulsória de suas crianças, como veremos no capítulo III desta dissertação.

Nesse sentido, chamo as interlocutoras desta pesquisa de *Corpos Sankofas* por todo movimento que fizeram a partir da maternidade para assegurar o futuro de seus filhos e filhas, a possibilidade dessas vidas virem ao mundo, nada fácil no contexto de adversidades pelo qual vivem. E é nesse contexto que acessam memórias ancestrais de como gerar possibilidades de continuidade e manutenção de famílias negras, ainda que essas memórias mesmo dizendo respeito a uma origem gloriosa, sejam resgatadas a partir destes corpos sankofas como estratégia de sobrevivência frente a contextos de violências e vulnerabilidades.

No entanto, este corpo sankofa que aqui apresento, é também uma metáfora em relação ao movimento que o corpo da Sankofa faz em relação ao movimento que as mulheres citadas nesta pesquisa fizeram para garantir o futuro de suas crianças. Assim como a sankofa voando para frente, com a cabeça voltada para trás carregando no seu bico um ovo, o futuro, as mulheres aqui citadas fizeram em diversas situações este mesmo movimento a partir de suas maternidades, ainda grávidas, carregando um futuro em seus ventres, se voltaram para trás ao recorrerem à suas mães, avós, tias, amigas, irmãs para que fosse possível a possibilidade de um futuro, que não diz respeito somente aos nascimentos de suas crianças, mas a continuidade de famílias negras, sobretudo, as suas.

Dessa forma, me refiro a corpos sankofas pelo fato de estar falando de mulheres que estão gerando vida – parindo o futuro – e retomando o passado (à ancestralidade) para que seja possível manter a unidade da comunidade, da família, no presente e no futuro. Nesse sentido, ainda que Maria e Dasdores tivessem recorrido às suas redes de parentesco para garantir que suas crianças não fossem retiradas compulsoriamente, outras relações foram se estabelecendo em torno desta, resoluções familiares, troca de afetos, acolhimento, e demais relações que se estenderam para além das interlocutoras, mas dizem respeito a relação de suas mães e avós com seus e suas netos e netas.

Portanto, acessar essas memórias ancestrais de como gestar e maternar em meios as impossibilidades, recorrendo às suas famílias quando necessário para garantir que seus filhos e filhas continuem fazendo parte dessa linhagem é lembrado por um corpo sankofa, àquele corpo que lembrou das estratégias de comunidades africanas quando não foi possível a mãe biológica ser a responsável pela criação da prole. Esse movimento, possibilita também reconhecer que a maternidade não necessariamente está atrelada às questões biológicas mas a questões culturais, onde se expande da mãe consanguínea às mães de criação, um movimento que não diz respeito somente a Dasdores e a Maria, mas também as suas ancestrais (mães, avós...) e posterioridade (filhos e filhas).

Para tanto, este capítulo tem como objetivo apresentar as trajetórias de vida de Maria Maloca e Dasdores de Oyá, onde apresento: os porquês dos nomes escolhidos para aqui serem representadas; lugares que moraram; onde nasceram; como as mesmas se definem (identidade racial, orientação sexual); relatos de infância e adolescência; relações familiares; espaços que transitaram durante suas vidas; o

contato com a rua; o uso de substâncias psicoativas e relatos de ordem reprodutiva e sexual (ainda que não sejam analisados profundamente neste capítulo). Neste tópico, sobre as trajetórias de vida, apresento essas informações em texto corrido e a ordem que essas informações aparecem podem variar de acordo com cada história de vida. Dito isso, adianto que este capítulo subsidiará o próximo capítulo, possibilitando uma melhor compreensão das trajetórias reprodutivas de Maria e Dasdores a partir de suas trajetórias de vida.

3.5 Trajetórias de Vida: Maloca e Dasdores de Oyá

Ao lidar com estudos que empregam sobre trajetórias de vida, dois cuidados há de se observar, o primeiro é estar ciente de que essas trajetórias ao serem narradas pelos sujeitos, não necessariamente estarão numa ordem cronológica. Montagner (2007) ao citar o pensamento de Bourdieu (1968) sobre as produções científicas que envolvem histórias de vida nas Ciências Sociais indica que a rigor “não existe, ainda que esta idéia seja extremamente atrativa e sedutora ao senso comum, uma seqüência cronológica e lógica dos acontecimentos e ocorrências da vida de uma pessoa. Nossas vidas não são um projeto sartriano e não possuem um sentido teleológico” (p. 251).

Nesse sentido, os eventos da vida da pessoa que conta sua história de vida a partir de um determinado assunto/tema não se dá necessariamente através de uma narrativa linear e progressiva dos acontecimentos, até porque, o próprio ato de lembrar desses acontecimentos não está enrijecido numa ordem de tempo construída dicotomicamente entre passado e presente. Essas memórias resgatam percepções pelas quais foram acessadas num momento de um diálogo, de um desabafo em campo, e não necessariamente foram retomadas a partir de seu lugar de origem, mas a partir do significado que passou a ter ao ser narrado naquele presente momento. Essa memória não corresponde ao passado em si, mas ao que ficou deste acontecimento registrado neste corpo/presente e compartilhado na “entrevista”. Nesse sentido, essas trajetórias seriam, assim, o resultado construído a partir de “um sistema de traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias” (BOURDIEU, 1992).

A segunda questão é que diante das dualidades que estão presentes nas Ciências Sociais como: objetividade x subjetividade, macro x micro, individual x coletivo, todo x parte em torno da análise sobre trajetórias de vida não podem estar sujeitas a uma coisa ou outra, mesmo que alguns estudos, como apontado por Bourdieu, implica em tratar dos sujeitos ou como uma parte que compõe o todo – sendo este tratado de forma abstrata ao meio que está inserido – ou onde este todo se torna um contexto: “pintado como rígido, coerente, servindo como um pano de fundo imóvel para explicar a biografia” (LEVI, 1989, p. 1331), e que incide em todos os membros de determinado grupo inflexões homogeneizantes incapaz de capturar as particularidades de cada indivíduo, como indica o autor Paulo Guérios (2011). Ou seja, se por um lado os sujeitos enquanto atores sociais não devem estar representados (as) nas pesquisas de forma abstrata ao meio em que estão inseridos(as), tampouco devem ser generalizados (os) por compartilharem experiências coletivas num contexto comum e maior.

Portanto, não se deve desconsiderar que a homogeneização atribuído ao termo “população de rua” parte da lógica de tratar-se de pessoas que compartilham de vulnerabilidades e fatores comuns, inclusive a própria situação de rua, o que gera um ganho político ao tratá-los (as) enquanto um grupo populacional, o que se torna mais estratégico para a população em situação de rua, sobretudo, para fins de sobrevivência, resiliência e capacidade de existir socialmente e se organizar politicamente. No entanto, isso não é determinante para que não reconheçamos as heterogeneidades: diferenças e diversidades de pessoas e histórias de vidas que estão nas ruas e são únicas.

Tanto a história individual, quanto o contexto e as interações coletivas se modelam concomitantemente, a ponto de tais subjetividades e objetividades e demais dualidades se complementarem. Nesse sentido, tais trajetórias aqui descritas, ao mesmo tempo que suscitam questões de ordem individual e questões sobre suas trajetórias reprodutivas, abarca em seu conteúdo relações familiares, relações de amizades, conflitos, e modos distintos de vida que, também se conectam com experiências, interação e vivências compartilhadas com o(s) grupo(s) populacional(is) de pertencimento e universos de relações pela(s) qual(is) as interlocutoras estiveram e estão inseridas.

3.5.1 Maria Maloca

Esse nome foi a mesma quem escolheu para ser apresentada nesta pesquisa. - *“de por mim ela não seria chamada assim, quem já se viu, tem um nome tão bonito”* disse sua mãe no dia do chá de fralda de Maloca, que foi organizado por mim, e por demais companheiras que compôs sua rede de apoio em uma de suas gestações. Doesse a quem doer, Maloca me fez prometer que assim seria chamada toda vez que eu fosse falar sobre ela. Muito para além de um pseudônimo, Maria Maloca não é um nome falso, e sim, uma reivindicação de alguém que fala a partir de um determinado lugar que se identifica. Mesmo Maria tendo consciência do sentido pejorativo, por vezes, atribuído ao termo “maloca”¹⁸, adota-o enquanto nome que diz respeito à sua maloca, fazendo uma analogia ao seu grupo de pertencimento e a partir disso definindo sua própria identidade, como bem nos ensina bell hooks (1981) “Como sujeito toda pessoa tem o direito de [...] estabelecer sua própria identidade, dar nome a sua própria história” (p. 42), e acrescento, dar-se o próprio nome pelo qual se identifica a partir de sua realidade.

Eu sou maloca, porque eu vivo com minha maloca e onde eu for a maloca vai tá comigo, tá ligada? Eu sou a maloca. Aqui nas áreas todo mundo me respeita, porque sou correria. Se você perguntar por mim, todo mundo vai perguntar se é a Maloca. Porque é isso né irmã, a rua me chama assim e eu quero que me chamem assim, tá ligada não?! A maloca da rua é minha galera e eu represento a maloca no meu nome, tá tudo junto e misturado (Dois Julho, Setembro de 2020).

Maria Maloca representa com seu nome a confluência de identidades pelas quais ela se reconhece, se estendendo simbolicamente a sua própria representação. Já o nome “Maria” é em homenagem às duas Marias que fizeram parte de sua vida. Uma que Maloca considerava como mãe e a outra Maria que foi sua companheira (esposa) por mais de 10 anos. Portanto, ao me verem aqui falar de Maria, ou de Maloca, estarei tratando da mesma pessoa. Nascida no Bairro de Fazenda Coutos, na periferia de Salvador, é a filha caçula dos cinco irmãos e irmãs. Quando a conheci

¹⁸ Devido às suas derivações como “maloqueiro” e “maloqueira” “para tratar de pessoas que vagam ou dormem pelas ruas e associadas à marginalidade” (ADORNO; VARANDA, 2004).

em 2016, Maria tinha 30 anos de idade. Nosso encontro foi marcado por uma data simbólica, dia 25 de Julho “Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha”. Dia no qual recebi um convite de uma amiga redutora de danos e pesquisadora que, através do Programa Corra pro Abraço realizava uma ação na estação de ônibus do Aquidabã para a população em situação de rua, onde ministrei uma oficina de turbante para as mulheres ali presentes, e, desde então passei a encontrar Maria em outros ambientes pelo centro da cidade.

Ao realizar uma pesquisa sobre aborto entre mulheres negras em Salvador, em 2017, como conclusão de curso no bacharelado em Ciências Sociais, convidei Maria para ser uma das interlocutoras do trabalho. Nesse processo, expliquei que o trabalho seria feito entre mulheres negras oriundas de bairros periféricos da cidade. Percebi que naquele momento intitulá-la enquanto “mulher negra” lhe causou um certo estranhamento, pois a mesma se considerava “morena”, mesmo eu vendo diante de mim uma mulher de pele preta. Dessa forma, foi necessário respeitar o processo de autoidentificação de Maloca, o que me fez não questionar a atribuição dada pela mesma à sua identidade, compreendendo que apenas ela teria autoridade para definir-se e expressar sua própria concepção de pertencimento identitário étnico-racial.

Em um de nossos encontros, Maloca teria me sinalizado que gostaria de mudar o nome pelo qual seria representada – os porquês já mencionados acima – de Ana Preta reivindicou-se Maria Maloca. Mulher de estatura média, magra, se considera parecida com a mãe. Como não conheceu seu pai biológico, acredita que seria um homem indígena. Segundo Maloca, tudo o que não era parecido com a mãe – tratando-se dos traços negroides – era herança do pai, ao falar de seus traços indígenas. No entanto, foi possível observar a tomada de consciência de Maloca acerca de sua identidade racial na medida em que se envolvia em debates com a população de rua, nos movimentos de mulheres negras da cidade, e sua participação ativa na Rede Nacional de Feministas Antiproibicionista (RENFA), assumindo, sobretudo, um processo de descobrir-se negra a partir de sua militância. Porém, não que o fato de ser negra estivesse escondido ou camuflado, muito pelo contrário, dos traços físicos à corporeidade sua presença anunciava aos 4 cantos da cidade sua negritude. O fato de antes não se ver como mulher negra, ou ainda não ter pensado sobre, não a eximiu de ser tratada socialmente e experienciado o mundo a partir de sua negritude, reconhecendo-se negra, ou não.

Mulher, Negra, bissexual, periférica, ativista dos movimentos de populações em situação de rua e feminista antiproibicionista, é assim que Maria Maloca se apresenta. Aqui é possível observar as intersecções de raça, gênero, orientação sexual e classe que compõem sua identidade. O território¹⁹ que aqui informa a classe social de Maria não anula a existência de pessoas de classe média em bairros periféricos da cidade, mas não é o caso de Maria, tendo em vista, sobretudo, a configuração de seu arranjo familiar e as condições econômicas pelas quais viveram.

Ainda criança viajou com a mãe para São Paulo que trabalharia enquanto empregada doméstica. Quando pergunto sobre sua estadia em São Paulo, Maria anuncia o início de sua trajetória na rua aos 11 anos de idade:

[...] eu como tive uma grande decepção, porque assim, eu tinha um sonho, um sonho de ser modelo, casar na igreja e tudo, mas infelizmente, minha mãe pegou um cara que abusou de mim, depois disso eu não quis saber de mais nada, pra mim tudo acabou ali (...). Aí quando ele tirou minha virgindade eu ia fazer 11 anos, tá ligada! (...) depois de um tempo ele largou minha mãe [...] (27 de Julho de 2018, Aquidabã).

Como abordei no capítulo anterior, são diversos os motivos encontrados nas narrativas de pessoas em situação de rua no que diz respeito aos seus encontros com rua enquanto lugar de moradia. Corroborando com a afirmação, Frangella (2009), em pesquisa realizada com a população em situação de rua em São Paulo, aponta que principalmente mulheres adultas e adolescentes “saem de seus contextos familiares e domésticos por inúmeras razões. Uma das mais elencadas é a violência doméstica (...) sendo essas violências efetuadas por pais, padrastos, maridos, familiares”, sobretudo, em vítimas ainda menores de idade.

A trajetória de vida de Maria Maloca é atravessada por uma das diversas formas que a violência doméstica pode se manifestar. Digo “uma das violências” por compreender que, como descrito no artigo 5º da Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher – podendo esta ser criança, adolescente ou adulta - é “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”. Portanto, vale a pena ressaltar que o tipo de violência doméstica sofrida por Maria é de ordem sexual,

¹⁹ Me refiro a Fazenda Coutos, seu bairro de origem.

o que configura violência física e psíquica, se é que podemos distinguir, neste caso, o físico do psíquico. Portanto, durante quase 2 anos em contexto de violência, Maria aos 11 anos decide sair de casa e recorre à rua como lugar de moradia, mas especificamente na Cracolândia, em São Paulo.

O uso de álcool e outras substâncias psicoativas passou a ser constante em sua vida quando, segundo Maloca, o momento dos usos era a oportunidade que tinha para esquecer de seus problemas e amenizar a sensação de frio, principalmente durante as noites. A cultura do uso das substâncias, por diversas vezes, passou a ser considerada por ela, também, como seu momento de lazer frente ao contexto em que estaria vivendo:

Ó, foi assim, lá em São Paulo faz muito frio, sabe? Mas é frio mesmo. Nos primeiros dias fiquei até suave, mas depois o bicho pegou de verdade. Porque eu sentia muita saudade daqui de Salvador e das minhas amigas lá da minha rua, mas eu sempre fui ousada viu. Eu fazia de tudo pra esquecer que tinha minha mãe em São Paulo. Pra não ter que voltar pra casa eu ia roubar nas ruas lá, entendeu, me prostituía mesmo, tá ligada? Tinham outras meninas lá que faziam a mesma coisa. Aí juntava uma ruma de pivetinhas assim, da minha idade (risos), a gente ia roubar né, porque nós tinha que comer. E aí um dia a gente conseguiu um lance bom, aí dividimos o dinheiro e a gente foi comemorar. Lá na Craco mesmo. Na comemoração tinha bebida, umas bombinha que vendia lá, cola, e peitinho. Na época a Craco ficava na 23 de maio, e com um real a gente conseguia um crack do bom, num é essas porcarias que se vê hoje não, tá ligada cêra?! Aí vei, a gente tudo piveta dava uns pau na lata, depois bebia e ficava por lá mermo. Aí nós esquecia do frio, da fome que batia no outro dia arrombando tudo piveta.

Tanto na pesquisa da autora Rocha (2018)²⁰ sobre violência e mulheres em situação de rua, quanto na pesquisa da antropóloga Luana Malheiros (2018) com mulheres usuárias de crack no Centro Histórico de Salvador, a questão da “cultura do uso de drogas²¹” aparecem demonstrando o processo de sociabilidade e elaboração de estratégias de segurança a partir do uso, principalmente no que diz respeito às

²⁰ O tema da pesquisa da autora Edicarla Macêdo Rocha foi: “Tudo é violência: A percepção de violência de mulheres em situação de vulnerabilidade social do território do Pela Porco/Salvador – BA”, realizada em 2018.

²¹ A cultura do uso de drogas é um conjunto de saberes e práticas organizadas sobre o uso de drogas que está imerso entre controles sociais formais (aqueles que se constituem a partir do controle do Estado) e controles informais (adquiridos na rede de sociabilidade e no aprendizado entre pares). (MALHEIROS, 2018).

condições de vulnerabilidades pelas quais a população em situação de rua enfrenta, sobretudo, as mulheres e durante as noites: “Dandara: (...) Enquanto uma dorme, a outra tá de olho, vigiando. Aí tem que fazer o corre, primeiro o corre da massa e depois da química. A massa para quem tá dormindo e a química para quem precisa ficar acordada” (MALHEIRO, 2018, p. 243).

Para quem dorme nas ruas, principalmente sendo mulher, como Malheiro (2018) demonstra através da fala de Dandara, o uso de algumas substâncias está para atender necessidades que surgem diante de um contexto que todos os dias exige velhas e novas estratégias de sobrevivência. Rocha (2018, p. 45) aponta que entre mulheres em situação de rua e usuárias dessas substâncias tornadas ilícitas, a cultura do uso de drogas surge enquanto "um espaço de socialização onde são partilhados o prazer de estar entre pares, experiências de vida, companheirismo, bem como valores morais". Dessa forma, Maloca ao falar tão espontaneamente sobre a cultura do seu uso de drogas na Cracolândia, quanto Dandara na pesquisa de Malheiros (2018), se aproximam no sentido de expressarem as significações que o uso de drogas tem frente ao contexto da rua.

A partir desses exemplos, surge a necessidade de compreender o uso das drogas neste contexto, e que significado o uso tem para essas mulheres, além do que se é colocado pelo senso comum, que é a criminalização das usuárias por estarem cometendo um ato ilícito. Portanto, o uso de quaisquer substâncias psicoativas para uma pessoa que não tem garantia de alimentação, moradia, segurança, dentre outros fatores que assegurem seu bem estar, pode ter diversas significações, desde as apresentadas aqui, no que diz respeito à socialização e estratégias de sobrevivência a partir da cultura do uso, até outros fatores de ordem de saúde pública e segurança pública, como o alto índice de agressões, prisões, inclusive arbitrárias, de pessoas em situação de rua.

Para sobreviver ao contexto da Cracolândia, fora o uso de drogas, Maria recorreu a prostituição, em troca de alimentos e dinheiro, e, conseqüentemente, diante do contexto de extrema vulnerabilidade aderiu a prática de pequenos furtos. Furtos e a prostituição também aparecem nas narrativas das interlocutoras nas pesquisas de Rocha e Malheiros, ambas realizadas em 2018.

Aos 13 anos de idade Maria retorna para Salvador de carona, e estando a poucos meses na cidade reencontra sua mãe. Maloca relata que em diversas vezes, ainda morando na Cracolândia, viu a mãe à sua procura, mas se escondia para que

não fosse achada, preferia morar na rua do que voltar para casa e viver as opressões pelas quais estava passando com o companheiro de sua mãe em São Paulo.

Maria se considera uma mulher feliz, acredita que mesmo passando por tudo o que passou tem o respeito de todas (os) na rua. Já trabalhou fazendo bijuterias, ajudante de mestre de obra, guardadora de carro, no varejo com vendas de drogas e relata que durante um tempo entreter turistas foi uma de suas funções para arrecadar dinheiro. Sobre essa experiência relata que entre 14 e 15 anos de idade, ficava no mercado modelo pulando no mar para pegar as moedas que os gringos²² jogavam só para vê-la mergulhar e voltar com a moeda em mãos, chegando a ficar tarde inteiras nessa função. Sobre este episódio da vida de Maria, é impossível não perceber o racismo recreativo em volta desse contexto. Aponto enquanto “racismo recreativo” o que foi elaborado pelo autor Adilson Moreira (2019) em seu livro “O que é Racismo Recreativo?”, que considera esse tipo de racismo uma política cultural hostil estratégica, onde permite que pessoas brancas ou instituições mantenha uma imagem social positiva em detrimento da imagem ridicularizada da pessoa negra através do humor racista que:

(...) busca a gratificação psicológica dos membros do grupo racial dominante por meio da afirmação da suposta inferioridade de minorias raciais. Isso permite que eles (pessoas brancas) obtenham compensação de caráter narcisista a partir do humor racista (...). Além disso, o humor racista compromete a reputação social de minorias raciais, o que serve para legitimar formas de exclusão. (MOREIRA, 2019, p. 100-101)

Através de um olhar racialização a esse episódio fica nítido que a atitude tomada por turistas brancos, como essa apresentada por Maloca, dentre vários outros episódios similares em relação às pessoas negras e em situação de rua em Salvador, configura um processo de ridicularização e desumanização dessas pessoas através de práticas racistas como esta. Se de fato, tais turistas quisessem doar para Maloca algum valor em dinheiro, dariam em suas mãos, e não necessariamente jogavam as moedas no mar para vê-la buscar. Outros episódios como este fizeram parte da trajetória de vida de Maria Maloca, ainda que a mesma não tivesse reconhecido o racismo impregnado em atitudes muitas vezes “transvestidas” de solidariedade.

²² Pessoa que não nasceu no Brasil, estrangeira.

Na mesma época desse episódio Maria Maloca conheceu Maria Lúcia, sua amiga e redutora de danos, que lhe apresentou o Movimento de População de Rua (PopRua), a partir desse contato inicia a militância de Maloca no PopRua. Desde que retornou a Salvador, Maria permaneceu em situação de rua, ainda que por alguns momentos durante sua jornada de vivências nas ruas, tenha dormido vez ou outra em abrigos cedidos por amigas e amigos, desde casarões abandonados e ocupados no Centro Histórico da cidade, até outros bairros mais distantes.

Neste cenário, Maria teve um relacionamento que durou mais de 10 anos. Essa relação possibilitou que para além da rua, tivesse a casa da companheira enquanto local para dormir, tomar um banho e sanar outras necessidades em seu cotidiano. No entanto, Maria relata que assim como ela, sua companheira também já teria tido uma trajetória de rua, mas os últimos anos de suas vidas foram vividos num quartinho pequeno no centro da cidade, pelo qual, em diversas vezes, o dividia com Maria. Porém, em 2019, a companheira de Maria faleceu, e mais uma vez a rua se tornou seu único local de moradia, a rua a acolheu. Após esse relacionamento, Maria relata que não quis mais se envolver com outras pessoas durante anos, tendo apenas posteriormente se relacionado sexualmente com o homem que viera ser pai de seu filho, mas que, ainda assim, não mantinha vínculos.

Até o momento em que estive em campo (2020), Maloca não usufruía de programas vinculados às políticas de assistência social, como moradia, ou recebia qualquer benefício, como auxílio alimentação, dentre outros. Já pensou em voltar a estudar, mas acredita que o contexto da rua não permite essa possibilidade, tendo ela apenas concluído a alfabetização. Quando começamos essa pesquisa, em 2018, Maria tinha 32 anos de idade e 21 anos vivendo em contexto de situação de rua. Portanto, é importante destacar que, mesmo assim, nunca perdeu por muito tempo o vínculo com sua mãe.

A rua, ao mesmo tempo que é identificada por Maria enquanto lugar de acolhimento, é também um espaço que manifesta violências construídas de maneira racializada e gentrificada, que ao serem intensificadas a partir do contexto de vulnerabilidades, lhe desumaniza e violenta. Por isso, preferiu sempre dormir em espaços onde houvesse uma rede de apoio no ambiente, seja essa rede formada por suas parceiras, como chama suas companheiras de rua, ou em bairros que através da militância a mesma obteve uma visibilidade maior da população, o que a faz sentir-se mais segura em determinados territórios que transita.

Sempre com roupas folgadas ou interpretadas socialmente como “roupas masculinizadas” em uma de suas falas me fez perceber que estava longe de conectar esse modo de vestir-se à sua orientação sexual, e sim, muito mais para evitar que seu corpo fosse acessado de forma não permitida e violenta nas ruas ao ser percebida enquanto um corpo feminino. Ao me contar sobre ter ido buscar umas roupas que ganhou de uma amiga ativista, narra que se as vestissem, no outro dia, amanheceria nua:

Passei lá nos Passos mana. Peguei as roupas com a bróder lá, tá ligada?! Mas eu acabei passando pras minhas parceiras, né? Porque umas roupas assim, justinhas, eu não tô louca de colocar. Aí fico doidona, fico me passando e no outro dia mana, acordo é nua. Durmo, dando mole, aí os caras vem de lá e você sabe né? Faz logo uma covardia. Não aguentam ver um corpinho assim, que já querem mexer. Aí eu faço o que? Meto logo a faca. Por isso que nem me dê viu mana. Vestidinho, shortinho, blusinha. Sou Maloca, uso assim, tá ligada?! (...) Aí o povo diz, olha lá, ela de shortinho. Vem mexer. Meu negócio é shortão, camiseta, às vezes eu uso umas blusinhas mais no corpo, apertadinha. Mas dizer que eu gosto, não gosto. Fico logo cabreira.

A fala de Maloca coincide com o que foi apresentado na pesquisa de Frangella (2009), principalmente no que diz respeito a adoção de um estilo tido como “masculinizado” para se proteger das violências cotidianas exercidas contra corpos feminilizados nas ruas. Portar faca e outros instrumentos de corte faz parte do cotidiano de Maloca, e de diversas outras mulheres em situação de rua, como apresenta Gonçalves (2019), através da fala da interlocutora Carolina em sua pesquisa com população em situação de rua em Porto Alegre:

Na noite eu andava armada. Porque tinha pessoas que eu nem conhecia. E uma vez tentaram fazer isso aí comigo. E eu reagi. Ainda bem que eu tava com um troço pra me defender. Peguei o que eu tinha e me defendi. Andava com faca, com estilete, com canivete, com qualquer coisa. Com gargalo de garrafa também. Às vezes não tinha estilete, não tinha uma coisa, tinha gargalo de garrafa. Quebrava a garrafa que eu achava nas ruas e carregava. Carregava na bolsinha. Numa bolsinha pequenininha que eu usava. Ou se não eu botava na bota, que eu andava sempre de bota longa e eu botava aqui. (GONÇALVES, 2019, p. 18).

No entanto, como ainda afirma Gonçalves (2019), em relação à violência sofrida por mulheres em situação de rua, principalmente no que diz respeito às

violências sexuais que: “esse tratamento leva as mulheres a uma mudança de atitude corporal, com a adoção de uma postura forte e agressiva em relação aos homens ao redor, que conta com o auxílio de artigos como facas para incrementar os instrumentos de defesa” (p. 53).

Sobre o local de dormir, algumas disputas acerca destes locais se acirram entre a população de rua, no que diz respeito ao território e pertencimento do espaço. Alguns lugares são demarcados, seja para vendas de mercadorias, trabalhar durante o dia estacionando carros, ou para dormir durante a noite ou em outro horário do dia. Maloca diz que mesmo a rua não tendo dono, na madrugada os donos e donas das calçadas aparecem, e quem é da rua deve respeitar quem estava ali primeiro. Como a mesma afirma não ser de lugar nenhum e andar em todos os lugares do centro da cidade, não tem um lugar fixo para dormir, mas sempre dorme entre o Pelourinho e a Estação de ônibus do Aquidabã.

O bairro Dois de Julho é um outro espaço no centro da cidade em que Maria conhece os moradores locais, no entanto, é um território que costumava ficar mais durante o dia. A estação de ônibus do Aquidabã é um dos locais onde mais encontrei Maria Maloca, durante o dia ou à noite. Por ser um espaço que possui uma cobertura em sua estrutura física, o Aquidabã, espaço também que são realizados encontros com equipes de acolhimento e redução de danos para a população de rua, geralmente está sempre cheio com pessoas transitando, trabalhando, pegando ônibus, vendedores ambulantes, e famílias que ao chegarem às ruas se alojam no espaço em busca dos benefícios sociais prestados por instituições governamentais e doações de roupas e alimentos pela sociedade civil e movimentos sociais que atuam no espaço a partir dessa pauta.

Maria relata que para fazer seu asseio e outras necessidades, às vezes, recorria à casa da mãe no bairro de Fazenda Coutos, para tomar um banho, comer, dormir. Outras vezes, procurava casa de amigas e amigos, que também moravam em prédios abandonados e ocupados no Centro da cidade como local de acolhimento para tomar banho e outras necessidades. Alguns contêineres espalhados pela cidade, para atender as necessidades de higiene pessoal da população em situação de rua da cidade, também era acessado por Maria, ainda que estes serviços fossem insuficientes para a demanda das populações de rua.

No início da pandemia da COVID 19, em 2020, o contexto da população em situação de rua se agravou bastante. Pessoas que faziam doações de alimentos para

a população de rua, deixaram de ir devido ao isolamento social. Comércio fechado, ruas vazias e um clima hostil para quem mora nas ruas, principalmente em relação às abordagens policiais. O monitoramento de segurança pública da cidade, que oferece segurança para uma parcela da população, oferece insegurança para a população de rua frente às violações de direitos humanos praticadas por guardas municipais, polícia militar, dentre outras representações da segurança pública da Bahia e sociedade civil. Este é um assunto em que Maria evita tocar, por lembrar de todos os “favores”²³ que policiais militares já fizeram ela “pagar” para não ser detida, principalmente quando pega com drogas.

Tendo em vista o aumento da população em situação de rua em tempos pandêmicos, como relatado pela coordenadora Sueli Oliveira do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR) em entrevista para o Jornal A TARDE²⁴, tornou-se ainda mais frequente não só as abordagens ostensivas, mas também o desaparecimento de diversas pessoas nesse contexto, algumas das ruas para a prisão, valas ou caixão.

O início da pandemia foi um momento pelo qual, mesmo não sendo presencialmente os encontros com as interlocutoras, e com outras mulheres do Movimento de População de Rua que tenho contato via WhatsApp, as crescentes demandas indicavam o agravamento de um contexto que por si só já era preocupante. As mulheres em situação de rua que me procuravam geralmente era para solicitar materiais de uso e higiene pessoal, como absorventes, roupas, sandália, e, em todos os casos, alimentos e remédios. Outras ligações, muitas vezes me soaram enquanto denúncia, muitas me relataram o perigo das ruas vazias para elas, sobretudo, à noite. Pois, ainda que a violência praticada contra a população em situação de rua, sobretudo, contra as mulheres, nunca precisasse se camuflar, na medida em que as ruas esvaziavam, principalmente em contexto de lockdown, essas pessoas ficaram mais expostas, logo, mais visíveis em determinados contextos que não contrapõem o processo de invisibilização da população em situação de rua.

Maria relatou que no processo de pandemia, ainda em curso, a rua estaria um lugar inseguro e incapaz de garantir sua sobrevivência. Depois de ter sido brutalmente

²³ Ao falar de "favores" nessa parte do texto, me refiro aos abusos sexuais cometidos por policiais militares contra Maria Maloca.

²⁴ A entrevista foi realizada no dia 11 de janeiro de 2021, para o Jornal A TARDE. Disponível em: <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2153416-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-durante-a-pandemia>.

abordada por um policial na rua por estar portando um cigarro de maconha, Maria Maloca retorna a casa da mãe. Mas afirma que assim que a pandemia terminar, ela retoma suas atividades e relações no centro da cidade, e volta a ter a rua como lugar de moradia e sustento.

Nesse ano de 2021, Maria Maloca fez 35 anos de idade, e seu filho fez 2 anos de idade. Relata que ter voltado para a casa da mãe é estar vivendo uma série de conflitos internos que envolvem sua história de vida, no que diz respeito à sua gravidez, à relação de sua mãe com seu filho e a própria relação dela com a mãe. Diante desse contexto, que configura a história de vida de Maria Maloca, torna-se ainda mais importante abordar sua trajetória reprodutiva conectada com elementos que compõem sua trajetória de vida, ainda que a primeira vista estes elementos não aparentem ter conexão direta com suas experiências reprodutivas (e sexuais), ao serem analisados lado a lado, veremos que está tudo “junto e misturado”, da trajetória de vida à trajetória reprodutiva, e o contrário também, onde trajetórias reprodutivas tem muito a dizer sobre histórias de vida.

3.5.2 Dasdores de Oyá

Mulher, negra, heterossexual, 39 anos de idade. Conheci Dasdores em 2017. Sentada com uns amigos, almoçando no bairro Dois de Julho, a mesma se aproximou até a mesa em que estávamos e nos pediu um prato de comida. Imediatamente a dona do restaurante nos informou, que, se déssemos algum alimento a ela, retornaria e iria incomodar a clientela. Retruquei, afirmando que se o alimento estava sendo pago, o restaurante teria que vender, independente para quem fosse o alimento. Enquanto Dasdores esperava, um funcionário saiu do estabelecimento, chamou um policial que estava em frente a viatura do outro lado da rua, e os dois vieram em nossa direção. Dasdores já foi se levantando da calçada e indo pra cima do policial, afirmando que foi desnecessária a “covardia” que fizeram com ela dias antes. Depois, procurando saber o que aconteceu, me relata que foi puxada pelos cabelos na Praça da Piedade, por ter se recusado a tirar seus pertences que estavam instalados num canto afastado da praça. Igualmente não aconteceu neste dia, porque eu e meus

amigos argumentamos que não teria necessidade da atuação da polícia, pois a mesma só esperava a marmita que tínhamos encomendado para ela.

Nesse momento, a dona do estabelecimento pediu que nos retirássemos, e assim fizemos. Passei em outro restaurante, pedimos a comida, a entregamos a Dasdores que saiu em direção à Praça da Piedade. Temerosa em que Dasdores sofresse algum tipo de retaliação por parte do policial, após termos indagado a ele sobre o uso de violência, retornei à praça da Piedade, no mesmo horário ao qual havia lhe encontrado no dia anterior, perguntei por ela e me informaram que ela morava (se instalava) nas proximidades da praça, em determinada rua – que evitarei dizer o nome para garantir o “anonimato” da mesma. Me desloquei até o local, mas não a encontrei. Poucos dias depois, andando pela Carlos Gomes, escuto ela gritando do outro lado da rua, sem saber meu nome, me chamou de “Lôra”, devido ao descolorimento de meu cabelo. Depois dessa aproximação, e, até mesmo antes de convidá-la enquanto interlocutora desta pesquisa, criamos uma relação através das doações que eu levava para ela. Ao convidá-la para essa pesquisa que aqui apresento, me fez acordar que jamais a procuraria de mãos vazias, pois ela tinha necessidades, e não falaria de barriga vazia.

A trajetória de vida de Dasdores, sem dúvida, foi uma das histórias de vida que mais destoa do que é anunciado acerca dos “perfis” e “discursos” sobre pessoas em situação de rua, sobretudo, a partir dos discursos homogeneizantes e que partem de análises meritocráticas para justificar a condição das pessoas que estão nas ruas. Em uma de nossas conversas, ao lhe perguntar sobre sua trajetória de vida antes das ruas, ela relata em tom irônico que se contasse eu não consideraria verdade, não “colocaria fé” no que ela teria para contar: “Se eu te contar você nem vai botar fé”. Talvez, ao dizer isso, Dasdores já sabia que o que lhe esperava era a incredulidade ao narrar que já frequentou o ensino superior, revendedora de cosmético, já deu “banca²⁵”, já teve casa própria, dentre outras conquistas pelas quais o processo de desumanização de corpos negros nas ruas, não pressupõe essa trajetória, como se para estes corpos a condição da rua tivesse sido algo semeado, um caminho (desde sempre) trilhado ao insucesso. Sobre isso, Luana Malheiro (2018, p. 155) exemplifica muito bem ao trazer o papel midiático sobre quem são e quem podem ser essas

²⁵ Dar banca é o mesmo que dar aula de reforço escolar.

peças em situação de rua nas representações do senso comum e até mesmo em algumas pesquisas acadêmicas.

Ao trazer na perspectiva de mulheres usuárias de crack em situação de rua, onde a questão do uso de substâncias atenua o processo de desumanização dessas vidas, Malheiro (2018) aponta uma comparação necessária dessa representação, de um lado a imagem mostra uma mulher branca em situação de rua que ao ser notada midiaticamente recebe um convite para atuar enquanto atriz, enquanto na mesma época, era reforçado no imaginário social que “Crack é Cadeia ou Caixão”, seguidos de reportagens como “Nascidos do Crack”, onde aparece uma imagem de uma mulher negra grávida, bem como as campanhas contra o uso de crack estão sempre associadas a corpos negros.

Nesse sentido, como pontuado por Achille Mbembe, acerca das necropolíticas de Estado, quem merece uma chance e quem não merece? Quem merece viver e quem merece morrer? Quem é o corpo desalmado e o corpo com alma que merece comoção? Quem antes de chegar às ruas tinha uma carreira, uma vida, uma família? Quem a partir da rua é visto dotado(a) de intelectualidade e quem são as mulheres que cujo discursos saltam aos olhos seu poder de oratória e comunicação e ainda assim não “botam fé” em suas narrativas? Respondi a Oyá que eu botava fé em sua fala, até porque em 15 minutos de diálogo eu sabia que estava conversando com uma intelectual orgânica e com uma mulher em situação de rua cuja trajetória não se encaixava no perfil de escolaridade da maioria das pessoas em situação de rua da cidade.

Ao passarmos nas ruas não podemos dimensionar a trajetória de vida das pessoas em situação de rua, os motivos que as fizeram chegar às ruas e permanecer nelas, e para além disso, como eram suas vidas antes do encontro com as ruas. A trajetória de vida de Dasdores só foi possível acessar e compreender pela forma clara, nítida, e pela oralidade impecável que a mesma narra sua vida, num processo cronológico em que as memórias sobre seu “passado”, ainda estavam bastante “presente” em cada narrativa. Um passado presente em sua linguagem, em seu corpo, no modo pelo qual explicava as coisas, utilizando de algumas palavras em Yorubá a qual por muitas vezes eu não entendia, mas dizia ter aprendido com sua avó, dona Dasdores.

Nascida no bairro Cosme de Farias em Salvador, aos 13 anos de idade Dasdores ficou órfã de mãe. Foi criada pelo pai, por sua avó Dasdores, e por sua tia,

irmã de seu pai. Seu nome é justamente em homenagem a sua avó paterna, a qual Dasdores demonstra um grande afeto. Ainda adolescente foi estuprada pelo companheiro de sua tia paterna, o que ocasionou uma gravidez seguida de aborto²⁶. Diz ter sido responsabilizada pela separação de sua tia, e conseqüentemente preferiu sair de casa, indo trabalhar como empregada doméstica em Lauro de Freitas, em casa de família, na região metropolitana de Salvador. Aos 19 anos de idade, concluiu o ensino médio em escola pública, trabalhava durante o dia e estudava à noite. Aos 22 anos entrou em uma universidade privada, mas após ter sido acusada injustamente de roubo na casa da patroa, perdeu o emprego e todos os direitos que lhe caberia, dessa forma, não podendo mais pagar os poucos custos da faculdade, já que era bolsista, não mais retornou. Acredita que foi uma situação forjada para ser demitida sem nenhum direito, já que trabalhava nessa casa ainda menor de idade. Dasdores relata que o consumo de bebida sempre foi um problema em sua vida, começou a beber desde muito nova, e atribui essa situação a perda precoce de sua mãe. Tendo ela ficado sem rumo:

Olhe, como é seu nome mesmo Lôra, o nome mesmo? (...) olhe dona Robelle, você não imagina o que sinto até hoje. Porque assim, minha mãe, dona Marta Dasdores²⁷, é que ajeitava tudo sabe. A gente tinha uma quitandazinha, lá no bairro. Eu era a única filha então eu fui bastante cuidada. Cheguei do colégio, a casa tava cheia, e soube que ela morreu. Diz o povo que foi uma doença aí, mas acho que foi de raiva da amante de papai. Ficou com tanta raiva que morreu. Aí quando ela se foi, eu fui junta. No modo de dizer, você entende né? Aí comecei a beber lá na rua mesmo, colocava um pros clientes e bebia mais duas. Quando eu vi, já gostava muito. (risos)

Por ter sido criada sem a presença de minha mãe, senti no peito o que Dasdores me contava, sempre soube quão sem rumo eu também teria ficado. No entanto, longe de comparações, por entender os atravessamentos na vida de Dasdores que foram distintos dos meus, a senti profundamente. No entanto, eu não digo estrategicamente, mas organicamente compartilhar com ela sobre meu processo acerca da maternidade foi definidor para uma empatia maior em nosso diálogo, permitindo dessa forma que Dasdores se abrisse mais para mim, tendo em vista o

²⁶ Os métodos utilizados por Dasdores para realizar o aborto, bem como suas experiências reprodutivas, serão descritas no próximo capítulo em "Trajetórias Reprodutivas".

²⁷ Nome fictício que atribui a mãe de Dasdores para preservar sua identidade.

quão cismada ela era ao falar de sua vida. Dasdores é uma mulher negra de poucas palavras, que fala jargões advindos das religiões de matriz africana, e quando pedido para repetir as frases em Yorubá pela qual ela falava, dizia que só entendia quem tinha tempo no “Axé”, se referindo aos ensinamentos que foi passado para ela através de sua avó Dasdores, que como já dito, é uma Yalorixá, uma autoridade dentro do “terreiro”.

Após ter trabalhado em casa de família da adolescência e parte da juventude ao ficar desempregada e sem ter onde morar, já que além de trabalhar dormia na casa dos patrões, quando perdeu o emprego decidiu ir morar com o seu companheiro da época. Os anos que passou casada foram marcados por inúmeras violências advindas do companheiro. Durante o processo em que esteve casada teve como principal ocupação a revenda de cosméticos:

Tu sabe aquelas pessoas que batem nas portas e vendem coisas, eu fazia isso. Me dava bem, porque todo mundo adorava comprar coisas de pele. Não tem muito segredo não. Eu rodava esse centro todo, e aí comecei a colocar uma barraquinha de cosméticos ali na ACM, sabe onde é? Aí todo dia uma senhora me passava e me chamava pra ir num culto ali da Catedral da fé, agora eu esqueci o nome do bispo da época, mas nunca cheguei a ir, daí teve um dia que eu estava tão fudida, eu tava mal mesmo. Aí eu fui (...).

Com o dinheiro das vendas de cosméticos e outros bicos que fazia como diarista, comprou uma casa com seu companheiro no Campo Santo, bairro da cidade. Seu companheiro era motorista de ônibus e durante os dias livres também ajuda Dasdores nas vendas. Aos 27 anos de idade, Dasdores teria engravidado e decidida ter a criança. No entanto, em idade gestacional mais avançada, foi agredida pelo companheiro, ao ponto de perder a criança, tendo assim um aborto “espontâneo”. A partir desse contexto, Dasdores relata sua aproximação com a igreja Universal do Reino de Deus, tendo ela e o marido se convertido ao cristianismo. Quando perguntei o que a fez procurar a igreja me relata dois fatores: o primeiro foi por culpa, por achar que perdeu o filho por antes (ainda adolescente) ter cometido um aborto, sendo isso um castigo divino. E segundo, atribui também ao consumo de bebida, vendo assim na religião sua salvação. Mas não citou a perda de seu filho por consequência de uma violência doméstica sofrida por ela.

Dasdores foi o nome escolhido em homenagem a sua avó para representá-la nessa pesquisa. E Oyá por dizer que era o Orixá que ela é filha. Diante de seu convertimento à igreja evangélica, contrariando a religião praticada por sua família, os laços intrafamiliares de Dasdores, que já eram enfraquecidos, se tornaram ainda piores, ao ponto de perder por 2 anos o contato com toda família e comunidade. Relata que subiu de cargo rápido na igreja e em 2011 ou 2012, não recorda ao certo, participou de uma campanha de fé, e o pastor pediu que ela apostasse tudo o que tinha nessa campanha e seria recompensada em dobro. Ainda ao lado de seu companheiro, venderam a casa e doaram o dinheiro para igreja, ficando com uma pequena quantia que, segundo ela, o marido furtou e desapareceu. Esperou durante o ano todo que a recompensa de uma casa melhor acontecesse, mas nada aconteceu. Retornou ao bispo relatando o estado de precariedade que se encontrava e foi informada que a culpa não era dele e sim da pouca fé de Dasdores.

Posteriormente a essa situação, Dasdores saiu da igreja e passou a beber ainda mais. Disse que já registrou queixa, mas que nada aconteceu, e agora já perdeu as esperanças, por acreditar que todos acham que é mentira sua quando a mesma acusa a “igreja” de ludibriação. Sem conseguir arranjar emprego, sem moradia e sem o companheiro que teria ido embora levando a pouca quantia de dinheiro que restava e sem ter onde ficar, passava o dia andando pelas ruas pedindo emprego e alimentação, e durante as noites passou a dormir na Ladeira da Preguiça no Centro da cidade. Diz ter se aproximado do local ao ter conhecido uma senhora, que em suas andanças nas ruas lhe ofereceu este lugar para dormir junto a outras mulheres em contextos de vulnerabilidades comuns.

Dasdores mora nas ruas efetivamente há 11 anos, durante 10 anos é usuária de crack, e diz ter tido seu contato com o crack depois de estar em situação de rua. Chegou a procurar emprego em casa de família para poder morar e trabalhar, mas não encontrou. Durante sua trajetória de rua chegou a fazer alguns “programas” cobrando o valor de 20 reais. Para além dessa atividade, e as vendas de papelão, também catava latinhas em períodos festivos na cidade, chegou a querer guardar vagas de carro, mas os homens mais velhos que já estavam na “função” acabavam expulsando-a do ponto, chamando-a de sacizeira:

Eles não aguentam ver uma neguinha aqui que ficam chamando de sacizeira. Num é só comigo não, se você ficar aqui meia hora, aqui

bem no meio da praça, você vai ver polícia, guardinha, gente que passa, se achando no direito de chamar nós de sacizeira. Sacizeiros são eles que ficam usando pó, aqui, a luz do dia. Aí ninguém fala nada. (Praça da Piedade, 11 de janeiro de 2020).

Mesmo não fazendo uso do crack em qualquer lugar, Dasdores atribui ser chamada de sacizeira pelo fato de ser uma mulher negra em situação de rua. Dessa forma, observo que ao contrário de Maloca, Dasdores sempre se autodeclarou negra, isso ficava nítido quando a mesma relatava sobre as opressões que passava na rua, sempre interseccionando a condição da rua com as relações de raça e gênero.

Dasdores se considera uma usuária moderada de crack, preferindo a maconha que o crack, mas a bebida seguia sendo um problema em sua vida e teria piorado frente a situação de rua que se encontrava. Já o uso do crack, era feito mais a noite, me dizia que preferia usar a noite para não ficar “zumbi²⁸” pela cidade, e muitas vezes fazia o uso para ficar em estado de alerta diante das violências noturnas.

Em certo momento me relatou que alguns homens já tentaram jogá-la num balde de lixo durante a madrugada, após esse episódio juntou algumas doações que teria recebido, e montou uma barraca de lona em um beco próximo ao centro, onde se concentra outros moradores na mesma condição de rua que ela. Nesse espaço fazem suas necessidades em sacos, e jogam fora em um terreno vazio ao lado. Para tomar banho, Dasdores enche garrafas pets e se asseia no mesmo espaço que acumula seus pertences. Apesar de ter concentrado suas coisas em um só lugar, depois de ter sido expulsa da Praça da Piedade pela guarda municipal da cidade, passa o dia nas redondezas da mesma praça e transitando por todo o centro. É possível encontrá-la dormindo na calçada, muitas vezes debaixo do sol quente, ou em lugares insalubres.

Durante o tempo que acompanhei as andanças de Dasdores pelas ruas, a encontrei entre o Bairro Dois de Julho, Avenida Sete, Carlos Gomes e Praça da Piedade. Geralmente estava descalça, e em quase todas as vezes se queixava de dores pelo corpo. Quando lhe perguntei sobre não acessar as políticas públicas de saúde para a população de rua ou quando ofereci algum suporte para que ao menos tivesse contato com as(os) profissionais de redução de danos e serviços de cuidado

²⁸ Dasdores usa o termo “zumbi” para falar de um estado pós uso do crack, onde ela relata ficar acordada, porém com os sentidos distantes.

me disse que não queria e que já estava acostumada com a rua e que precisava de outras coisas, como remédios para dor de cabeça, sandália, material pessoal como absorvente e produtos de higiene.

Alguns episódios do cotidiano de Dasdores nas ruas só foram acessados a partir da dinâmica de acompanhá-la pela cidade, tinha dias que não queria muita conversa. Em muitos de nossos diálogos apenas reclamava da vida que estava tendo na rua, e não falava mais nada sobre sua vida pessoal.

Muitas coisas sobre sua relação familiar não foram ditas, apenas as que estavam associadas ao momento de violência pelo qual teria saído de casa para as ruas, e a relação que a mesma estabelece com sua avó e pai a partir da maternidade. As memórias sobre a relação com sua mãe quando suscitada a levava com um olhar distante para um lugar que eu sentia não ter permissão para indagá-la, no entanto, vez ou outra, a mesma relatou alguns episódios de quando sua mãe ainda estava viva. As duas eram muito amigas, e apesar de ser filha única, foi criada entre primos e primas, segundo ela “tinha dias que era meio mundo de criança lá nos fundos de vó”. Sobre a morte de sua mãe, não gosta de tocar no assunto, bem como não gosta muito de falar de seu pai, mas relata ter um grande amor pela avó, a quem confia o cuidado de seus filhos e filhas.

No entanto, sobre a questão de não acessá-la mais profundamente para saber de sua trajetória de vida e a relação com familiares, o autor Milton Filho (2010, p. 123) relata que as dificuldades residem mais na permissão dada ao pesquisador para o alcance sobre a totalidade da vida de seus e suas interlocutoras, do que o acesso à estas pessoas em si. Por isso, pela dificuldade que em certos momentos tive de saber diretamente de Dasdores sobre sua trajetória de vida, recorri à observação em campo para que também o que não foi dito por ela, pudesse, em certa medida, ser captado através de uma observação atenta, ainda que de maneira fragmentada e superficial. No entanto, acessar sua trajetória reprodutiva foi mais possível, até mesmo pelo fato de acompanhar uma de suas gravidezes, como veremos no próximo capítulo.

Porém, concluo este capítulo afirmando que as trajetórias de vidas aqui narradas, contém, grandes diferenças, e não somente em relação ao conteúdo das histórias narradas e observações feitas, mas pelo fato de Dasdores e Maria serem pessoas muito diferentes em seus modos de se expressarem. Dasdores conversa pouco, cismada, toda vez em que eu lhe fazia uma pergunta, ela me perguntava: “ - e

essa aí? Tá gravando?”, às vezes permitia que nossos diálogos fossem gravados, às vezes não. Não gostava de falar muito e se não estivesse bebendo, ou com um cigarro na mão, o diálogo era ainda mais curto, e esse comportamento reflete no conteúdo que aqui apresento. Já Maria, gostava de falar, quando via que eu não estava gravando algo que queria que fosse escrito, me pedia para que eu gravasse, como se estivesse fazendo uma denúncia, pois isso, o conteúdo em relação a trajetória de vida de Maria foi extensa. Já nas trajetórias reprodutivas que veremos a seguir, as trajetórias de ambas se equilibram em seu conteúdo apresentado, pois, se por um lado Dasdores falava pouco, sua gravidez possibilitou que a mesma se abrisse mais sobre suas questões de ordem reprodutiva e dialogasse sobre.

Dessa forma, todas as informações aqui abordadas sobre a trajetória de vida de Dasdores e Maria partiram delas, da minha observação em campo e, a partir de relatos de pessoas que me viam em determinados momentos às procurando e se manifestavam. Saliento que muitos desses relatos, inclusive a descrição física de ambas a partir de terceiros, foram recheados de racismo, que as ridicularizavam e lhes atribuíam apelidos pelos quais o exercício do racismo recreativo, como já pontuado aqui, faziam parte dessas descrições. O que me fez concentrar muito mais na própria descrição de Dasdores e Maria acerca de suas imagens, e, sobretudo, considerar como discurso prioritário o que as mesmas trouxeram acerca de suas trajetórias de vida e reprodutiva.

4. TRAJETÓRIAS REPRODUTIVAS: UMA ANÁLISE SOBRE A REPRODUÇÃO E OUTRAS DIMENSÕES

Pouco se encontra nas literaturas uma definição concreta para o termo “Trajetória Reprodutiva”, porém, este é mais comumente citado no âmbito das pesquisas relacionadas à saúde reprodutiva e sexual. No entanto, é um termo que vem ganhando potencialidade na medida em que também se expande à luz do debate sobre Justiça Reprodutiva, conceito criado em 1994 pelas mulheres afro-americanas logo após a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo (DAMASCO, 2009).

O conceito de “Trajetória Reprodutiva” que teria maior relevância nas pesquisas da área da Saúde, é adotado pelas demais áreas como as Ciências Sociais (REIS, 2019), Psicologia (PONTES, 2009), dentre outras áreas afins, compreendendo a importância da politização e humanização do termo que não está estritamente condicionado às questões de saúde, mas a toda história que compõe a vida das mulheres, e não somente sobre mulheres, uma vez que este termo também pode dizer à respeito de trajetórias sexuais e reprodutivas masculinas, contemplando as diversas identidades no que diz respeito ao gênero, identidade e orientação sexual.

Todavia, analisar trajetórias reprodutivas atribuindo a este termo (conceito) somente seu sentido fisiológico, em seu *stricto sensu*, deixaria escapar toda influência social, econômica, racial, geracional e de classe que perpassam por este campo da vida e reprodução humana. Através de pesquisas de cunho etnográfico, ou o uso de métodos qualitativos, as pesquisas tanto na área da saúde, quanto nas ciências sociais, têm trazido “as sujeitas e os sujeitos” para o centro dessas trajetórias – o que não define o termo, mas o amplia. Possibilitando assim acompanhar e ver mais de perto relatos que narram os caminhos percorridos pelas mulheres, considerando seus processos, situações e contextos que dizem respeito às suas experiências reprodutivas – gravidezes, abortos, partos – dentre outros elementos de ordem reprodutiva e sexual.

Para uma melhor compreensão dessas trajetórias reprodutivas que serão apresentadas, objetivo central deste capítulo, importa elucidar que não as trato desvinculadas das trajetórias de vida das interlocutoras, uma vez que, nem mesmo os

seus direitos reprodutivos devem ser tratados separados de outros direitos tão essenciais quanto para o exercício da reprodução e sexualidade. Englobando assim a trajetória familiar das interlocutoras, que indicam que suas trajetórias reprodutivas são também um reflexo das trajetórias reprodutivas de suas mães e avós, bem como das relações desenvolvidas com demais familiares, chegando muitas vezes, a configuração de abusos sexuais e violências de outras ordens. No entanto, não trato dessas violências somente em contexto familiar, mas também na esfera pública, na rua, onde as relações destas se desenvolvem.

Analisar essas trajetórias reprodutivas é também adentrar nas questões de Justiça Reprodutiva, uma vez que, não se trata apenas de eventos limitados às questões de ordem reprodutiva, mas de toda uma vida. Nessa perspectiva, parto de um conjunto de vivências, tanto positivas, quanto negativas, de ordem biológica, social e política, experienciadas por mulheres que aos termos de Patricia Hill Collins (2019), não é a mulher universal, caracterizada pelo colonialismo como a mulher branca, mas àquela atravessada pelos demarcadores de raça e classe, ao longo de suas vidas.

Sendo assim, os eventos pelos quais compõem as experiências reprodutivas das interlocutoras ao longo de suas vidas e eventos de ordem reprodutiva de “outras” mulheres pelas quais se encontravam no mesmo contexto de rua em que elas serão abordados neste capítulo. Ainda que essas as mulheres não tivessem participado diretamente da pesquisa, durante o tempo que estive em campo eu as observei, presenciando em vários momentos reclamações, insatisfações e experiências comuns às mulheres em situação de rua que estavam grávidas. Sendo assim, todos outros episódios que pude observar serão relatados em consonância com as trajetórias reprodutivas de Dasdores e Maria e suas experiências a partir de um contexto comum, a rua.

As trajetórias reprodutivas que apresento neste capítulo correspondem a todo evento que pode vir compor estas vivências reprodutivas, o que contribui de forma fundamental para entender o objeto dessa pesquisa, que são as trajetórias reprodutivas de mulheres em situação de rua, para tanto, descrevo: em qual contexto engravidaram, gestaram e/ou abortaram, os processos de maternar e as relações em torno da maternidade – estando elas no contexto de rua –, e o que essas experiências significaram para as mesmas. Todas essas questões dizem respeito às suas trajetórias reprodutivas, inclusive, eventos que antecederam o exercício reprodutivo

dessas mulheres.

As questões de ordem subjetivas que fazem parte das trajetórias de vida das interlocutoras, ao mesmo tempo que cumprem um papel importante para a não homogeneização das mesmas – sendo cada uma única e com experiências particulares – fornecem elementos objetivos (e coletivos) que constituíram essas subjetividades individuais. Por exemplo, o fato de engravidarem estando em situação de rua, com pouquíssimo ou nenhum recurso, sem moradia fixa, encarando a insegurança alimentar todos os dias, partindo de laços familiares fragilizado, tendo dificuldades para ter acesso à saúde, sendo alcançadas por violências de todas as ordens, as colocam em realidades e experiências próximas a partir desses elementos objetivos. Já a forma que cada uma sente, experienciam e interpretam suas vivências, não parte unicamente desses fatores comuns compartilhados com/entre outras mulheres em situação de rua, parte também de suas experiências individuais, antes mesmo de suas chegadas às ruas.

Para uma melhor tratamento dos dados e para se ter uma noção dos eventos correspondentes às trajetórias reprodutivas das interlocutoras, apresento abaixo um quadro com informações gerais sistematizadas. Para além das informações, ao longo do texto, contextualizo as experiências reprodutivas de Dasdores e Maria entrecruzadas com as narrativas de três mulheres negras em situação de rua: Maia, Kênia e Nina, que, mesmo não sendo interlocutoras diretas dessa pesquisa compartilharam, ainda que pontualmente, eventos sobre suas trajetórias reprodutivas e de vida. Saliento que essa aproximação com Nina, Kênia e Maia só foi possível pelo fato de todas serem conhecidas de Maria e Dasdores, e quase sempre transitarem nos mesmos lugares em que elas, participando em muitos momentos de nossos diálogos. Nesse sentido, senti a necessidade de trazer um pouco do que foi compartilhado comigo sobre essas demais experiências, ainda que eu não tenha acessado tais trajetórias de vida tão profundamente como foi possível com Maria e Dasdores. No entanto, o mais importante é ter a noção de que todas essas mulheres contribuíram para que fosse possível o acesso sobre questões que dizem respeito às trajetórias reprodutivas de mulheres negras em situação de rua em Salvador.

Quadro 1 – Informações sistematizadas acerca das trajetórias reprodutivas de Maria alocada e Dasdores de Oyá

Interlocutoras	N. de gestações	Nº de abortos e métodos utilizados:	Partos	Com quem ficou os/as filhos (as) nascidos(as)?	Convive e/ou tem contato com a criança?
<p>Dasdores de Oyá 39 anos 11 anos em situação de rua</p>	<p>1ª gestação: 14 anos de idade (abortou)</p> <p>2ª: gestação: 27 anos de idade (abortou)</p> <p>3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª gestações entre os 29 e 39 anos de idade</p> <p>9 gestações ao total</p>	<p>5 abortos ao total: 2 espontâneos e 3 induzidos</p> <p>Cytotec (2x) (misoprostol)</p> <p>Agressão física + internação (1x)</p> <p>Chá (mistura de ervas abortivas) + Cytotec + curetagem (2x)</p>	<p>4 ao total</p>	<p>O primeiro filho foi para adoção</p> <p>Os outros 3 filhos (duas meninas e um menino) vivem com a avó paterna e seu pai</p>	<p>Com nenhuma das 4 crianças</p>

Maria Maloca 35 anos de idade	1ª gestação aos 26 anos de idade/ 2ª aos 28 3ª aos 33	2 abortos Cytotec + o chá de ervas	1 ao total	Avó materna	Sim, frequentemente
-------------------------------------	---	--	---------------	-------------	------------------------

Fonte: Pesquisa de campo.

As problemáticas no que diz respeito às trajetórias apontadas no quadro não estão para o número de vezes que essas mulheres engravidaram, mas em que idade e sobre quais circunstâncias; ou para a quantidade de vezes que abortaram, mas os porquês da decisão pelo aborto e como ocorreram seus itinerários abortivos. Ainda nesse sentido, o problema nunca foi procriar, ou não deveria ser, mas em quais condições procriam e quais condições lhes foram e são dadas para o exercício pleno da maternidade, caso desejassem exercê-la. Porém, mesmo que não desejem maternar, garantir que essas mulheres tenham acesso à saúde reprodutiva (e sexual), dentre outros direitos, é de fundamental importância, e, mesmo que essa garantia seja necessária para o exercício pleno da maternidade, não se restringe somente a esse exercício, mas a saúde integral das mesmas.

Sendo assim, considerando os contextos e experiências narradas pelas interlocutoras, divido o quadro acima entre: a primeira gravidez das interlocutoras, e as idades de cada uma correspondentes aos eventos, número de abortos – entre “espontâneos” e “provocados” – incluindo os métodos e suas experiências em seus itinerários abortivos, o número de gestações concluídas. A relação destas com seus puerpérios, e seus processos de maternagem – que envolve a relação de ambas com suas crianças, familiares, comunidade e instituições serão trazidas ao longo do texto.

Saliento que estes dados não são apenas informações sistematizadas, trata-se das narrativas e das experiências sexuais e reprodutivas das interlocutoras ocorridas no contexto de rua, e antes mesmo de suas chegadas às ruas de Salvador, o que corresponde às memórias passadas/presentes que quando expressadas oralmente e através de suas corporeidades apresentam profunda conexão com os

fatos ocorridos da infância às suas vidas adultas. Portanto, esses episódios serão apresentados simultaneamente à diversos outros contextos de suas vidas, que envolvem a si próprias, e suas trajetórias familiares, dialogando sempre com o meio onde a relação das mesmas se desenvolveram em outros momentos de suas vidas, e como foram experienciadas a partir do contexto da rua.

4.1 Dos abusos sexuais às ruas

Dasdores de Oyá e Maria Maloca, como descrito no início deste capítulo, partem de trajetórias de vida distintas, mas que se conectam às experiências similares por serem mulheres negras, advindas da periferia de Salvador e ambas viverem em situação de rua. Dessa maneira, mesmo que cada uma tenha sua história de vida, os caminhos percorridos em suas trajetórias reprodutivas (e sexuais), sobretudo em um contexto de rua, as aproximam em vivências, dificuldades e resistências que outras mulheres no mesmo contexto em que elas, e com identidades próximas, também enfrentam.

A primeira gravidez de Dasdores ela tinha 14 anos de idade, ocasionada por um estupro cometido pelo tio. Essa idade, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) está para a adolescência, momento pelo qual a pessoa ainda está em desenvolvimento e adquirindo conhecimento sobre si e sobre o mundo. O que se espera é que em idade mais avançada a(o) jovem possa decidir sobre sua vida, o que inclui o exercício de sua sexualidade e reprodução, caso desejem. No entanto, o que se vê são crianças e adolescentes cada vez mais cedo exercendo a sexualidade de forma compulsória, através de violências sexuais cometidas por homens próximos e desconhecidos (ROMARO; CAPITÃO, 2007). Neste caso, o conhecido seria o tio de Dasdores, que durante anos já demonstrava comportamentos pelos quais, a própria Dasdores, já teria identificado do que se tratava, e por medo da descredibilidade da família frente à sua denúncia/narrativa, preferiu guardar segredo, saindo assim aos 14 anos de idade de casa e grávida. Sobre este contexto me relata que:

Oxe, oxe, oxe, lembro sim. Não sou doída. Eu não era mais virgem, sabe? Perdi minha virgindade lá com uns 13 anos, foi uma agonia na

família, antes de minha mãe falecer. Aí depois que passou um tempo, meu pai ainda sem falar direito comigo, porque ele dizia que minha mãe morreu de desgosto, mas só se foi dele. Aí esse rapaz, foi morar lá na casa de minha avó com minha tia. Meu pai tinha feito um puxado no fundo, e como eu não gostava de ficar em casa com ele, eu ia pra casa de minha avó, no mesmo lugar. Aí quando vi, ele(o tio) tava me olhando tomar banho e quando fui me trocar ele veio atrás de mim. Eu disse que se ele voltasse eu ia contar a minha tia e ele disse que poderia contar mesmo por que ninguém ia acreditar em mim, porque eu já era puta mesmo. Me chamou de puta porque eu perdi a virgindade, mas aí veio atrás de mim, sabe? Aí sempre quando minha tia ia trabalhar, e meu pai também, minha vó ficava lá pelos fundos e ele na onda comigo. Até que ele um dia me colocou pra beber com ele, porque ele ficava cuidando da quitandinha que tinha de minha avó. Eu já bebia depois que minha mãe morreu, mas nesse dia eu nem queria. Aí comecei a beber, e ele foi tirando minha roupa, dizendo que ia ser rápido, me pegou à força, eu ainda tentei sair, mas minha vó tava lá nos fundos e não ouviu. [...] foi uma única vez mesmo, de acontecer de verdade, sabe? Aí quando eu vi, eu enjoada, sem nem imaginar que estava grávida. Conteí a uma amiga minha, ela contou pra mãe dela, e a mãe dela contou a minha tia. Quando cheguei em casa, que eu tava brincando na rua, minha tia veio dar em minha cara, arrumei minhas coisas e saí, até hoje acham que eu menti quando eu disse que era dele e foi ele que me forçou. Mas ele continuou lá, ainda bem que morreu antes de meu outro filho ir morar lá'.

Após o acontecido narrado por Dasdores acima, após sair de casa aos 14 anos de idade e grávida, ficou alguns meses na casa de uma amiga, a qual considerava como uma irmã, dias depois teria sofrido um aborto espontâneo, aborto este que a mesma agradece por ter acontecido, preferindo a isso do que ter um filho do próprio homem que havia lhe violentado.

As violências sexuais praticadas contra crianças e adolescentes é um fenômeno social grave “que atinge todas as idades, classes sociais, etnias, religiões, culturas e limitações individuais” (BAPTISTA *et al.*, 2008, p. 606). Essa problemática vem tomando uma vasta proporção no Brasil constatado assim nas diversas denúncias de abusos sexuais, principalmente envolvendo menores de 14 anos, intitulados como vulneráveis pela Lei nº 12.015/09. Segundo Baptista *et al.* (2008) e demais autores, há uma maioria de casos de abuso sexual em meninas entre 10 e 17 anos, o que não exclui os meninos, porém em menores proporções (tão preocupante quanto), principalmente quando se trata de abuso sexual intrafamiliar, ou seja, quando a vítima e o agressor possuem alguma relação de parentesco. Confirmando esses

dados, a Cartilha “Violência sexual contra a criança e adolescente (2020)²⁹” aponta que 80% à 88% dos casos de violência sexual no Brasil praticado contra crianças e adolescentes são exercidos por familiares.

Ainda em conformidade com as informações acima, um panorama organizado pelo Instituto Liberta a partir de estudos de organizações da sociedade civil e dados governamentais mostra que o Brasil é o segundo país com maior número de crianças e adolescentes violentadas e exploradas sexualmente, depois da Tailândia. Calcula-se que, entre abusos e explorações haja 500 mil vítimas por ano no país, 75% das vítimas são meninas e em sua grande maioria meninas negras:

Entre as adolescentes do sexo feminino, 67,1% estavam na faixa etária entre 10 e 14 anos, 56,0% eram da raça/ cor da pele negra [...]. Tanto nas adolescentes quanto nas crianças, a raça/cor da pele negra concentrou a maior parte das notificações (55,5% e 45,5%, respectivamente), o que pode apontar para vulnerabilidades cruzadas nestes grupos. (Boletim Epidemiológico. Secretaria de Vigilância e Saúde. Ministério Público/2018 p. 6-11).

No Brasil, somente no ano de 2018, foram registrados ao menos 32 mil casos de abusos sexuais contra criança e adolescente, o maior índice de notificações já registrado pelo Ministério da Saúde, indicando que em média, a cada hora, cerca de quatro crianças ou adolescentes são abusadas/os no país. Estes dados não só revelam um problema de Justiça, como também de Saúde Pública, tendo em vista as consequências negativas, de ordem física, psicológica e emocional que essas violências acarretam na vida destas crianças e adolescentes se apresentam como “uma ameaça constante, capaz de roubar infâncias, arruinar sonhos e gerar profundas sequelas em suas vítimas” (MPCE, 2020, p. 3)³⁰.

Ressalto que estes dados acima deixam de fora uma boa parte dessas vítimas que entram no rol dos ocorridos não notificados, que por falta de fácil acesso à informações e orientação – tantos dos familiares, quanto das iniciativas públicas – sequer conseguem registrar denúncia, contribuindo não somente para as

²⁹ Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2021/05/CARTILHA-Viole%CC%82ncia-Sexual-contra-Crianc%CC%A7as-e-Adolescentes.pdf>.

³⁰ A sigla MPCE é uma referência ao Ministério Público do Estado do Ceará.

subnotificações dos dados, como para o não acolhimento e cuidado dessas crianças e adolescentes.

Tanto Dasdores quanto Maloca relataram ter sofrido abusos sexuais na infância e adolescência, esses fatos não são coincidências, mas um reflexo dos dados acima apresentados. Maria Maloca sofreu abuso sexual por parte de seu padrasto, quando essa ainda tinha 11 anos de idade e a única saída que encontrou foi ir para às ruas:

[...] eu como tive uma grande decepção, porque assim, eu tinha um sonho, um sonho de ser modelo, casar na igreja e tudo, mas infelizmente, minha mãe pegou um cara que abusou de mim, depois disso eu não quis saber de mais nada, pra mim tudo acabou ali (...). Aí quando ele tirou minha virgindade eu ia fazer 11 anos, tá ligada! (...) depois de um tempo ele largou minha mãe, pegou outra mulher que tinha filha e fez com a outra filha. Mas a outra filha foi mais esperta do que eu, entendeu? Eu ficava muito mais quêta, calada, com medo. Minha mãe não percebia e eu ficava com medo de contar né? Porque ele me disse que ia me bater e que ninguém iria acreditar em mim, porque eu só queria desmanchar o casamento de minha mãe pra ela voltar pro meu padrasto que eu gostava e tinha ficado aqui em Salvador. [...] minha mãe só acreditou tempos depois, mas aí já era tarde, eu já estava na rua, nas drogas, e me prostituindo". (Maria Maloca, 27 de Julho de 2018, Aquidabã)

Ao narrar esse episódio, Maria Maloca chorou bastante. Estávamos falando dos motivos pelos quais ela teria saído de casa, e ao tocar neste assunto percebi o quanto a mesma teria ficado abalada, o que me fez perceber através de gestos corporais, demonstrando com punhos cerrados o ódio ao abusador e indignação que lhe aflorava ao relembrar esse episódio de sua vida.

Na narrativa de Dasdores, ela apresentava extrema lucidez aos detalhes do ocorrido em sua adolescência, como se essa memória tivesse resistido integralmente ao tempo, permanecendo os detalhes e sentimentos pelos quais ela havia experienciado. Diferente de Maria, Dasdores evitava ao máximo falar sobre este assunto, não me dando abertura para lhe perguntar além do que dizia, afirmando que já teria dito tudo o que tinha para dizer a respeito, se referindo às duas únicas vezes que teríamos conversado sobre.

Estes ocorridos passaram a fazer parte de suas³¹ vidas na medida em que se tornaram determinantes dos rumos que cada uma tomou, influenciando diretamente em outras dimensões, inclusive em suas próprias trajetórias reprodutivas. O fato desses episódios específicos terem acontecido em suas infâncias e adolescências não foram um impedimento para que anos depois, ao engravidarem, esses traumas fossem acessados e influenciassem diretamente em suas escolhas sexuais e reprodutivas. Desse modo, as violências sexuais sofridas por Dasdores e Maria fazem parte da subordinação que outras mulheres (crianças e adolescentes) negras enfrentam diante das opressões interseccionais de geração e raça, apontando assim para o desdobramento de outras experiências negativas em suas vidas devido às marcas de violências deixadas em seus corpos/mentes.

As violências sexuais experienciadas por Dasdores e Maloca não só representam os motivos pelos quais alegam ter se desvinculado de suas/seus familiares, mas também influenciou negativamente a relação destas com suas maternidades. Estes abusos sexuais proporcionaram consequências negativas e irreparáveis na vida de Dasdores e Maria. Respectivamente, uma engravidou após estupro e teve que sair de casa, assumindo sozinha um aborto espontâneo, e a outra saiu de casa tendo que procurar a rua enquanto moradia, enfrentando tantas outras dificuldades, também por conta de violências sexuais.

Souza e Sei (2019) ao desenvolver uma pesquisa partindo do referencial psicanalítico para compreender sobre os traumas desenvolvidos por crianças e adolescentes vítimas de violências sexuais, indicam que essas violências geram transtornos intrapsíquico, ou seja, transtornos provenientes das memórias armazenadas dessas violências que se manifestam ao longo da vida das vítimas de diversas maneiras, uma delas é a transferência dessa memória para futuros parceiros e filhos, por meio da transmissão psíquica geracional. Isso me faz lembrar um diálogo que tive com Maria quando a mesma descobriu em 2018 que estava grávida de um menino, e muito eufórica, demonstrando a insatisfação por estar esperando uma criança do sexo masculino lhe pergunto o porquê da decepção, ela em imediato me responde que é o medo de trazer ao mundo um homem, e me diz “e se ele for escroto com alguma mulher como os homens foram comigo?”, percebe-se nessa fala de Maria a transferência de sentimentos que a mesma fez a partir de seus traumas

³¹ Me refiro a Dasdores de Oyá e Maria Maloca.

desenvolvidos na infância e vida adulta, repleta de episódios de violências físicas e sexuais.

Porém, ainda que Maria, como Dasdores, tivessem tido seus laços familiares fragilizados e durante muitos anos rompidos a partir dessas violências, a maternidade aparece em suas trajetórias de vida não somente como potencializadora desses traumas em certa medida, mas também se revelando enquanto lugar de cura e as aproximando de seus/suas familiares a partir de outros contextos, apontando o caminho de volta para casa, se não os delas (territorialmente falando), os de seus filhos e filhas, como veremos mais adiante.

4.2 Abortos, gestações e maternâncias: um emaranhado de dores e negação de direitos que se dá entre o direito de (não) abortar e o direito de (não) gestar

Como descrito na introdução desta pesquisa, as experiências abortivas de mulheres em situação de rua seria especificamente o objeto principal a ser investigado quando decidi no mestrado estudar sobre reprodução e mulheres em situação de rua, no entanto, não posso dizer que o objeto mudou, mas se ampliou na medida em que outros eventos de ordem reprodutiva se destacaram nas narrativas de Dasdores de Oyá e Maria Maloca. O que me fez analisar que para além de seus abortos a trajetória de suas vidas dizia muito sobre suas trajetórias reprodutivas, sendo o aborto, neste caso, a bica d'água num rol de experiências reprodutivas tão complexas e dolorosas para ambas. Por isso, analisar as trajetórias reprodutivas dessas mulheres vinculando com suas trajetórias de vida se faz necessário, sobretudo, para melhor compreensão de como estes processos reprodutivos foram experienciados a partir destes corpos subordinados pelo racismo, pelas desigualdades de classe e opressões de gênero, elementos que se intensificam ainda mais num contexto de situação de rua a partir de um corpo feminizado.

Abaixo, abordarei sobre as interrupções de gravidezes de Dasdores e Maria, apontando a quantidade de vezes que engravidaram, abortaram ou que prosseguiram com suas gestações. Vale ressaltar, que, a quantidade de vezes que esses eventos reprodutivos ocorreram não é o problema, tendo a compreensão de que as mulheres

engravidam e abortam, engravidam e seguem também com suas gestações, a problemática desses ocorridos está mais para: a) as circunstâncias e idade que engravidaram – e não o fato de engravidarem –, b) os porquês da “decisão” pelo aborto e como ocorreram seus itinerários abortivos – e não a prática do aborto em si –, c) os contextos em que gestaram e sob que circunstâncias – e não o fato de gestarem mesmo estando em um contexto de extrema vulnerabilidade.

Nesse sentido, o problema não é essas mulheres trazerem crianças ao mundo, ou não deveria ser, tendo em vista a existência de análises e políticas eugenistas e racistas que propõe o não nascimentos de crianças em um contexto de pobreza, mas o grande problema se localiza nas condições – ou falta delas – em que as mães em situação de rua se encontram e quais condições lhes foram e são ofertadas para o exercício pleno de seus direitos reprodutivos, o que inclui a autonomia para decidir sobre suas gestações – desde o momento da concepção à decisão de permanecer grávidas ou não –, o direito ao aborto seguro, e o direito de maternar, que amplia essa relação à criança, família e comunidade.

4.2.1 Sobre os abortos: “eu estava sangrando já a três dias e três noites, achei que morreria, mas também tinha medo de ir sozinha e não ser atendida ou de ser presa”.

No Código Penal Brasileiro, especificamente descrito nos artigos 124 ao 128, o aborto provocado é considerado crime, ressalvo de duas exceções: a gestação decorrente de estupro, e a gestação que causa risco a vida das gestantes. No entanto, a “Pesquisa Nacional de Aborto 2016”, realizada por Débora Diniz, Alberto Madeiro e Marcelo Medeiros (2016) com mulheres entre 18 e 39 anos de idade, alfabetizadas e residentes em áreas urbanas destacou que essas mulheres já realizaram ao menos um aborto na vida. O estudo ainda afirma que há uma estimativa que somente no ano de 2015 aproximadamente 503 mulheres abortaram. Ou seja, mesmo diante da criminalização do aborto no Brasil, mulheres solteiras, casadas, mais novas, mais velhas, com e sem filhos (as), de todas as classes sociais e com diferentes níveis educacionais abortam, tendo uma grande elevação destes números ao se tratar de

mulheres pobres, negras (pretas e pardas), amarelas e indígenas (DINIZ; MADEIRO; MADEIROS, 2016).

Se o aborto provocado no Brasil é crime, logo, as condições que estes abortos são realizados é num contexto de ilegalidade que proíbe o aborto, mas não impede que os procedimentos continuem sendo realizados. Isso prova a ineficácia dessa política proibicionista que não alcança seu objetivo em reduzir os números de abortos provocados entre as mulheres brasileiras, muito pelo contrário, desprezam suas necessidades em nome de uma proibição que as matam, encarceram e promove traumas e sequelas.

Nos países em que o aborto é legalizado o número de procedimentos caíram significativamente. No Uruguai, por exemplo, em que a descriminalização do aborto ocorreu em 2012, nove abortos são praticados a cada dez mil mulheres entre 15 e 45 anos de idade, sendo esta uma das menores taxas do mundo, em comparação com países europeus, tais como França e Inglaterra, em que 15 mulheres abortam para cada mil (DAMASCENO, 2017). Outro dado relevante acerca do contexto uruguaio é que após um ano da aprovação da IVE (Interrupción Voluntaria Delembarazo) o número de morte materna devido a complicações de aborto caiu para zero (MINISTÉRIO DE SALUD, 2014).

No Brasil, entre os anos de 2008 e 2017, segundo o Ministério da Saúde (2008), houve 1.613.903 hospitalizações, com 2,5% de casos near miss (quase mortes) devidos a abortos inseguros, o que significa que 40.348 mulheres quase morreram por aborto dentro dos hospitais brasileiros. Segundo a mesma fonte, em 2016 o SUS registrou pelo menos a morte de 203 mulheres por aborto (uma morte a cada dois dias), lembrando que esses números podem ser absurdamente maiores se levarmos em consideração que no mesmo ano o óbito de mulheres em idade fértil por causa não definida ocupou a 5ª posição dos ocorridos com frequência. Segundo Tânia Lago (2019), em documento produzido pela Anis – Instituto de Bioética, sobre os ocorridos de óbitos de mulheres saudáveis cuja causa permanece indeterminada, a pesquisadora aponta que estes ocorridos certamente esconde mortes decorrentes de abortos clandestinos, e sem contar que os dados do SUS também não contam aquelas mulheres que morrem sozinhas e escondidas, com medo da lei e da prisão, sem nunca procurar um serviço de saúde.

No caso das mulheres em situação de rua no Brasil, a criminalização do aborto

mascara as desigualdades sociais já vivenciadas por essas mulheres que possuem diversas limitações que não as permitem acessar os serviços públicos de saúde em todas as suas competências. Nesse contexto, muitas delas negam-se a procurar a rede pública de saúde, não só por medo de serem penalizadas, mas já sabidas dos maus tratos que podem enfrentar por serem estigmatizadas, como apontei no primeiro capítulo.

A questão é que se no Brasil o aborto fosse tratado como uma questão de Saúde Pública, e se falar disso não fosse um tabu e as mulheres não fossem penalizadas, tanto Dasdores, quanto Maria, e outras mulheres no mesmo contexto que elas, poderiam acessar às redes públicas de saúde não somente para as finalizações de seus abortos, mas a prevenção de gravidezes indesejadas. Dessa forma, poderiam também serem alcançadas por políticas públicas de cuidado voltadas para mulheres em situação de rua, atendendo assim outras demandas de ordem reprodutiva, incluindo a saúde reprodutiva das mesmas que é comprometida diante do contexto de falta que vivem: falta de alimentação, falta de credibilidade diante de suas dores, falta de recursos, falta de moradia, falta de atendimento psicológico e a falta de humanização em seus processos.

No entanto, mesmo diante de um contexto de proibição que conseqüentemente gera um contexto de risco e insegurança para as mulheres que abortam, Dasdores e Maria, estando ambas numa situação ainda mais desfavorável para a realização dessa prática, não deixaram de abortar. Entretanto, mesmo que os abortos dessas mulheres custem suas vidas, a pauta do aborto no Brasil segue inalterada, demonstrando total descaso a essas vidas, dentre tantas outras.

Somando os abortos de Dasdores de Oyá e de Maria Maloca, totalizam-se 8 abortos induzidos e 2 espontâneos, sem falar dos abortos pelos quais as mesmas não tiveram consciência de que estavam passando por um processo de abortamento causado, sobretudo, por circunstâncias ocasionadas a partir das vulnerabilidade e violências em que se encontravam. Somente Dasdores procurou a rede pública de saúde em dois de seus abortos para as finalizações dos mesmos, uma vez por ter sido agredida por seu companheiro no sexto mês de gravidez, o que resultou em abortamento, e outra vez já estando num contexto de rua, sendo socorrida por uma redutora de danos que lhe viu sangrando na rua.

No primeiro caso, Dasdores relata que ao chegar no IPERBA³² para pedir socorro, tendo ainda esperança de que a criança estivesse viva, uma profissional da saúde que lhe consultou supôs que Dasdores teria provocado o aborto por ter entrado em luta corporal com seu ex-companheiro, sendo indagada do porquê de não tê-lo denunciado já que havia relatado sobre o espancamento sofrido. Sobre o segundo caso, Dasdores relata que não imaginou que estivesse passando por um processo de abortamento, pois havia tomado “o chá³³” e também cytotec, não lembrou o número de comprimidos, mas disse que todos foram introduzidos no canal vaginal, e somente depois de meses alcançou o objetivo, tendo que finalizar o aborto na mesma maternidade³⁴ em que foi levada pela primeira vez, passando assim por um processo de curetagem, que relata ter sido mais doloroso, e como já estava num contexto de situação de rua relata que o tratamento foi bem pior do que a primeira vez. Dasdores ainda relatou que durante o procedimento a médica que lhe atendeu perguntou o porquê da mesma não fazer uma laqueadura, um processo pelo qual é um método contraceptivo definitivo: “Ela queria me ligar, entende? Aquele processo que a mulher não tem mais filhos. Aí eu disse pra ela que não era assim também não”.

Após essas duas experiências negativas ao recorrer às redes públicas de saúde para a finalização de seus abortos Dasdores relata que deixou de procurar atendimento médico mesmo surgindo a necessidade em outros episódios abortivos. Todos os outros cinco abortos realizados por Dasdores foram feitos no contexto da rua, solitariamente, sem ajuda de seus companheiros respectivos às gravidezes, e sem assistência da rede pública de saúde. Relata que no último aborto (o sétimo), após ter tido um uso abusivo de crack, chegou a ter uma febre altíssima e hemorragia, mas continuou deitada por três dias sob os cuidados de uma senhora que mora numa ocupação ao lado de seu barraco, deixou de procurar uma rede pública de saúde por entender que era culpada por ter feito um uso abusivo de drogas e teve receio de ser presa.

Essa última experiência de Dasdores convoca um debate central acerca das mulheres em situação de rua, que, por serem associadas ao uso de substâncias psicoativas tornando-se ilícitas, já pressupõe os maus tratos que irão enfrentar, o que as desestimulam a procurar atendimentos nas unidades de saúde.

³² Instituto de Perinatologia da Bahia (IPERBA). Localizado em Brotas, bairro de Salvador.

³³ Esse “O Chá” diz respeito a uma combinação de maconha, casca da aroeira, carqueja e cravo.

³⁴ Se referindo ao IPERBA.

Ressalvado os casos em que podem contar com as ações de redução de danos, política pela qual as(os) profissionais à priori deveriam construir de forma cautelosa, respeitosa e cuidadosa vínculos a partir de uma relação de confiança (ROCHA, 2014) às mulheres em situação de rua pelas quais tive contato malmente citam outros atendimentos que não seja exclusivamente exercido pelas equipes de redução de danos que atuam na cidade.

Essa conduta política que compreende o cuidado como fundamental, independente se a mulher é usuária de drogas ilícitas ou não, é possível encontrar em outros(as) profissionais de saúde da rede pública, sobretudo, àqueles(as) que conseguem compreender as intersecções de opressões que já perpassa na vida dessas mulheres em situação de rua, às oferecendo, ainda que contrário às normas da instituição, um atendimento acolhedor e humanizado.

O outro lado dessa moeda, onde a prioridade é punir as mulheres usuárias de drogas ilícitas ao invés de cuidar delas, sobretudo, mulheres negras, periféricas, encarceradas e em situação de rua, temos a atual política de drogas no Brasil, que reforça as condutas proibicionistas do país, preferindo passar por cima de dados, pesquisas e evidências que comprovam ser essas questões, tanto do aborto quanto do uso abusivo de drogas, questões que dizem respeito à Saúde Pública e não de Segurança Pública. Sobre este ponto, escrevi um artigo para a Carta Capital (DAMASCENO, 2020), ao qual elucido sobre as políticas proibicionistas e os direitos reprodutivos das mulheres negras e em situação de rua, onde parto do ponto de que:

O processo de desumanização dessas mulheres por serem associadas a “cracudas”, “viciadas”, “drogadas” e outros processos de estigmatização associados ao uso de drogas ilícitas só legitima o abandono dessas mulheres pelo Estado, que, por outro lado, incentiva a criação de políticas defasadas e já compreendidas como não aplicáveis à realidade [...] A guerra às drogas no Brasil configura um cenário que pune ao invés de cuidar. Hoje, para a grande maioria, ao se falar de pessoas em situação de rua, seus corpos estão diretamente associados às questões das drogas ilícitas e seus usos, sendo estes corpos mais alvos de medidas punitivistas do que de medidas que se pensem em Políticas Públicas eficazes que correspondam de fato às demandas dessa população. (DAMASCENO, 2020, s/n).

A política de drogas hoje no Brasil, que deixa de compreender o uso de drogas (considerado) problemático como uma questão de saúde pública e trata essas

questões como competência da segurança pública, não prioriza o ser humano, a pessoa, ao invés disso, aposta num caminho que não desumaniza somente uma pessoa, mas desmantela toda a sua vida, suas comunidades e famílias negras, como é bem apresentado na pesquisa “Um olhar preciso” desenvolvida pela Iniciativa Negra por Uma Nova Política sobre Drogas. Neste estudo, podemos ver que o texto “Política de Drogas e o desmantelamento das famílias negras”, apresenta bastante essa realidade onde a guerra às drogas se torna um argumento pelo qual é utilizado para que não percebam que essa guerra é contra pessoas negras e seus territórios, e quando partimos para as mulheres negras em situação de rua, esse mesmo argumento é utilizado para a demonização e estigma dessas mulheres.

Nesse sentido, a utilização do argumento do combate às drogas pelo viés da punição e não do cuidado é o mesmo que permite que uma mulher negra em frente a escola de medicina da Universidade Federal da Bahia, em processo de contração já indicando o momento do parto, ficasse jogada no chão sem empatia pelas pessoas que passavam na rua por associá-la a usuária de drogas, como se sua dor e necessidade de atendimento fosse desmerecida pelo fato da mesma ser apontada como uma pessoa que pelo uso de drogas tivesse provocado aquele contexto em que estava passando.

O processo de desumanização das mulheres em situação de rua, ocorre sobretudo pela falta de direitos que permeiam suas vidas, permitindo que estas não sejam consideradas enquanto cidadãs, mesmo sendo. Sobre isso, em seu texto “As Cidadanias Mutiladas”, o autor Milton Santos (1997) aborda que “há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que são cidadãos”. Essa cidadania mutilada se concretiza também na vida das mulheres negras e em situação de rua quando a estas o acesso à saúde é limitado, sem contar no direito a uma cidade inclusiva que lhes é negado tanto quanto. Nesse sentido, ainda que o aborto seja proibido no país, muitas mulheres, sobretudo as brancas, por serem de uma classe econômica mais favorável em sua maioria procuram outros meios para realizar um aborto mais seguro. Nesse caso, ainda que seja para outros atendimentos de saúde que não seja para finalização de aborto, mulheres negras também encontram dificuldade para serem atendidas e quando são, sentem-se serem tratadas como não-humanas.

Maia, mulher negra (parda), 38 anos de idade, habita nas ruas de Salvador há mais de sete anos. Em uma das rodas de conversa em que eu participava com mulheres em situação de rua no Aquidabã, a mesma chegou a desabafar que ao chegar numa maternidade da cidade para realizar um processo de curetagem, não teve medo de afirmar que tinha provocado um aborto, entendendo ela que diante das dores que estava sentindo, a mais de duas semanas, contar a verdade seria o caminho para ser cuidada, pois diante da vida em que levava, estar na prisão ou na situação que se encontrava, não fazia diferença, sendo ela egressa do Conjunto Penal Feminino em Salvador. Relata que ao chegar nessa maternidade, foi deitada numa maca e diversos estudantes de medicina a tocaram, alguns chegando a comentar do mau cheiro que exalava dela. Esse tipo de situação também foi narrada por uma das interlocutoras – Ahois – em meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais em 2017: “[...] Foi tenso. À médica me deu várias dedadas, sem anestesia bicha, tirou o dedo sujo com a luva e mostrou aos alunos e começou a dizer: “Olha isso, que mau cheiro, olha a textura disso, é aborto retido, olha a viscosidade, chega tá preto. Tá infectado” (DAMASCENO, 2017, p. 74).

Nesse sentido, verifica-se que mesmo Maia tendo acesso às redes públicas de saúde para seu atendimento, esse foi fornecido de maneira invasiva, violenta e precarizada, reafirmando mais uma vez como a cidadania dessas mulheres é mutilada mesmo quando acessam minimamente seus direitos.

Tanto o método, quanto o procedimento, e os resultados alcançados num processo de abortamento inseguro dizem sobre as desigualdades de raça, classe e gênero que estruturam as relações no Brasil e se expressam de forma cruel, sobretudo, entre as mulheres negras em situação de rua e privadas de liberdade. Nesse sentido, como apontado por Góes (2018), “em uma sociedade estruturada por desigualdades, como a brasileira, o pleno gozo da saúde reprodutiva e dos seus direitos torna-se limitado e fragilizado” (p. 40), principalmente quando se trata de mulheres negras, estando ou não no contexto de rua, sendo este contexto um agravante.

Nesse sentido, algumas mulheres mesmo que clandestinamente façam seus abortos, possuem condições econômicas de pagar por estes procedimentos com uma certa qualidade, o que não as restringem de passar por sentimentos negativos, como medo e insegurança e riscos que podem comprometer sua saúde física e psicológica.

Porém, na circunstância da clandestinidade, são mulheres negras, jovens e de baixa renda que possuem riscos de adoecimento e morte como consequências de um aborto mal sucedido (SILVEIRA; FURQUIM, 2020), realizados em fundos de quintais, ou em ambientes insalubres com pessoas desqualificadas para a realização destes procedimentos.

Na medida em que a mulher se aproxima desse perfil das mais expostas aos abortos inseguros verifica-se que são as mesmas que já possuem uma trajetória de vida marcada por outras negações de direitos, portanto, negar um aborto seguro à essas mulheres é lhes tirar o direito à vida, tendo a noção de que se não recebem o atendimento qualificado por profissionais da saúde, e não pensa-se em políticas públicas que contemplem essa realidade, procuram métodos e procedimentos condizentes com seus contextos de vida.

Sobre os métodos e procedimentos escolhidos por mulheres negras e em situação de rua para abortar, certo dia na Praça da Sé, esperando Dasdores para conversarmos, Kênia, mulher negra em situação de rua há 13 anos, com 42 anos de idade, se aproximou me pedindo um cigarro, conversamos sobre a minha pesquisa, e a partir disso a mesma desabafou, me contando que já teria feito mais de dez abortos, e quase morreu em seis deles. Em um dos seus abortos, Kênia já chegou a se jogar na frente de um carro, concluindo que com o impacto provocaria um aborto, a consequência foi quebrar uma das pernas e de fato entrou em processo de abortamento. Dessa forma, até mesmo os métodos escolhidos pelas mulheres para induzir seus abortos em um contexto de ilegalidade, dialogam constantemente com as condições que estas possuem para investir nos métodos e procedimentos.

Maria Maloca realizou ao total dois abortos. Todos foram induzidos utilizando o cytotec, e “O Chá”. Este número de abortos é o menor em comparação com as demais mulheres em situação de rua aqui citadas. Segundo Maloca, o fato de ter engravidado poucas vezes, ao seu ver, está relacionado com o fato de ter se relacionado com mulheres na maior parte de sua trajetória sexual. No entanto, este mesmo dado confirma que as gravidezes de Maloca, pelo menos as que tiveram como consequência o aborto, foram ocasionadas de relações não estáveis com seus parceiros. Em nenhuma das vezes a mesma recorreu as redes públicas de saúde para finalização de seus abortos, e de todas as citadas, só Maloca pode contar com uma rede de apoio para a realização de um de seus abortos, que se deu entre as próprias

companheiras da rua.

As quase mortes de Maia, Kênia e Dasdores, em tentativas de abortos inseguros configura uma violação de Direitos Humanos, pois, o aborto sendo ilegal no Brasil mal considera suas condições de vida e de milhares de outras mulheres em situação de rua que nem ao menos tem o que comer. Ou seja, o Estado Brasileiro exige da mulher que cumpra uma lei pela qual diz respeito ao seu direito individual de escolha, mas, esse mesmo Estado não cumpre seu papel que é de produzir políticas que de fato acessem essas mulheres em situação de rua, tendo em vista a dificuldade que possuem de acessar esses serviços devido às condições de vulnerabilidade e falta de informação que lhes cercam (SILVA; JORDÃO; SILVA, 2020).

Infelizmente, existe um déficit nas pesquisas sobre abortos entre mulheres em situação de rua, não encontrei nenhum tema que tratasse disso conjuntamente, o que reforça a invisibilidade dessa pauta até mesmo para criação de políticas públicas pelas quais enxerguem mais de perto os danos causados pela proibição do aborto na vida dessas mulheres que já se encontram em um contexto desfavorável.

Nesse sentido, se torna urgente a legalização do aborto no Brasil, pois, é uma pauta que para além de conter em seu escopo a garantia que essas mulheres não morram em seus processos de abortamentos inseguros, abre também precedentes para que direitos de outras ordens e fundamentais para o exercício de seus direitos reprodutivos venham ser pautados. Enquanto direitos reprodutivos, o trago a partir do que foi consolidado na Conferência do Cairo em 1994:

(...) os direitos reprodutivos abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos (...). Esses direitos se ancoram no reconhecimento básico de todo indivíduo decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência. (NAÇÕES UNIDAS, 1994).

Assim, ao analisar o aborto não isolado de outras questões de direitos humanos, ampliamos o debate da legalização do aborto para a legalização dessas vidas que cotidianamente são criminalizadas por serem quem são – mulheres negras

e em situação de rua. O que nos convida a observar que se o aborto é a quarta causa de morte materna no Brasil e que para 4 mulheres internadas para processos de curetagem, ao menos 3 são negras (DINIZ; MADEIRO; MEDEIROS, 2016), ao se tratar de mulheres negras e em situação de rua a proporção pode ser ainda maior, pois, são mulheres pelas quais pouco se é observado sobre suas questões de saúde reprodutiva e poucas também procuram as redes públicas de saúde para internação, reforçando assim a subnotificação de dados já tão escassos.

Desde o primeiro capítulo dessa dissertação venho traçando paralelamente as condições de vida da população em situação de rua ao contexto da população negra em geral, população pela qual essas mulheres fazem parte. Em relação à discussão sobre seus abortos não seria diferente, pois, estas vivências não só revelam um problema de Saúde Pública e Justiça que diz respeito às mulheres em contexto de rua, mas como o contexto destas são oriundos de desigualdades que, em certa medida, alcançam mulheres negras em geral. Quando chegamos na mulher em situação de rua, observa-se que essas desigualdades se intensificam, e as vulnerabilidades se potencializam e suas necessidades reprodutivas são invisibilizadas na mesma proporção em que essas mulheres também são.

Em 2017, realizei uma pesquisa sobre abortos induzidos com oito mulheres negras, entre 22 e 43 anos, oriundas de bairros periféricos da cidade. O estudo que teve como um dos objetivos saber das decisões das mulheres pelo aborto e como ocorreram seus itinerários abortivos, revelou que apenas uma interlocutora abortou por compreender o direito ao seu corpo, garantindo assim sua autonomia e direito de escolher não gestar, as demais, apresentaram motivos distintos, mas que se aproximam à raiz do problema. A falta de emprego, o abandono do parceiro – seja pelo fato de não ter assumido a paternidade, ou pelo fato de terem sido encarcerados e/ou mortos pela PM, as condições de vida e moradia precarizadas, foram um dos fatores de decisão pelo aborto mais citados. Fatores estes que além de serem os principais motivos pela escolha pelo aborto, são os mesmos que as impossibilitam de terem acesso à saúde pública e a capacidade de investir em abortos mais seguros, ainda que clandestinos.

Dasdores e Maria relatam motivos similares acerca de suas decisões pelos abortos. Dasdores relata que abortou todas as vezes pelo fato de não conseguiria cuidar da criança estando ela em situação de rua e sem nenhuma garantia de

assistência – se referindo às políticas públicas municipais – nestes casos ela não só pretendia gestar como também maternar, e que diante do medo da tomada da criança pelo conselho tutelar preferiu abortar. Maria Maloca, relata que sempre teve medo de engravidar e ter um criança do sexo masculino, pois, desde o abuso sofrido pelo padrasto em sua infância, havia se prometido não ter um filho homem para que este não fizesse nenhum mal as mulheres, como os homens teriam feito mal a ela. Bem como aponta o aborto como o único caminho possível diante da falta de perspectiva em sua vida no que diz respeito a alteração de seu status quo.

Diferentemente das mulheres negras em situação de rua as quais participaram dessa pesquisa, as acessadas na pesquisa anterior citada sobre abortos entre mulheres negras da Capital, relatam que acessaram tias, amigas, primas, mães e conhecidas em seus processos de abortamentos, seja para um conselho, instrução ou para acompanhá-las em seus itinerários abortivos, do método à companhia na busca por atendimento nas redes públicas de saúde. Já as mulheres negras em situação de rua, por partirem de perfis cuja relação familiar é fragilizada ou mantém uma certa distância dessas redes, contam com as próprias parceiras da rua para a obtenção do método, mas quase sempre os realizam sozinhas. Porém, tanto o grupo das em situação de rua, como as que possuem endereços fixos, se mostraram indiferentes às decisões pelo aborto, e nenhum método foi facilmente encontrado e nem utilizado, bem como, nenhum procedimento foi facilmente vivenciado.

Nessa lógica, se existe culpadas(os) por estes abortos, o Estado Brasileiro se torna duplamente responsável pelas mortes dessas mulheres e pelas comorbidades oriundas de abortos inseguros, mazelas passíveis de serem evitadas, caso fossem, ao menos, considerado a situação de vulnerabilidade que as mulheres negras, sobretudo, às em condição de rua, lidam cotidianamente. Essas mulheres (negras, pobres, encarceradas e em situação de rua) já lidam com o abandono e descaso do Estado Brasileiro antes mesmo de alcançarem a idade reprodutiva, basta analisar suas trajetórias de vida e as estatísticas até aqui apresentadas, sobretudo, as mencionadas no capítulo I desta pesquisa. Nesse sentido legalizar o aborto para que essas mulheres tenham acesso à seus direitos reprodutivos, que vai para além da prática do aborto seguro, é o mínimo de reparação que o Estado Brasileiro pode oferecer às famílias e comunidades negras do país.

No entanto, se de um lado as mulheres em situação de rua são impossibilitadas

de acessarem métodos e procedimentos seguros frente à decisão pelo aborto, os motivos pelos quais justificam seus abortos também dizem respeito sobre a não possibilidade de gestar e maternar, ficando assim entre uma encruzilhada que nenhum caminho aponta uma saída, senão àquela que lhes causa danos.

Muito das gravidezes de mulheres em situação de rua são causadas por estupros, segundo a agência de jornalismo “Gênero e Número” (2019)³⁵, como base nos dados do Ministério da Saúde, afirma que o estupro é a terceira maior violência sofrida pela população de rua, sobretudo entre as mulheres, sendo as negras 55,8% das vítimas. “Esse tipo de violência fica “atrás somente da violência física, que corresponde a nada menos do que 93% dos casos, e da violência moral, que inclui humilhações, por exemplo”. Ainda assim, nestes casos de estupros, mulheres em situação de rua preferem não tocar no assunto por lhes trazer angústia, como foi o caso de Dasdores, e como relatado por Nina ainda sofrem com a descredibilidade de suas denúncias:

[...] num vou mentir não viu fia, já abortei umas 8 vezes, e acho que umas 3 eu nem sabia que tava grávida porque fui pega na covardia dos cara. Teve uma vez que quando acordei já estava com a desgraça em cima de mim, fazer o quê? o cara com uma garrafa quebrada na mão. Mas teve uma vez, que chamei a menina aqui do projeto na rua e eu disse que estava grávida e foi de um cara que me estuprou. Eu tô aqui mas sei de meus direitos, sei que eu poderia chegar ali e eles fazerem o procedimento correto, mas desde a menina do projeto que eu sabia que não estava botando fé no que eu disse, ai ela disse que eu tinha que dar uma queixa? Veja só, se eu vou sair daqui pra dar queixa nenhuma, eles não vão com minha cara e eu fico lá presa.” (Nina, Aquidabã).

Nesse sentido, ainda que a gravidez tenha sido resultado de um estupro, para as mulheres em situação de rua não cabe a jurisprudência pela qual concede a mulher estuprada o direito ao aborto, como já previsto em lei. Para Rosa e Bretas (2012), que escreveu com coautoria de Bretas a tese “Mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo: um olhar sobre trajetórias de vida” em entrevista para o jornal Gênero e Número em 2019 discorre que:

³⁵ Entrevista na íntegra disponível em: <https://www.generonumero.media/moradoras-de-rua-estupro-aborto/>.

[...] o aborto legal é uma discussão encabeçada por movimentos feministas que, na essência, são formados por mulheres com mais estudo e com condições de ativismo político consciente. A reivindicação do aborto para as mulheres em situação de rua ainda está muito distante (s/n).

Rosa e Bretas (2012) informam também sobre o preterimento das pautas de mulheres negras nas agendas feministas que teria perdurado durante décadas, no entanto, é possível verificarmos que a atuação de movimentos e organizações de mulheres negras, ainda em meio a essa realidade criaram estratégias e se organizaram para que pautas coerentes com suas realidades – atravessadas pelas questões não só de gênero, mas de raça, classe e orientação sexual – fossem trazidas para o centro do debate, sobretudo, as pautas que informam sobre às questões reprodutivas e sexuais como questões de direitos humanos.

Dessa maneira, tais demandas foram e estão sendo, ainda hoje, disputadas e trazidas para o centro do debate a partir do feminismo negro e demais movimentos de mulheres e comunidades negras, nesse sentido, ainda que os passos sejam relativamente lentos diante da urgência reparatória que temos, somos nós, mulheres (cis e trans) negras, indígenas, quilombolas que nos mobilizamos em torno dessas pautas outrora esquecidas e/ou discutidas sobre outras perspectivas de necessidades que não as nossas, como aponta Damasco (2009, p. 44), em “momento de pluralização no interior do movimento feminista, as mulheres negras também começam a questionar suas posições, tecendo críticas e reivindicando espaço para a discussão de suas próprias demandas”.

No campo das pesquisas acadêmicas sobre mulheres em situação de rua ainda conseguimos ter acesso a algumas produções (TIENE, 2004; MOREIRA *et al.*, 2015; SANTOS; BAPTISTA; CONSTANTINO, 2021) que desenvolvem o debate sobre questões de saúde e direitos reprodutivos, a partir da perspectiva das gestações, maternidades e violências enfrentadas por estas mulheres num contexto da rua, por outro lado, no que tange ao aborto entre mulheres neste contexto, quase nada é abordado sobre. Se fala em maternidade, gestações, direitos sexuais e reprodutivos, saúde sexual e reprodutivas e violências sexuais deferidas contra essas mulheres, mas nada que analise o aborto em seus cotidianos a partir de suas trajetórias nas ruas. Porém, acredito que a falta de dados oficiais sobre essas questões inibem tais

produções, o que ocasiona um total desconhecimento e invisibilidade dos abortos das mulheres em situação de rua, o que inclui seus itinerários abortivos e os motivos para a decisão, bem como os sentimentos acessados.

Ressalto que de acordo com as narrativas de Dasdores, Maria e Kênia, serviços como o Consultório na Rua, Corra pro Abraço e as Unidades de Acolhimento³⁶ se destacam enquanto serviços em que mais se aproximam das realidades vivenciadas por estas mulheres e oferecem a partir de seus e suas servidoras um atenção humanizada, este fato, por exemplo, é também fruto das mobilizações e pesquisas em torno da necessidade de um tratamento e acolhimento humanizado como recomendado pelo Sistema Único de Saúde (2009) acerca dos direitos que cabem a seus e suas usuárias:

O cuidado humanizado pressupõe acolhimento. Acolher é a atitude de inclusão do outro em sua singularidade, é um bom encontro que faz vínculo. O acolhimento como diretriz de qualquer serviço de saúde é um contrato ético: respeito às necessidades e demandas dos usuários, resolutividade e compromisso. (s/n)

Se tratando dos processos abortivos experienciados pelas interlocutoras diretas (Maria e Dasdores) bem como de Maia, Nina e Kênia apresento a seguir trechos de falas pelas quais apontam os sentimentos compartilhados por elas no que diz respeito as decisões pelos abortos – incluindo o que as motivaram – e os sentimentos que tiveram pós processo, desde questões físicas a questões psicológicas.

4.2.2 Decisão pelo aborto: Motivos e sentimentos

Maia, 38 anos de idade, 10 anos nas ruas, Terreiro de Jesus:

³⁶ As Unidades de Acolhimento são unidades públicas de assistência social, do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que executam Serviços de Acolhimento Institucional. Este serviço tem como finalidade o acolhimento de famílias e indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, com o objetivo de garantir proteção integral, garantindo privacidade, respeitando costumes, tradições e a diversidade de: ciclos de vidas, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual.

O que acho engraçado é que se souberem querem prender a gente sabe? Mas eu amo criança e todas as vez eu abortei porque era o jeito. Você teria filho numa situação dessa? Abortei e aborto até achar um cantinho massa, fazer uns bicos decente [...]. Eu fiquei me sentindo culpada, entende? Eu queria mesmo era ter, mas já vi muita coisa ruim acontecendo com uma criança na rua também, e esse último eu não sabia quem era o pai, e um dos caras que pode ser o pai soube que tá com aids, eu não peguei não, mas também e se nascesse com algum problema?!

Dasdores, 39 anos de idade, 9 anos nas ruas, Carlos Gomes:

Quando me vi sangrando três dias e três noites eu tive um medo, eu sou retada, não tenho medo assim não, já levei até facada, aqui o buraco que fez (levante a blusa e mostra a cicatriz na barriga), mas eu nunca perdi tanto sangue igual esse dia. [...] Eu ia ter filho de estuprador? por isso eu tirei dois. [...] Tirei porque precisou, porque naquela época eu não tinha condições de assumir uma criança com essa violência na rua.

Kênia, 42 anos de idade, 13 anos nas ruas, Ladeira da Preguiça³⁷

Chorei muito, chorei porque nem era isso, entende? Teve um mesmo que eu sabia que se tivesse iam tirar de mim, porque todo dia a mulher do conselho tutelar, passava por mim, quando eu ficava ali perto do Fórum, e me perguntava quando eu teria, aí eu cismeí, porque já teve mãe de procurar seu filho na maternidade e num achar, acredita? [...] Até hoje me sinto culpada, as pessoas não bota fé quando eu digo, mas também não gosto de falar sobre isso, dói meu coração. Mas eu já tive outros filhos e foi até bom não ter mais. Ruim ou não tenho meu quartinho alugado, mas imagine aí se já é apertado com 4 pessoas morando, imagine com 6 ou 7.

Nina, 37 anos de idade, mais de 10 anos nas ruas, Aquidabã:

Foi o jeito, sabe? Teve um que a barriga já tava grandinha, aí quando eu soube, aqui perto mesmo, a polícia na covardia da madrugada sentou o dedo no pai da criança, aí eu pensei: e se vierem pro meu

³⁷ Todos as localidades citadas nessas narrativas foram locais pelos quais estes diálogos aconteceram e todos pertencem ao chamado Centro de Salvador.

lado? Tenho que me picar das áreas por um tempo, porque eu não fiz nada, mas quem disse se a gente fez ou não, são os homi³⁸. Fui pro barraco de uma amiga lá na saída da cidade, mas nem disse que estava grávida, aí antes de ir eu tive que tirar, uma boca ia rolar, mas duas sei não. E quando nascer? Eu ia ter que dar meu cu pra sustentar eu e a criança. [...] Eu tive muitas dores, muita dor mesmo, teve um procedimento que fiz aí com uma mulher, que eu desmaiei.

Maria, 35 anos de idade, 24 anos de rua, Dois de Julho

Mana, eu não tinha condições de ter nada não, eu sempre tive medo de ter um filho homem, porque os homens nunca foram bons comigo, e se eu fosse ter um filho e ele fosse igual meu padrasto? Ou igual aos outros que já me bateram? [...] Eu também nunca senti vontade de ser mãe não. Só depois que vi a cara de meu filho foi que eu pensei, assim, aí eu quero. Mas eu também ficava naquela onda de ter um filho e não ter como criar, e eu teria que doar, e isso iria ser pior, mas ainda bem que minha mãe cuida de meu guri, melhor do que ser levado e depois adotado por aí. Né não?

As narrativas acima informam sobre as decisões e sentimentos das mulheres citadas sobre seus processos abortivos. Culpa, medo, desamparo, morte de seus companheiros e o medo que as mesmas possuem de que seus filhos e filhas venham experienciar as mesmas vulnerabilidades e violências que elas experienciaram é constante em suas narrativas e fatores cruciais para suas tomadas de decisão. Nenhuma dessas narrativas informam que abortaram por exercitarem a concepção de “meu corpo, minhas regras”, ainda que a partir disso também seja legítimo. Sobre isso, como dito por Jesus e Mbandi (2016, p. 55) em artigo sobre aborto e feminismo negro é importante considerarmos que:

[...] para uma mulher, em uma situação de privilégio de classe e raça, levantar a bandeira do aborto significa entre outras coisas reivindicar o direito à liberdade de seu próprio corpo. A decisão de uma mulher negra de interromper a gravidez, muitas vezes, vem carregada de toda uma vida de incertezas, que não nos permite acreditar em dias melhores.

³⁸ Os "Homi" derivado de "Homens" é uma gíria local para se referir a polícia.

É importante ao tratarmos sobre abortos, sobretudo entre mulheres negras – sendo estas as maiores vítimas de abortos clandestinos e de óbitos causados por estes processos e de outras comorbidades decorrentes destes –, observarmos o que é pontuado também por Angela Davis (2016) em seu livro “Mulher, raça e classe” no que diz respeito aos infanticídios exercidos por mulheres negras escravizadas para que seus filhos e filhas não herdassem a condição de escravo. Ou seja, não é que essas mulheres sejam indiferentes aos seus abortos, mas as condições de vida de cada uma, entrelaçadas com as violências e vulnerabilidades encontradas em suas trajetórias de vida, cerceiam as possibilidades de poderem escolher trazer, ou não, novas vidas ao mundo.

Este movimento implica em dois fatores: a) o de não poder abortar com segurança diante da decisão tomada frente a um Estado que criminaliza as mulheres pela prática abortiva, logo não oferece serviços e políticas públicas que garantem este direito; b) o de não poder gestar, parir e maternar com as mesmas seguridades que encontram outras mulheres em outras condições mais favoráveis a este exercício, onde o mesmo que proíbe o aborto não lhes fornecem uma estrutura para a realização plena de tais processos, este último ponto será abordado no tópico a seguir. Por ora, finalizo este tópico sobre abortos entre mulheres negras em situação de rua apresentando um trecho do que foi trazido por Jesus e Mbandi (2016, p. 56) ao parafrasear Sueli Carneiro (2011), onde destacam que num contexto em que alguns humanos são considerados mais humanos do que outros “supomos que o abortamento das mulheres negras é feito primeiramente pelo próprio Estado, quando não nos dá condições dignas de sobrevivência e reprodução, através das ainda incipientes políticas públicas que atendem as mulheres negras, principalmente às de saúde”.

4.3 Um diálogo necessário sobre gestações e maternidades

A gestação é um momento pelo qual mexe com toda a vida e corpo da pessoa com útero que está passando pelo período gravídico, que inclui desde alterações físicas evidentes até mudanças pelas quais podem variar de acordo com o organismo

e contexto vivenciado por cada pessoa grávida. Durante cada período dessa transformação, a pessoa pode ficar mais vulnerável, e, em termos de saúde emocional, a pessoa pode emergir mais fortalecida e amadurecida, ou, então, mais enfraquecida, confusa e desorganizada (SILVA, 2013).

Dessa maneira, ainda que exista diferenças substanciais entre as pessoas que gestam e seus processos gestacionais, existem alguns sintomas e necessidades que são comuns a maioria, como: enjoos, as atividades miccionais são alteradas, bem como o humor, a posição de dormir, a mudança de hábitos alimentares, a necessidade de um acompanhamento médico – que se realiza no período do pré-natal –, ou seja, todas(os) gestantes, em certa medida, apresentam demandas de saúde, dentre outras demandas importantes e específicas que precisam serem atendidas e, experienciam transformações e necessidades (que nem sempre foram esperadas) que são paulatinamente alteradas no processo de gestação e pós-gestação (puerpério). Por outro lado, mesmo que isso não seja uma garantia dada, a gestação avançada, digo fisicamente notada, tem o poder de mobilizar socialmente outras pessoas, ampliar redes de apoio e assistência, ou ser o momento ideal para novos planos de vida onde inclua – ou não – o exercício da maternidade após o nascimento da criança.

A gestação é algo diferente das diversas formas de exercer a maternidade, nem toda mulher que gesta tem a obrigação, podem e/ou querem seguir maternando e nem toda mulher que segue maternando pode e/ou quis gestar. A gestação é o processo biológico que após concluído o ciclo gestacional tem como resultado os diversos processos de maternâncias, que podem ser exercidos pela própria mãe ou por outra(s) pessoa(s) que, consensualmente (ou pelo menos deveria ser) passa a ter responsabilidade sobre este exercício para com a criança. O que não quer dizer também que as mães que estão longe de seus filhos e filhas não possam exercer a seu modo e condições a maternidade, conferindo-lhe um significado próprio, já que a própria maternidade é uma construção social (COLARES; MARTINS, 2009).

O período gestacional, contudo, demanda da mulher a necessidade de acessar alguns direitos fundamentais básicos para que seja possível seguir com a gestação, como o acesso aos serviços de saúde, alimentação, informação, medicamentos e ou vitaminas, dentre outras necessidades inerentes ao processo. Para as mulheres que já vêm com um histórico de outras negações de direitos tão básicos quanto estes citados acima, o caminho se torna mais longo e as possibilidades de acessar tais

direitos ainda mais distantes. Exemplo: se ao engravidar eu tinha acesso à alimentação e à moradia, fui atrás de acessar outros direitos, como o acesso à rede pública de saúde para a realização do pré-natal, pedir medicamento na farmácia da unidade de saúde que fui acompanhada e quando precisei de informações sobre o parto acessei profissionais de saúde que puderam me orientar acerca de minhas dúvidas.

Para as mulheres que partem do não acesso aos direitos como moradia, proteção e alimentação, engravidar significa para determinadas mulheres correr atrás não só de sanar as necessidades advindas de uma gravidez, mas de toda uma vida de escassez. Nesse sentido, sobretudo para mulheres empobrecidas, negras, em situação de rua, encarceradas, e outras vulnerabilizadas, nem o próprio direito de gestar é algo dado, tendo em vista que mulheres engravidam e abortam compulsoriamente através de violências exercidas contra elas em seus períodos gestacionais – como Dasdores relata sobre seu aborto consequente do espancamento que sofreu do companheiro antes de chegar às ruas, estando ela no sexto mês de gravidez –, ou como essas passam a integrar os dados estatísticos e subnotificações sobre mortalidade materna.

Infelizmente, não deveria caber na mesma linha a palavra “gestação e mortalidade materna”, como se para se trazer vida, alguma mãe tivesse que morrer. Ainda mais em tempos em que podemos presenciar o avanço de tecnologias e estudos que apontam soluções em meio às demandas de saúde pública, principalmente por ser a mortalidade materna uma tragédia evitável em 92% dos casos (FIOCRUZ, 2020). No entanto, hoje no Brasil os dados que se destacam em literaturas que discutem sobre gestações e maternidades apontam uma linha tênue que se dá entre o gestar e o morrer. E não apresento aqui a morte como o fato em si, mas a sucessão dos eventos que culminaram com a morte de mulheres que não acessaram ou não foram devidamente acessadas pelas Políticas Públicas, sobretudo, as de saúde.

Nesse sentido, a mortalidade materna é considerada um indicador de acesso da mulher aos cuidados de saúde e da capacidade do sistema de saúde responder às suas necessidades, em que os resultados dessa relação são expressos através do número de óbitos de mulheres por causas ligadas a gravidez, parto e puerpério (FIOCRUZ, 2020). Segundo o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde (2020),

de 1996 a 2018 o Sistema de Informações sobre Mortalidades (SIM) registrou aproximadamente 39 mil óbitos maternos, salientando que, muitas mortes no período gestacional, do parto e puerpério ficam de fora desse cálculo, uma vez que as causas desses óbitos não são associadas a complicações que tiveram seu início nestes processos reprodutivos. Desse total de óbitos, 65% foram de mulheres negras, pretas e pardas, mulheres com baixa escolaridade (menos de oito anos de estudo) e em idade fértil.

Enfatizo que estes óbitos maternos além de serem possivelmente evitados na perspectiva da saúde, outros fatores sociais que incrementam essas tragédias são tão evitáveis quanto através de políticas públicas que garantam alimentação, acolhimento e segurança para mulheres grávidas e puérperas.

Nesse sentido, aproveitando as histórias de mortalidades maternas nitidamente evitáveis que ocorrem nas ruas com determinadas mulheres grávidas nessa condição, Maloca me relatou duas histórias, a de Ana e a de Lene³⁹. Ana era uma amiga sua em situação de rua que estava no quinto mês de gestação e após ter sido expulsa da Praça Marechal Deodoro no bairro do Comércio, ou Praça das Mãos – como ficou conhecida devido ao Monumento das Nações (duas mãos entrelaçadas simbolizando o elo cultural entre a América do Sul e Central e a Península Ibérica) – perdeu todo vínculo com a rede de assistência social e saúde que lhe acompanhava durante a gestação, ao desaparecer por dois meses retorna ao território com o diagnóstico de subnutrição, falecendo no sétimo mês de gestação. Segundo Maria, Ana teria morrido de fome, pois era neste local em que foi expulsa que a mesma acessava também as doações de alimento que garantia no mínimo duas refeições diárias.

Já Lene, mulher negra como Maria e Ana, teria sido uma amiga conhecida de Maria desde que chegou às ruas de Salvador. Segundo Maria narrou, com lágrimas nos olhos ao lembrar de Lene sentada com ela na escadaria dos Passos, local do Centro Histórico de Salvador, ela teria sido vítima de violência obstétrica no dia que foi remover os pontos consequentes de uma cesárea. Maria relembrou o confessado por Lene, conta que sua amiga teria indicado dor na remoção dos pontos e que ao falar com o médico ele teria dito: “usa drogas que passa”. Lene veio a óbito dias depois por consequência de uma hemorragia interna. No entanto, não se sabe se foi consequência da negligência médica que desconsiderou seu pedido de socorro

³⁹ Nomes fictícios.

diante da dor que estaria sentido, mas ela faleceu, deixando um recém-nascido de um mês, ao qual Maria chama de sobrinho.

Estes relatos são reflexos de um todo ainda maior dos processos enfrentados por mulheres gestantes no Brasil, sendo considerado entre especialistas, como a antropóloga Débora Diniz (2021), um dos piores países do mundo para mulheres grávidas, principalmente para as negras, onde a autora leva em consideração os dados interseccionados às questões raciais. Uma série de fatores podem subsidiar essa afirmação, desde o momento da descoberta da gravidez, quase sempre tardia quando nos referimos às mulheres negras, pela falta de acesso até mesmo dos métodos mais eficazes para comprovação da gestação, pré-natal tardio, até os casos mais absurdos de violências obstétricas por partirem de uma lógica racista de que mulheres negras suportam mais dor (DAMASCENO, 2018), e sem falar dos casos em que para além da dor física as graves violências psicológicas com a retirada de crianças de suas mães, bem como a não garantia dos direitos básicos para que essas mulheres possam criar suas crianças. Todas essas questões podem se agravar quando vinculadas aos contextos das mulheres grávidas em situação de rua na cidade de Salvador, como veremos a seguir.

4.3.1 A gestação de Maria: “E eu não posso ser uma mãe?”

Lembro exatamente o dia em que Maria me ligou do número de alguém que eu nem conhecia para me contar a novidade. Já tínhamos um ano dialogando sobre sua trajetória de vida e reprodutiva e os desafios que encontrou nessas experiências estando ela em situação de rua e até mesmo antes disso. Ao atender o celular, ela chorava sem parar, logo, concluí que teria sofrido mais alguma violência, algo ruim lhe teria acontecido. Anotei essa data para que eu não esquecesse, 16 de outubro de 2019, Maria me contou aos prantos sobre a vida que carregava no ventre como se estivesse anunciando uma possível morte, um fim, um caminho impossível de se percorrer, a maternidade. Me disse que a decisão estava tomada e que não queria manter a gestação, alegando que como ela teria um filho de um homem que teria se relacionado sexualmente apenas uma vez? “E como vou fazer? Onde vou criar? E se eu tiver e tomarem?”, empecilhos que Maria apresentava por não querer seguir com

a gestação. Argumentos pelos quais eu já tinha ouvido da mesma, e já teria sido base também para justificar outras decisões acerca das interrupções de suas outras gestações:

O caso é sério , eu fico só me perguntando, quando bater a zica, a tontura, essas coisas de grávida, e aí? Já socorri umas cinco mulher na rua que passaram mal nesse sol de Salvador. Os cara barrando pra gente não pegar mais água na prefeitura. Até praia tão barrando. E vou ficar dormindo onde quando essa barriga crescer? Tem que pensar em tudo né não? Depois que nascer a gente vê, as amigas, a maloca, todo mundo ajuda com uma coisinha, mas e até lá. São 9 meses minha irmã, tá pensando que é graça? “Estar sem gravidez na rua é uma coisa, grávida é outra. (Diálogo realizado no Aquidabã).

Maria não se referia à maternidade como algo ruim, mas se referia a uma maternidade atrelada a sua condição de rua, que neste caso, estar grávida seria um agravante diante das vulnerabilidades pelas quais já vivia. Como a mesma disse: “Estar sem gravidez na rua é uma coisa, grávida é outra”. Nesse sentido, como mencionei no capítulo anterior, as ruas se apresentam diferentes para cada cidadão.

As identidades e condições dessas pessoas podem ser um limitador para que usufruam do direito à cidade ou pode ser um facilitador a depender de quem acesse, a partir de quais territórios, contextos e necessidades. Assim, urbanisticamente falando, a partir de observações que fiz em campo, o centro da cidade de Salvador não fornece a mulher grávida meios que ela possa através das ruas sanar, minimamente, algumas necessidades, uma cidade que se revela para as mesmas através de uma “arquitetura hostil”, ou seja, “uma arquitetura pautada por arranjos espaciais e disposições de artefatos nos mobiliários urbanos que visam, essencialmente, impedir a permanência de moradores de ruas em locais públicos” (SOUSA; COSTA apud RENNERT; SANTOS; SILVA, 2017, p. 2).

Um exemplo disso é que, a maioria das mulheres em situações de rua grávidas que tive contato em campo se concentram na Estação do Aquidabã, por ser um local onde sua estrutura oferece uma cobertura que proporciona sombra, possui bancos para as pessoas sentarem, e acaba sendo um espaço otimizado para as ações de distribuição de alimentos para a população em situação de rua do centro da cidade, diferentemente de outros espaços públicos na cidade.

Nesse sentido, quando Maria associa a maternidade a sua condição de rua, a

traz também em seu sentido literal, a rua física. Espaços pelos quais deixam de atender as necessidades não só da população de mulheres gestantes, mas de toda população, incluindo a de rua. Ruas sem árvores, em constantes obras, os casarões abandonados e em ruínas do centro se antes ocupados pela população em situação de rua e o movimento por moradia, hoje, desocupados e com paletes na entrada para evitar o acesso, pontos de ônibus sem proteção ao sol, em uma cidade de clima tropical, caracterizado por altas temperaturas, mas com níveis elevados de precipitação no inverno, que ocasionam alagamentos pelo centro da cidade, sobretudo nos locais onde a população em situação de rua se alojam cotidianamente e neste período são obrigadas a se deslocarem para outros locais da cidade. Todas essas questões dizem respeito às questões sobre a cidade, que, nas narrativas das interlocutoras, não só de Dasdores e Maria, mas de outras mulheres grávidas que ficavam final de tarde no Aquidabã, indicavam que o centro da cidade de Salvador não foi e continua não sendo planejado para atender as demandas de populações que utilizam-se das ruas para sobreviver e morar, muito menos as demandas das mulheres grávidas e puérperas nessa mesma condição.

Mesmo compreendendo todas essas dificuldades que teria que lidar cotidianamente, o fato de na época Maria estar organizada e atuante junto aos movimentos sociais de mulheres, e ter uma rede de apoio ao qual poderia solicitar, a fez mudar de ideia, e, decidir gestar, ainda que o contexto em que vivia não diminuísse em nada as problemáticas reconhecidas enquanto empecilhos para seguir com a gestação, sendo essa, das três gestações, a única que Maria decidiu levar adiante.

No entanto, certo dia, voltando da Estação do Aquidabã a sua procura, subi toda a Baixa dos Sapateiros tentando encontrá-la – já que havíamos marcado – fui em direção às ruas do Pelourinho, imaginando que estivesse por lá, mas não a encontrei. Neste mesmo dia havíamos criado um grupo no WhatsApp com toda sua rede de apoio, além de mim, o grupo era composto por assistentes sociais, uma psicóloga, uma médica, redutoras de danos, ativistas da rede feminista de mulheres Antiproibicionistas (RENFA) e um enfermeiro do CAPSad – todas essas pessoas para além de estarem atuando enquanto profissionais, eram também pessoas que mantinham, em certa medida, uma relação de aproximação e amizade com Maria – um grupo pelo qual mesmo tendo representantes de determinadas instituições era um grupo informal, uma estratégia de atuação em rede independente.

Ao contatar a rede sobre o desaparecimento de Maria, já informado por sua mãe que teria me ligado, pois não estava conseguindo falar com a mesma há cerca de três dias, iniciamos a procura. Aquidabã, Pelourinho, Carlos Gomes, Dois de Julho, Praça das Mãos, e todos os outros becos que inter cruzam essas localidades foram os espaços no centro da cidade que imaginei encontrá-la devido sua circulação diária nestes locais. Ligamos para outras redes de redução de danos e cuidados, dialogamos com outras pessoas em situação de rua e foi aí, que, através de uma parceira sua de rua soube que na noite anterior Maria estava à procura de medicamentos abortivos, e, provavelmente, teria ido a Feira do São Joaquim⁴⁰ para adquirir as ervas abortivas, bem como, estaria indo procurar maneiras para adquirir outros medicamentos.

Este fato que foi compartilhado comigo posteriormente a tentativa de aborto, teria sido resultado de um diálogo de Maria com uma amiga ativista, cujo nome não foi dito, mas a teria aconselhado abortar, sendo convencida de que não seria uma boa mãe, e nem teria condições de trazer uma vida ao mundo. No dia seguinte, ao final da tarde, recebemos uma mensagem do enfermeiro da rede que Maria estaria no Terreiro de Jesus/Pelourinho, deitada na calçada se contorcendo de dores no chão, em frente a Faculdade Federal de Medicina. Ao saber da situação me desloquei até o local, e a mesma ainda chorando, pedia que por favor, a ajudasse a não perder seu filho.

Encaminhada para uma maternidade, Maria ficou em observação e saiu dois dias depois, mesmo com as dores e sangramento ela e a criança estavam bem. Não podendo dizer sobre a tentativa de aborto, com receio de ser criminalizada foi acusada de ter feito uso abusivo de crack, mesmo dizendo que não era este o motivo de ter provocado os sinais de abortamento. Desde então, Maria teve uma gestação pela qual o seu maior medo era ter a criança retirada assim que nascesse, justamente por estar em situação de rua e ser associada ao uso de drogas, o que a colocou numa situação de ser vista e se enxergar como incapaz de exercer a maternidade:

Você tá ligada que assim que eu tiver eu vou deixar com minha mãe né? Porque assim, a gente não se dá bem, mas sei que ela também quer muito esse neto, um homem de verdade pra família, saca, mana?. Aí eu vou fazer meu corre pra sempre tá mandando umas coisinhas pra ele, porque sei que não devo ficar na casa de minha mãe por muito tempo, mas também não quero ficar longe do meu guri. Eu não vou ser uma boa mãe, porque vão dizer logo, “olha lá o filho da drogada,

maloqueira” com minha mãe vai ser melhor, acredite.

Em determinados momentos, ao expressar seus sentimentos sobre a gestação, Maria também relatava sobre sua relação com a mãe. Relação pela qual foi marcada por acontecimentos que as afastaram, e foi durante a gestação de Maria que elas se reaproximaram, e para além de ter somente a rua enquanto lugar de moradia, a casa da mãe de Maria passou a ser novamente um lugar no qual habitava, para além da rua.

Intrigante que, antes de engravidar, e ao narrar sobre sua trajetória de vida, as memórias narradas por Maria sobre essa relação mãe e filha eram de um determinado lugar que ao serem acessadas trazia à tona os ressentimentos e dores registrado em seu corpo durante todos estes anos. No entanto, após engravidar, percebia que em todas nossas conversas a mãe de Maria aparecia como alguém a qual ela admirava e confiava a ela o cuidado com seu filho pós nascimento. Para além disso, a gestação de Maria lhe aproximou de suas tias, amigas próximas da mãe que lhe viu ainda criança, e outras pessoas pelas quais Maria já não tinha contato há um certo tempo.

Lembro que no chá de fralda surpresa que organizamos (eu e sua rede de apoio) para Maria, a mesma desaguou em lágrimas ao ver essas pessoas de seu ciclo familiar, de sua comunidade de origem, presentes. Segundo a mesma, o susto maior não foi a surpresa pelo chá de fralda, mas foi perceber que as pessoas ainda lembravam dela, e se preocupavam com ela e com a criança que estava para chegar. Isso porque, com os problemas familiares que enfrentou desde a adolescência, e por ter saído de casa cedo, bem como o fato de ter se envolvido com drogas ainda na adolescência a fazia achar que não era exemplo para sua família, se sentido assim rejeitada por todos, inclusive por sua mãe. O fato de sentir essa rejeição, segundo ela, a fez acreditar que com seu filho seria também a mesma coisa, onde o momento do chá de fralda foi importante para que acessasse outros sentimentos senão aqueles produzidos e mantidos desde sua adolescência, segundo Maloca, o dia de seu chá de fralda, foi um dos dias mais felizes de sua vida, onde a mesma relata ter chorado não de tristeza, mas de alegria e alívio por saber que sua família já amava seu filho.

Percebe-se nesse movimento que o período de gestação de Maria foi também um processo de mudanças estruturais em sua vida, onde a gravidez de uma mulher em situação de rua (negra ou não) está longe de ser sobre um movimento

predestinado ao fracasso e reforço das misérias já vivenciadas por elas neste contexto, mas, também, um espaço de criação e reforço de laços outrora rompidos e fragilizados, possibilitados dessa forma pelo retorno à sua família a partir de sua gestação e maternidade, o que chamo ser o movimento feito por um Corpo Sankofa:

Olha minha irmã, eu tenho muito sentimento ruim aqui dentro da época que morava em São Paulo com minha mãe, porque na época ela não acreditava que o marido dela estivesse mexendo comigo, mas eu também entendo ela, tá ligada? Mas na minha gravidez eu tô vendo que minha amiga é minha mãe, e sei que vai ser com ela que meu filho vai ficar, porque eu quero ele viu, mas você tá ligada que não vou ter como criar na rua né?

Obviamente, não são todas as mulheres em situação de rua que encontram na gestação uma rede de apoio, sobretudo vinda da família, mas muitas voltam a ter contato com os familiares para que não percam a guarda de seus filhos e filhas para adoção. Sobre isso, em estudo realizado em Natal (RN) com mulheres mães em situação de rua, (MOREIRA *et al.*, 2021) aponta que a maioria dessas mulheres diante da condição de vulnerabilidade que se encontravam deixavam seus filhos(as) com parentes próximos, amigos, vizinhos e principalmente com suas mães, onde a entrega de um filho/a aos cuidados dos familiares e/ou vizinhos e amigos “constitui-se numa estratégia de cuidado e preservação dos laços para evitar a institucionalização”.

Além disso, como aponta Saraiva (2019), a forma em que a criança circula dentro das comunidades e todos e todas se tornam responsáveis por ela configura-se a partir de uma prática característica de comunidades africanas, onde “a criança não é vista como objeto ou mercadoria, mas sim como um filho de todos os integrantes do grupo familiar” (p. 86), desse modo, mesmo em contexto diferentes, e por necessidades distintas, essa memória – tão Sankofa quanto estes corpos que utilizam – se dessa prática ancestral – acessam suas famílias, amigos e comunidade para com o cuidado com a criança, sendo este um meio de garantir que este vínculo entre mãe e filho(a) não seja institucionalizado, e conseqüentemente essa relação seja rompida.

No contexto brasileiro, sobretudo, me refiro às comunidades negras, indígenas, quilombolas e rurais, longe de romantizar essas relações desenvolvidas e resgatadas a partir da sobrevivência e resistência, esse movimento de acessar a família para a extensão do cuidado com as crianças é tido e/ou resgatado como uma alternativa

adotada por determinados grupos na perspectiva da manutenção da família, sendo esta “uma forma de resistir mediante a desresponsabilização e abandono estatal, negação de direitos e desumanização da vida” (SARAIVA, 2019, p. 86).

Maria esteve gestante por sete meses, durante este tempo nossos encontros ficaram mais constantes, a encontrava não somente enquanto pesquisadora, mas também enquanto amiga. Nesses encontros eu não utilizava gravador, caderno de campo, bloco de anotação, caneta, ou seja, nenhum tipo de elemento pelo qual, ao ser solicitada por Maria enquanto Belle – sua amiga – chegasse ao seu encontro uma pesquisadora. Não que fosse possível me dissociar da condição de pesquisadora, mas era possível dialogarmos a partir de outras perspectivas, comungando hábitos e espaços pelos quais permitiam florescer nossas subjetividades, nada que para Maria coubesse em respostas gravadas e/ou respondidas a partir de perguntas pré-formuladas, tudo era muito vivenciado entre nós, e isso permitiu que em momentos, que considero de lazer, os incômodos que Maria guardava, os assuntos que lhe constrangia falar sobre, e os hábitos aos quais era julgada por exercê-los grávida, eram colocados para fora, e ali, entre um cravinho e outro no Pelourinho, permitíamos desabafar, pois, sim, Maria também me oferecia uma escuta atenta quando com a mesma eu compartilhava sobre minha vida.

O uso de substâncias psicoativas durante a gestação de Maria foi um dos pontos mais abordados em nossos diálogos. Constantemente a encontrava demonstrando sentimento de culpa, angústia e vergonha por não conseguir se desvincular de determinados hábitos de uso, ainda que tivesse reduzido consideravelmente o uso do crack. Segundo Maria, essa culpa era acessada por não conseguir atingir o que é idealizado a partir da gestação e maternidade, sendo assim cobrada por novos hábitos tidos como coerentes para uma mulher agora gestante.

Importante frisarmos que ao engravidar a mulher continua sendo a mesma pessoa, em determinados contextos, muitas conseguem mudar suas rotinas, alimentação, hábitos e adotar outras atitudes, porém, os novos hábitos de Maria foram condizentes com sua realidade, que ainda soava longe do esperado socialmente. A prática da redução de danos, usar substâncias consideradas mais leves e menos nocivas, como a maconha em relação ao crack, foi uma das estratégias utilizadas pela mesma diante de sua relação estabelecida com algumas substâncias e o contexto em que estava inserida. Essa relação do uso de substâncias na gestação experienciada

por Maria Ihe afastou de determinados cuidados em seu pré-natal, segundo a mesma, ao chegar para fazer alguma consulta com profissionais outros que não fossem também redutores de danos, a mesma se sentia discriminada, Ihe desmotivando a continuar com o processo de cuidado. Dessa maneira, durante sua gestação Maria restringiu-se ao cuidado oferecido pela sua rede de apoio e profissionais que atuavam compreendendo a perspectiva de sua autonomia e Ihes oferecendo uma abordagem com outras possibilidade de cuidado como: o incentivo a alimentação (que fosse possível Maria acessar), intensificar o consumo de água, reduzir a quantidade de substâncias utilizadas – partindo do uso abusivo para o uso moderado, não usar simultaneamente diversas substâncias, dentre outros conselhos que Maria narrou ter recebido por profissionais de saúde para que os impactos do uso, em sua gestação, fossem amenizados. Nesse sentido, se as mulheres usuárias de substâncias psicoativas e álcool não encontram em serviços públicos uma acolhimento e suas questões não são acessadas, como será produzida políticas públicas coerentes com tais realidades?

Nesse sentido, Costa et. al. (2015), em estudo sobre o cotidiano de gestantes em situação de rua e usuárias de e sua relação com as políticas públicas na cidade de Santos, litoral do Estado de São Paulo, apontam a partir das narrativas das interlocutoras de pesquisa que, “apesar dos efeitos nocivos, a droga não parece ser um fator limitante para o cuidado com a saúde. Identifica-se, portanto, que a ausência de acompanhamento médico pode estar associada a outros fatores, não necessariamente ao consumo de drogas” (p. 1096), no caso de Maria, segundo sua narrativa, o fato de deixar de procurar assistência médica em determinados momentos de sua gestação se deu, sobretudo, pelo tratamento que recebia ou achava que poderia receber por ser associada ao uso de substâncias psicoativas pelo fato de ser negra e estar em situação de rua. Segundo ela, várias vezes teria sido tratada como estivesse drogada, mesmo não tendo consumido.

Diante dos estigmas construídos sobre pessoas usuárias de substâncias psicoativas, sobretudo as pessoas em situação de rua, muitas mulheres gestantes nessa condição me relataram ainda em campo que deixaram de procurar assistência médica por saberem que no final das contas o uso das substâncias sempre seria colocado – pelos profissionais – como mais problemático do que Ihes faltar alimentação, segurança, moradia e outros benefícios sociais pelos quais, a falta destes, na visão das interlocutoras era mais nocivo em suas gestações que o próprio

uso das substâncias.

Não estou, a partir de minhas descrições e análises, insinuando que não exista problemas no uso abusivo de quaisquer substâncias (lícita ou ilícitas) e nem pretendo com essa abordagem incitar o uso de quaisquer substâncias psicoativas para mulheres grávidas, mesmo que a maioria das opiniões sobre o assunto sejam tendenciosas ao proibicionismo, mas quero dizer que a gestação de Maria não estava desvinculada de sua condição de rua, onde o uso de algumas substâncias, segundo ela, foi o que a possibilitou seguir com a gestação, referindo-se ao uso da maconha, que lhe diminuía o enjoo e lhe abria o apetite, bem como era usada pela mesma enquanto calmante e ansiolítico. Já nos momentos em que diante de seu contexto a gestação lhe caía como um fardo diante das problemáticas do que é ser uma mulher negra, grávida e em situação de rua, recorria principalmente ao álcool, sendo este um subterfúgio em momentos de desespero, como dito por ela: “minha dose de cachaça é bem mais barata do que um prato de comida, comer é caro, então quando não rola a comida, eu bebo”.

Ao contrário dessa narrativa, como se mulheres em situação de rua, bem como usuárias de álcool e outras substâncias fossem incapazes de criar novas concepções de vida e autocuidado a partir da própria gestação, Almeida e Quadros (2016) em estudo realizado com mulheres em situação de rua e usuárias no Rio de Janeiro identificou a partir das narrativas das interlocutoras de pesquisa que ao engravidarem as mesmas diminuíram o uso das substâncias, outras optaram por substâncias que lhes deixavam conscientes, outras a partir da gestação criavam outras estratégias de cuidado ainda não acessada antes da gestação e indicavam desejo de sair das ruas, e já possuíam planos de melhoria de vida mesmo em frente às poucas condições objetivas e materiais que teriam para realizá-los. Nesse sentido, para as autoras, “enxergar nessas mulheres algo além da degradante condição de estar nas ruas e do consumo deliberado de drogas que fazem, é um grande desafio que só é possível a partir da ampliação de espaço e maior visibilidade para suas histórias” (p. 236).

Retomo o discurso de Sojourner Truth em reunião antiescravista em Indiana, ao qual com os seios à mostra questiona se ela também não é uma mulher, e, interpelada por um homem branco escuta: “Eu não acredito que você é realmente uma mulher” (HOOKS, 2019), obviamente, mais que estar questionando sobre questões que dizem respeito somente ao sexo, ele questionou se havia humanidade em

Sojourner, sua condição de negra, aos olhos do homem branco, não a reduziu somente enquanto mulher, mas, sobretudo, a colocou no lugar de não-humana, não-gente, não-ser. Nesse sentido, para nós mulheres negras, tornar-se mãe é ultrapassar os limites de uma tripla negação, que nos inferioriza enquanto humanas e enquanto mulheres por sermos negras, nesse sentido encontramos diversos empecilhos para nos tornarmos mães e acessar o direito de exercer a maternidade.

Sobre a mulher negra grávida e em situação de rua, é possível ainda, encontrarmos grandes semelhanças nesse lugar de negação dessas identidades e agências, por serem quem são e estarem na condição de rua que estão. Todavia, neste contexto de negações de direitos as experiências reprodutivas dessas mulheres não atenua as opressões e violências sofridas por elas cotidianamente, pelo contrário, agrava o contexto de violências pelas quais já vivenciam. Muitas vezes em campo, vi e ouvi tratamentos desumanos direcionados a muitas delas, muitos relatados pelas mesmas, onde seus períodos gestacionais foram tratados como um afronte para a sociedade: “Você grávida, como assim? Tá louca é?” – segundo Maria, ao comunicar para as pessoas sobre sua gestação, ainda que demonstrasse felicidade ao narrar a notícia, a devolutiva na maioria das vezes era em tom de desaprovação, como se o fato de estarem grávidas fosse um desserviço para a sociedade.

Nesse sentido, se por um lado Maria bem como Dasdores e outras mulheres citadas, não possuíram o direito ao aborto seguro, mesmo nas condições vulneráveis em que se encontravam, por outro lado, não são incentivadas a gestarem. O caso de Maria narrado sobre o incentivo pelo aborto mesmo já estando ciente de querer continuar com a gestação, é um reflexo de como é negado este direito de gestar à depender do que corpo que esteja gestando.

No período gestacional de Maria, acessei dois tipos de argumentos alheios sobre sua própria gestação, o primeiro argumento era que a mesma deveria permanecer com a gravidez caso fosse doar a criança; e o segundo era que deveria abortar levando em consideração as condições pelas quais não teria para criar a criança e seria mais uma criança em situação de rua caso não atendesse o primeiro argumento “conselho”⁴¹. Se o primeiro ponto em si já é problemático, por já querer tutelar a maternidade de Maria interferindo previamente na relação e direitos cabíveis

⁴¹ Coloco a palavra conselho entre aspas para dizer que estes argumentos chegaram para Maria como aconselhamento sobre as possíveis decisões que a mesma deveria tomar frente a sua gestação.

à criança e a mãe, o segundo “conselho”, ainda que parta da lógica do direito do nascituro, caminha para algumas citações encontradas em determinadas obras sobre o tema (COSTA et. al., 2015, p. 1092) que reforça que a gravidez em determinadas situações de precariedade pode ser considerada “um reforço à marginalidade e pobreza, dependendo das condições em que se desenvolve”.

No entanto, mesmo diante de todas as negações de suas potencialidades enquanto ser humana, mulher e mãe, Maria Maloca resistiu durante toda sua gestação, segundo ela, “parir” – expressão usada pela mesma – foi a coisa mais corajosa que ela já fez na vida, ainda que todo o seu contexto de vida e trajetória lhe direcionasse para o não desejo, a não possibilidade de gestar e tornar-se mãe, como dito por ela, dias antes de seu parto em 2019:

Tão achando que vou perder meu filho, pra depois dizer que eu tirei. Mas não vou perder não mana, antes eu estava meio assim, sabe, sem querer mesmo, mas eu estou ansiosa pra ver a cara do guri. Tomara que não pareça com o pai, Deus é mais, homem feio (risos). Mas vá que ele pareça com meu pai que eu não conheci né mana? Aí minha mãe que vai ter que dizer [...].

Assim como abortar é um ato de resistência frente às políticas proibicionistas que cerceiam o direito e autonomia reprodutiva de mulheres que não podem e/ou não querem gestar e maternar, “parir” – aos termos de Maria – demonstra tal resistência quanto.

Todavia, um corpo sankofa lembra do caminho a percorrer, pois já foi percorrido por outras mulheres negras que em outros contextos também tiveram o direito de gestar e maternar cerceado, mas encontraram, lembraram e exerceram estratégias para que fosse possível a partir de suas redes de apoio. Nesse sentido, se o Estado Brasileiro em suas práticas genocidas lembra de como matar negros e negras, herança ancestral da branquitude, lhes impossibilitando de acessar seus direitos, inclusive o de exercer a maternidade, mulheres negras em situação de rua também lembram de como trazer novas vidas ao mundo, mesmo em contextos totalmente desfavoráveis aos seus processos gestacionais.

4.3.2 Dança do Viver: O filho de Maloca – “Nasceu, nasceu, nasceu...”

É por todas as crianças que deixaram de nascer pelos ventres de suas mães tão negras quanto muitas delas, que antes de recebê-las em seus braços, morreram de fome, de sede, de chicote, que comemoro a chegada do filho de Maloca, que contrariando as estatísticas, como na música⁴² de Amanda Rosa⁴³ anuncia: “nasceu, nasceu, nasceu”.

Impossível esquecer o dia em que me ligaram informando que Maria teria sido levada para maternidade por ter entrado em trabalho de parto ainda nas ruas do Pelourinho. Posteriormente, essa data também passava a ter um duplo sentido em minha vida, se em 30 de abril de 2019 teria nascido o filho de Maria, um ano depois, na mesma data teria nascido meu filho, Dembwa Oní (Tempo Rei). Mas ainda lá em 2019, eu somente comemorava a chegada do tão esperado filho da Maloca, que aqui chamarei de Rebento.

Sentada nos bancos da Praça da Sé, em meio a outras pessoas em situação de rua que, cotidianamente, ocupam este espaço do Centro Histórico de Salvador, Maloca começou a sentir as contrações ficando cada vez mais fortes. Final de tarde, já com dores insuportáveis pede ajuda a quem passava. Ignorada, relata que foi deixada durante minutos no chão, e não recebeu nenhuma assistência por acharem que ela estava tendo uma crise por consequência da drogadição. Sendo socorrida por um amigo seu, também em situação de rua, a rede de apoio de Maria foi acionada e a mesma encaminhada para o Hospital Martagão Gesteira.

Quando cheguei na maternidade, já pela manhã, encontrei algumas amigas de Maria, sua mãe, e outras pessoas pelas quais faziam parte de sua rede. Por sorte, ou por Orixá, como costuma dizer Maloca: “quem tem Orixá tem sorte”, ela teria recebido doações para seu enxoval: berço, roupas para ela e o bebê, fraldas, dentre outros itens necessários para uma (recém) mãe e recém-nascido. Maria relata que sofreu diversas violências na unidade, incluindo ter ouvido de uma das enfermeiras que ela não teria condições de ficar com a criança, uma vez que o fato do filho de Maloca ter nascido prematuro teria sido consequência do histórico de drogadição durante sua

⁴² Vídeo da música: <https://www.youtube.com/watch?v=wesv3oLTP-0>.

⁴³ Amanda Rosa é cantora e atriz, nascida em Seabra/BA.

gestação.

Com receio de perder a guarda do filho por ser uma pessoa com histórico de drogadição e situação de rua já conhecido pelas assistentes sociais, Maria indica que independente que se ela voltasse ou não a ter somente a rua como lugar de moradia, deixaria sua criança com a avó. Desde os primeiros meses de gestação Maria temia perder a guarda da criança, pois já teria visto casos semelhantes de mães em situação de rua terem seus filhos/as retirados/as ainda na maternidade, como ocorreu com Dasdores em sua primeira gestação estando ela em situação de rua.

Maria teve um parto normal, e seu filho Rebento teve que ficar mais de 15 dias na maternidade, por apresentar um baixo peso ao nascer. No entanto, assim que recebeu alta, teve a casa da avó materna como lar, não somente dele, mas de Maria também durante os dois primeiros meses após o parto. No entanto, as poucas vezes que lhe encontrei durante estes dois meses, me relatava que não demoraria muito para retornar às ruas, pois, segundo a mesma, precisaria levantar dinheiro para sanar as necessidades do filho, mesmo estando ele sob os cuidados da avó que era empregada doméstica.

O filho de Maria tem nome e sobrenome, foi registrado pela mãe e também pelo pai, apesar das diversas experiências de violências que Maria sofreu a partir de suas relações afetivas e sexuais com homens, segundo ela, não tinha muito o que reclamar do pai de seu filho, que ao conhecer Rebento pediu que o mesmo morasse com ele. Porém, essa ideia não deixava Maria confortável, uma vez que, garantir que seu filho ficasse com a avó facilitaria o seu contato com a criança.

Durante os primeiros meses de Rebento, Maria solicitava a quem conhecia doação de fraldas, lata de leite e roupas para o filho, pois, devido à falta de documentação da mesma, não teria conseguido solicitar o auxílio Bolsa Família⁴⁴, o que recaia para sua mãe todos os custos que surgem com a chegada de uma criança, ainda que em momentos pontuais o pai de Rebento enviasse alguma ajuda financeira não era suficiente para tantas despesas que apareceram nesse contexto.

Com o acontecimento da pandemia da Covid-19 no ano de 2020, onde as ruas do Centro de Salvador se encontravam esvaziadas, como já dito no capítulo anterior, Maria não encontra nos espaços que transitava nem ao menos as três refeições, tendo em vista que nesse período além de aumentar o número de pessoas em situação de

rua, diminuíram as ações solidárias para as pessoas nesse contexto e até mesmo as atuações das redes de redução de danos, que se viram limitadas nesse contexto de isolamento social. No entanto, este foi um momento pelo qual Maria retorna para a casa da mãe, pois, segundo ela, não teria como passar dias e noites na rua, e voltar para visitar o filho que poderia ser contaminado pelo vírus da Covid-19.

Durante quase todo o ano de 2020, recebi fotos de Maria, com o filho, o padrasto e a mãe, segundo ela, não imaginaria estar vivendo essa relação mãe e filho da forma que estava vivendo, mais presente que durante os primeiros meses de vida de Rebento. No dia 30 de abril de 2020, o dia em que tive meu filho, Maria comemorava o aniversário de um ano de Rebento, segundo Maria, ver seu filho crescer mais de perto teria lhe dado um pouco de esperança na vida, e pela primeira vez, estaria planejando seu futuro. Maria passou a trabalhar limpando terrenos no bairro em que morava com a mãe, e a trabalhar como ajudante de pedreiro – que no caso seria seu padrasto. Começou também a plantar hortaliças, pois segundo ela, investiria nisso para conseguir de alguma forma ajudar financeiramente em casa.

Meados desse ano (2021) encontrei Maria na Casa Preta Espaço Cultural, no bairro do Dois de Julho, a mesma me pediu que algumas coisas compartilhadas comigo sobre sua vida não gostaria que fosse escrito nessa pesquisa – pois, segundo ela, é muito particular –, portanto, tudo aqui descrito sobre a trajetória de vida e reprodutiva de Maria foi com seu consentimento, assim como me pediu que eu não deixasse de colocar esse poema que escreveu em seu caderno de poesia, junto a outras anotações de seu livro preferido “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus:

Todos achavam que o filho da Maloca não ia nascer, mas eu rezei vários dias, pedindo pra isso acontecer. Meu filho nasceu, retado como eu. Me deu esperança e vida, uma vida nova, diferente da antiga. Eu sou Maloca, eu tenho um filho, que nasceu por baixo do meu umbigo. Por ele eu mato, morro, vivo. Viva o filho da maloqueira aqui, que eu sei que vocês não gostam, mas vai ter que me engolir. Viva Maloca, viva seu querido filho que tá vivo.

4.3.3 A gestação de Dasdores: “*Minha gravidez não é problema. Minha vida pesa mais que minhas barrigas...*”

Não acredito em coincidências, mas em caminhos, e um desses caminhos foi engravidar no mesmo período em que estava em campo observando e acompanhando uma das gestação de Dasdores. Me concentrei nessa gestação citada, ocorrida em 2019, por ser ela um período em que acompanhei do início ao final, o que não quer dizer que a apreendi em sua totalidade, mas, recorro às minhas observações em campo e ao que foi narrado por Dasdores para retomar alguns momentos desse processo e de outros episódios e contextos de sua trajetória reprodutiva.

O fato de também estar grávida fez com que eu conseguisse me aproximar mais de Dasdores de Oyá, sendo ela uma pessoa fechada para expressar questões que considera particular a ela, e era como considerava suas experiências gestacionais: “Isso é muito particular meu”, dizia ela quando a indagava sobre suas experiências reprodutivas. Em determinados momentos, tudo o que eu tinha para fazer, era não somente observá-la, mas observar as relações ao seu redor dentro da dinâmica espacial a qual estava inserida. Sentadas em algum banco da Praça da Piedade ou do Dois de Julho, andando, atravessando a rua, estando eu sentada em alguns bares dos locais citados, pelos quais Dasdores chegava pedindo dinheiro, cigarro, dentre outros itens que lhes faltava.

Quando me contou que estava grávida, já sabendo de minha gravidez, Dasdores disse que precisaríamos conversar, me pedindo assim que tudo o que eu recebesse em dobro no meu enxoval repassasse para ela, daí em diante, encontrar Dasdores não era mais algo casual, mas quase sempre pautado no que eu poderia ofertar para a mesma estando ela grávida, o que permitiu que marcássemos nossos encontros mais frequentemente. Lembro que para além de pedir itens para a criança e quase nunca algo para si, o fato de chegar com algo para ela comer era uma medida adotada pela mesma para que pudéssemos dialogar por mais tempo, estando ela sempre corrida, sempre com pressa, de andar entre um beco e outro do Dois de Julho.

Esse movimento de encontros com Dasdores que se intensificou a partir de sua gestação no ano de 2020 reforçou o que eu já havia observado entre outras mulheres grávidas em situação de rua, que é a desconsideração dos sintomas gestacionais pelos quais seus corpos manifestam. Sempre a encontrava enjoada, vomitando, ou alguém relatando sobre seus processos de desmaios na rua. No entanto, não diferente de Maria, todas as vezes as pessoas até mesmo passando na rua sempre associavam

esse mal estar de Dasdores ao uso de substâncias ilícitas, como o crack, o que não ocasionava nenhum tipo de empatia a mesma pelas pessoas que lhe viam nessa condição, muito pelo contrário. Antes de saber que Dasdores estava grávida a vi sendo arrastada por dois homens que aparentavam pelo diálogo ter comércio nas ruas movimentadas do bairro do Dois de Julho. Entre as barracas de frutas, e ambulantes com diversos produtos à venda, encostaram Dasdores no canto de um destes becos que atravessam a avenida principal da avenida Carlos Gomes, e que tem por nome “Rua da Força”. Disseram que já bastava seu mau cheiro incomodando os clientes e “agora grávida e bêbada?” Ao me aproximar, e ainda surpresa por não saber da informação da gravidez vi que Dasdores não estava alcoolizada, e ainda que estivesse não seria esse o tratamento adequado, porém, ao se defender das acusações e afirma que não era bebida e sim gravidez, isso aconteceu em plena luz do dia, com todo centro da cidade movimentado.

Em determinados momentos, os primeiros sinais sentidos por Dasdores ao estar grávida, foi relacionado ao enjoos, que, durante vários momentos em que estive em campo presenciei o quão debilitada a mesma ficava após longas crises de vômitos, que a mesma atribuía ao fato de estar de barriga vazia. Segundo Almeida e Quadros (2016), a escassez de alimentação entre mulheres grávidas e em situação de rua é uma realidade no Brasil, nesse sentido, conforme as políticas existentes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), gestores e profissionais de saúde necessitam estarem alerta às especificidades apresentadas por essas gestantes em situação de rua, com intuito de acessibilidade de ações e serviços de saúde (LIMA; SANTOS; MARTINS, 2021).

Lembro que todos os dias que eu saía de casa, era certo encontrar com Dasdores no largo do bairro Dois de Julho sentada na escadaria do coreto que fica no meio da praça do bairro. Sempre sentada com outros homens em situações de rua – de catadores de latinhas a guardadores de carro – nunca a vi com outra mulher em situação de rua, geralmente ou estava sozinha, ou com o companheiro, ou com os parceiros da rua, mas sempre me chamava ao me ver, ou pedir um remédio, barbeador, absorvente, ou um lanche da panificadora ao lado do largo. Nesse dia ao vê-la de longe me antecipei, passei na panificadora para pegar o mesmo lanche que me pedia sempre. Quando a entreguei, abriu o pacote e passou para o parceiro de rua que estava ao seu lado, me informando que depois que engravidou não estava mais aguentando sentir o cheiro daquele lanche, dentre outros alimentos. Uma jovem

ao lado que aparentemente havia acabado de sair do supermercado e estava esperando o transporte, nos olhando demonstrando estranheza e curiosidade sobre o fato de eu estar ali conversando com Dasdores, como se fosse algo atípico, resmungou: “por isso que eu prefiro nem dar nada, aí ó, ainda quer escolher”. Soube por Dasdores que antes que eu chegasse com o lanche ela teria pedido a essa mesma jovem algum alimento e lhe teria sido negado.

Dasdores também apontava a dificuldade de se alimentar com restos de alimentos jogados fora pelos restaurantes, se quando não estava grávida um prato de comida lhe era negado, ao engravidar continuou recebendo o mesmo tratamento de determinados(as) donos(as) de restaurantes. Dessa forma, nem mesmo o fato de que Dasdores estivesse passando por um processo gestacional alterou a forma pela qual cotidianamente ela era tratada, até mesmo se compararmos com as poucas regalias que mulheres negras grávidas acessam. Porém, relata que em relação a doação de alimentos, ainda que os estabelecimentos lhes negasse, as moradoras do bairro, sobretudo as mulheres, eram mais solidárias a ela.

Dasdores não ficava sempre transitando no centro da cidade, era comum encontrá-la no bairro Dois de Julho pela tarde e noite, e isso possibilitava que a mesma fosse encontrada com mais facilidade para receber as doações a ela direcionadas pelas moradoras do bairro, como fraldas, roupas para recém-nascido, roupas para a ela, alimentos e lençóis. Mesmo não possuindo aparelho celular e não tendo nenhum outro meio de contato que não fosse o boca a boca, perguntar a um e a outra era a forma de saber, mais ou menos, onde Dasdores poderia estar.

Durante toda sua gravidez, Dasdores me relatou o recebimento de doações pela sociedade civil, no entanto, preferiu não ter nenhum contato com instituições e equipamentos públicos de saúde, segundo ela, prefere receber essas doações feitas por pessoas que lhe conhecia, do que acessar os serviços de saúde e esse vínculo lhe prejudicar, discorrerei mais adiante sobre isso. Sendo assim, toda doação que recebia para a criança era mandada para a casa da avó e de seu pai, onde seu filho seria criado assim que nascesse, junto a outras duas filhas de Dasdores, na época, uma com sete anos de idade, e a outra três.

A resistência em acessar os equipamentos públicos de saúde (MARTINS, 2018), vezes pelo fato de existir regras e normas e normas instituídas que se constituem em barreiras de acesso a alguns serviços, e vezes por não se permitir ser

acessada pelas poucas iniciativas públicas direcionadas a gestantes em situação de rua em Salvador, é uma característica assumida por Dasdores para que não se repitam as violências pelas quais já havia experienciado ao procurar atendimento de saúde público, para além disso, considerava outras necessidades básicas mais urgentes do que outras consideradas tão essenciais quanto, principalmente necessidades que surgem a partir da gestação, como o acesso ao pré-natal. No entanto, ao perguntá-la sobre suas experiências com o pré-natal, e não somente me referi a gestação pela qual estaria acompanhando, mas sobre suas experiências gestacionais e a relação com este tipo de acompanhamento, Dasdores me relatou o porquê de se privar dos serviços oferecidos para mulheres gestantes e em situação de rua que atuam nos territórios pelos quais ela transita, e o porquê de não se permitir estabelecer um diálogo com profissionais de saúde e assistência social:

Porque assim lôra, sendo reta e direta com você. Ser enganada uma vez até que vai, duas não. Já tomaram um filho meu, entendeu? Não cheguei nem a sair do hospital com ele, isso tem muito tempo. Foi logo quando comecei a ficar pela rua, eu tava usando muita droga, e ainda não estava falando com minha avó e meu pai [...], mas só tomaram porque na época tinha umas mulheres de um projeto da igreja aí me acompanhando e elas trabalhavam também na assistência social, entendeu? Aí vinham me pegando aqui – aqui não, lá na Montanha⁴⁵ - eu morava lá na época, me levava pra fazer as coisas, me atendia lá na Montanha mesmo, com médico e tudo, aí quando eu tive meu primeiro filho mandaram eu levar uns papel que dizia que eu estava fazendo os acompanhamentos, quando eu tive a criança, pegaram lá esses documentos que eu mesma levei, minha raiva toda é essa. Aí tava lá que eu usava drogas, pan, pan, pan, um monte de coisa, que eu bebia, que eu não tinha onde morar, porque na verdade eu não tinha, a gente ocupava os arcos. Depois disso eu não faço mais pré-natal, porque eu sei que ficam ali, acompanhando, pra depois tomar a criança, porque elas disseram que foi o conselho tutelar, mas tenho pra mim que levaram pra elas mesmo.

Era nítido como esse fato foi traumático para Dasdores, teria sido uma das poucas vezes que a vi com os olhos marejados de lágrimas. Diante do fato ocorrido não tinha quem a convencesse de que nem todas/todos profissionais são iguais e possuem os mesmos objetivos. Em nenhuma de suas gestações Dasdores acessou o pré-natal, e está é uma questão preocupante, uma vez que, estudos relacionados a

⁴⁵ Se referindo a Ladeira da Montanha.

mulheres em situação de rua e/ou usuárias de álcool e outras drogas, apontam sobre a importância da realização do pré-natal no período gravídico, pois, diante do contexto de violência e vulnerabilidades que enfrentam cotidianamente, e outros casos que dizem respeito ao uso abusivo de substâncias, as mulheres gestantes nessas condições são consideradas gestantes de alto risco e devem receber atenção especial no período periparto devido à probabilidade de complicações tanto na gravidez, quanto no processo de parto (SANTANA *et al.*, 2019). Mas a questão é: por que as mulheres em situação de rua, como Dasdores, Maia, Kênia, Nina e tantas outras na mesma condição, abriram mão de realizar o pré-natal em suas gestações, mesmo algumas delas compreendendo a importância? Em nossos diálogos realizados no Aquidabã e na avenida Carlos Gomes, os motivos expressados foram:

Eu te contei o que fizeram comigo quando fui fazer a curetagem lá naquele lugar, né?. (...) eu não lembro muito onde é, mas acho que foi aquela maternidade que fica ali perto de Brotas (...) isso, o IPERBA, foi lá mesmo. Depois do tratamento que tive nunca mais quis voltar a esses lugares de médicos, porque elas tiram onda com nossa cara, maltratam e tudo mais. Aí depois dessa onda aí, eu não quis mais saber de nada não, nunca voltei em lugar nenhum pra fazer pré-natal, só ia pra parir mesmo. **(Maia)**.

Pré-natal mesmo, eu só fiz uma vez, antes de morar aqui nas áreas, mas já na rua mesmo eu não fiz não, até porque aqui nas áreas não passa o povo que faz atendimento na ruas, lá na Praça da Mão eu sei de umas mulheres lá que fizeram o pré-natal na rua mesmo, mas aqui não chega, aí pra eu sair daqui e procurar onde faz, preciso de transporte, essas coisas tudo, e não rola fácil assim. **(Kênia)**.
Minha onda mesmo era ficar esperando, eu não tenho paciência, ficava logo nervosa, aí eu levantava e ia embora. **(Maria)**.

Olhe, como eu já engravidei muitas vezes, já fiz alguns pré-natal, mas hoje em dia nas últimas gravidez eu não fiz não. Povo ignorante da desgraça. A galera que vem aqui no Aquidabã até que eu gosto, dão umas dicas, mas pra eu ir ficar indo, consulta, exame, não vou não, entrego na mão de deus. **(Nina)**.

Durante os diálogos que tive acima, percebi que para além da falta de alcance de alguns serviços – como o Consultório de Rua – que não dá conta de atender todos os territórios – como citado Kênia – e as diversas demandas que surgem, a questão da violência experienciada por muitas dessas mulheres ao recorrerem aos serviços

de saúde, também lhes desmotivam a procurar o pré-natal em períodos gravíticos. Desse modo, a qualidade do pré-natal oferecido para essas mulheres dizem respeito também a compreensão de suas diversas vivências e limitações, considerando assim, o contexto pelo qual vivenciam a gestação, por isso é indicado que na consulta de pré-natal de mulheres grávidas e em situação de rua o acolhimento da gestante seja por meio do cuidado humanizado e compreensivo dos profissionais de saúde, pois isso além “de favorecer a implementação de estratégias que ajudam a vencer o desalento de mulheres que se sentem esquecidas devido a sua vulnerabilidade e sua situação de pobreza, diminui o não acesso dessas mulheres ao pré-natal” (LIMA; SANTOS; MARTINS, 2021, p. 9).

Maus tratos, negligência médica, violências obstétricas, e o medo de que o pré-natal seja uma estratégia para interferir na guarda da criança pós nascimento foi um dos fatores que mais se destacaram nestas narrativas, sobretudo, em relação a própria Dasdores, que durante uma de suas gestações teve o acompanhamento de pessoas pelas quais diziam estar cuidando dela a levando para consultas do pré-natal, essa relação que transparecia segura para Dasdores, contribuiu para a retirada de seu filho ainda na maternidade. Segundo Dasdores, a assistente social da maternidade em que teve a criança disse que estava levando a criança para ser cuidada por pediatras, e, não retornando depois de algumas horas, foi informada que não teria condições de cuidar da criança, mas que poderia recorrer juridicamente. Lamenta que nem ao menos pôde colocar nome no seu filho, restando-lhe só o sofrimento por essa separação. Com receio de ser presa por na época trabalhar com vendas de substâncias ilícitas, não recorreu ao sistema judiciário para questionar a situação.

Dasdores ainda afirmou que ao procurar a assistente social para saber de sua criança ouviu o seguinte: “Você vai criar onde? Vai morar debaixo da ponte com ela? E ainda usando drogas?”. Nesse sentido, ainda que o Estatuto da Criança e Adolescente em seu artigo 23 indique que a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar, bem como, não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, os estigmas associados a mães usuárias de substâncias psicoativas – lícitas ou ilícitas – sobretudo, estando em situação de rua, abre uma brecha para deslegitimar o determinado pelo ECA, como citado acima, contrariando assim não só o direito da

criança de ser criada e/ou manter um vínculo com a mãe, familiares e comunidade, mas o próprio direito da mulher de exercer a maternidade com todas as garantias que lhe cabe.

Nesse sentido, como demonstrado na pesquisa “Primeira Infância e Maternidade nas ruas de São Paulo”, desenvolvida com mulheres em situação de rua pela Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama (Faculdade de Direito da USP), existe uma alarmante ruptura dos vínculos dessas mulheres com seus filhos e filhas, sobretudo, nos casos em que para além da situação de rua a mãe seja usuária de substâncias psicoativas, como demonstrado também por outras pesquisas qualitativas (TIENE, 2004; MOREIRA *et al.*, 2021; MALHEIRO, 2018).

Ainda em relação às situações de retiradas compulsórias dos bebês de suas mães usuárias, ou não, e em situação de rua, a antropóloga social Janaína Gomes (2018) em entrevista para a Geledés – Instituto da Mulher Negra, aponta que “parte da justificativa da separação desses bebês de suas mães é a incapacidade do estado, e das políticas públicas, de atendê-las e cuidar para que a criança tenha seus direitos atendidos”, onde o direito dessas crianças devem estar vinculados aos direitos de suas mães, que é permanecer com suas filhas (os). Nesse sentido, a pesquisadora nos deixa perguntas pelas quais considero essenciais para se pensar na relação da mãe em situação de rua e/ou usuária de psicóticos – ou não) e de seus/suas filhos/filhas e o tipo de mediação que o estado faz tendo o judiciário e assistência social como instituições que decidem sobre o rumo dessa relação, onde a separação (mãe e filho(a)) não deveria ser a primeira alternativa. A antropóloga indica que a criação de políticas voltadas para mulheres gestantes em situação de rua, bem como espaços de acolhimento e cuidado a longa permanência para mães e crianças, com articulação com a saúde, poderiam ajudar nessa questão, e, a partir disso questiona: “Como podemos conceber como política de cuidado a retirada do bebê e o retorno das mães para a sua situação de vulnerabilidade? Como o cuidado com o bebê pode ser a separação sumária de sua mãe?”

Dasdores relata que depois de ter a criança retirada dela, passou a se informar sobre o que fazer para que essa situação não se repetisse, tendo em vista que ao passar dos anos, submetida a diversas violências e vulnerabilidades no contexto da rua, sentia cada vez mais a necessidade da drogadição, o que a fez pensar que por causa disso todas as suas gravidezes seriam acompanhadas de tomadas

compulsórias de seus/suas filhos/filhas, nessa lógica, ainda estando em situação de rua, e em diálogo com pessoas que lhe aconselharam, retomou o diálogo com a avó e o pai assim que soube de sua próxima gravidez após ter perdido a guarda da criança. Dasdores agindo estrategicamente, retomou o contato com a família para garantir que não sendo ela a pessoa que possa ficar com a criança, estenderia esse cuidado para sua família, que segundo a mesma, já teria tentado contato com ela, mas a mesma se recusava ser vista na condição de rua que estava. Nesse sentido, como apontado também na pesquisa da antropóloga Luana Malheiros (2018) com mulheres/mães em situação de rua, delegar a familiares ou a conhecidas próximas entra como estratégia dessas mães para permanecerem próximas de suas crianças, o que não seria possível caso fossem adotadas por intermédio do Conselho Tutelar.

Segundo Dasdores, todas suas gestações foram problemáticas, quando muitas não tinham sido frutos de estupros sofridos na rua, eram gestações pelas quais estavam longe de serem planejadas e/ou desejadas. A falta de desejo em ter filhos estando em situação de rua era nítido nas falas de Dasdores (o que não quer dizer que teria se alegrado com a retirada de seu filho). Chegou a relatar que não gostaria de nunca ter engravidado após ter chegado às ruas, dizia que a “falta de esperança na vida que vive” era um dos motivos e só engravidava por não conseguir evitar, tendo em vista que suas gravidezes nas ruas não foram apenas frutos da relação que mantinha há quatro anos com seu companheiro e outros companheiros que tivera antes, mas também, frutos de estupros sofridos pela por homens desconhecidos e conhecidos.

Nesse sentido, diante das gravidezes indesejadas de Dasdores, e a dificuldade de evitá-las, indica também a ausência de políticas públicas que pensem o planejamento familiar a partir das demandas das populações em situação de rua, sobretudo, das mulheres, e mesmo que algumas políticas públicas sejam direcionadas ao acolhimento dessas mulheres não alcançam de maneira extensa todas as mulheres gestantes em situação de rua. Ao que se refere aos métodos contraceptivos, Damasceno (2017), em pesquisa sobre mulheres negras e aborto, destaca que entre as mulheres mais jovens, negras e pobres há déficit de informação sobre os métodos, que, em várias circunstâncias, são utilizados de maneira irregular ou incorreta, expondo-as ao risco de gravidez. Neste sentido, o Planejamento Familiar através da promoção de ações educativas de saúde e prevenção e políticas de distribuição de meios anticoncepcionais, é tratado dentro do contexto dos direitos reprodutivos e saúde

reprodutiva, tendo como principal objetivo garantir às mulheres e aos homens um direito básico de cidadania, previsto na Constituição Brasileira: o direito de ter ou não filhos/as, quantos e sobre quais condições e a promoção e preservação da saúde.

Em Salvador, por exemplo, ainda que o Sistema Único de Saúde (SUS) elabore estratégias de atuação, como o Consultório de Rua que é formado por equipes de multiprofissionais que desenvolvem ações integrais de saúde frente às necessidades da população em situação de rua com a distribuição de insumos como preservativos e acompanhamento de pré-natal e planejamento familiar para mulheres em situação de rua, muitas delas não são alcançadas, ou possuem outras compreensões do que seria um planejamento familiar, que não se restringe ao cuidado que devem ter para engravidar ou não, mas o que precisaria ser feito para que consigam de fato se planejarem acerca de suas concepções de formação de família, o que envolve não somente o desejo de terem filhos(as) – ou não, no tempo em que decidirem e quantas vezes quiserem, mas ter um contexto onde seja possível o exercício da autonomia sobre seus planos, contando, sobretudo, com a saúde integral da pessoa/família em situação de rua, considerando assim os direitos reprodutivos dessas pessoas de terem acesso não somente a saúde reprodutiva, mas integral. Dessa maneira, o Planejamento Familiar se estende para além de um direito uma questão de saúde pública.

No entanto, importante elucidar que não me refiro ao Planejamento Familiar recomendado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) de 1996, que por recomendação da CPI aprovou a Lei do Planejamento Familiar (Lei 9.263/96) que regulamentou o acesso à esterilização feminina como pontuado por Góes (2018), e também não me refiro ao Centro de Pesquisas de Assistência Integrada a Mulher e a Criança (CEPAIMC) que criado em 1974 e financiado pela Agency for International Development (AID) foi responsável por consolidar a ideologia contraceptiva intervencionista no meio médico e financiou treinamentos de profissionais vinculados a área da saúde, os quais atuavam na realização de esterilização cirúrgica via laparoscopia (CARBONERA, 2017), mas me refiro ao Planejamento Familiar que tem como proposta em seu teor e ações o que foi pensado a partir das reivindicações dos movimentos de mulheres negras na Conferência Mundial de População e Desenvolvimento de Cairo, em 1994, que tendo como base para suas propostas a “Declaração de Itapeccerica da Serra”, documento produzido em 1993, um ano antes da Conferência de 94. Segundo a autora Emanuelle Goés (2018, p. 31), esta

declaração anunciava a liberdade reprodutiva como “essencial para as etnias discriminadas” cobrando ao Estado brasileiro a garantia dos direitos reprodutivos, sendo isto necessário para “que as mulheres negras pudessem exercer a sua sexualidade e seus direitos reprodutivos controlando a sua própria fecundidade, decidindo se queriam ter ou não ter os filhos que desejassem” (p. 31).

Certo dia, conversando com Dasdores, ela disse:

Se a igreja devolvesse minha casa, ou me desse um dinheiro preu comprar outra, eu ia cuidar das crianças que estão lá com minha família. E não vou mentir, teria até outro filho de Nilo, ele é doido pra ter uma menina, mas depois do que aconteceu com ele lá daquela vez, e eu já tô vendo acontecer de novo, se eu engravidar vou ter que tirar e se eu não tirar eu tenho que dá, porque você sabe né? Entende né? Tem como viver aqui?

Dasdores tem uma relação estável com seu companheiro há 4 anos, metade desse tempo o mesmo teria sido preso duas vezes. Quase nunca se refere ao companheiro – que aqui o chamarei de Nilo – como alguém que não desejava constituir uma família para além da situação de rua, no entanto, sendo este um homem negro retinto, que mora em situação de rua há 18 anos e pelo fato de ser egresso do sistema prisional encontrava dificuldades tanto para arranjar emprego, quanto para encontrar ocupações pelas quais sanassem suas necessidades básicas, incluindo a própria alimentação. Nilo foi encarcerado pela primeira vez pelo fato de ter furtado em um supermercado do centro da cidade, ficando oito meses preso na penitenciária masculina de Salvador. A segunda vez foi devido a comercialização de pequenas quantidades de substâncias ilícitas, pegando assim um ano de detenção. Todas as duas vezes em que ele esteve encarcerado, Dasdores estava grávida, em um dos contextos a mesma abortou, em outro contexto, decidiu ter a criança.

Apresento esses elementos constitutivos da vida de Nilo para compreender que quando me refiro à trajetória reprodutiva de Dasdores, é de se levar em consideração não somente seus direitos reprodutivos restringidos a mesma, mas neste caso, a todo arranjo pelo qual ela considera familiar, o encarceramento de Nilo, nesse caso, ocasionou que Dasdores assumisse sozinha toda a responsabilidade de seu aborto, bem como a fez experimentar uma gestação em situação de rua longe de seu companheiro. A gestação de Dasdores em 2019, a qual acompanhei, foi marcada pela

solidão, como toda sua vida. Nos primeiros quatro meses de gravidez Nilo esteve presente, do quinto em diante, desapareceu, restando a Dasdores a dúvida se ele estaria vivo ou não.

Dasdores ainda relata que nesses episódios em que Nilo foi encarcerado e/ou esteve desaparecido, o quadro de violências físicas e sexuais cometidas contra ela na rua, de todas as ordens, inclusive a sexual aumentou bastante, sendo vítima de um estupro pelo qual lhe ocasionou uma gravidez indesejada, a qual preferiu dar continuidade por ter descoberto em idade gestacional avançada, como ocorreu em outras gestações que pelo mesmo motivo decidiu levar a diante. Quase todas suas gravidezes foram confirmadas através de sinais que o próprio corpo lhe apresentou, ainda na dúvida de estar grávida ou não, lhe faltava recurso para a confirmação através de métodos mais eficazes.

Quando Dasdores descobriu sua gravidez em 2019 já estava com quatro meses de gestação, só soube disso pelo fato de com três meses depois sentir contrações e ser levada às pressas para uma maternidade, onde foi informada que seu filho teria nascido com sete meses. Assim como o filho de Maria, seu filho nasceu prematuro, tendo que permanecer por mais de 30 dias numa UTI neonatal. No entanto, ainda na primeira semana pós parto, Dasdores retornou às ruas, justificando que não teria condições de ficar na maternidade devido ao processo de abstinência que enfrenta em relação ao uso do crack.

Sem documento, sem filhos, sem esperança – como dito por ela, e relatando não sentir culpa por isso, Dasdores voltou para o seu cotidiano nas ruas do centro de Salvador. Quando questionada sobre onde deixou a criança, evita fornecer informações, ainda que seja julgada por supostamente “vender” seus filhos e filhas para a “Casa Azul”. Essa “casa”, segundo repertório de relatos que escutei de algumas mulheres em situação de rua, seria um “local” onde crianças de pessoas em situação de rua são “levadas e vendidas” para pessoas de outros países, que viriam a Salvador já com este propósito. Apesar de não ter mais informações sobre essa questão, apresento a narrativa pois acredito que pode se tratar de uma espécie de lenda urbana com forte probabilidade que isso exista. Afinal, não é de hoje que sociedades, em sua dimensão pública e privada, sequestram, compram e vendem pessoas negras, nesse sentido, é mais fácil acreditar nesta realidade do que achar que seja mentira de Dasdores.

A realidade de Dasdores é a realidade de milhares de mulheres negras em situação de rua no Brasil, onde sua trajetória reprodutiva sendo um reflexo de sua trajetória de vida, revela violações de direitos que nem começam e nem se encerram em seus direitos reprodutivos, mas são limitantes para o exercício reprodutivo da mulher. Em meio às necropolíticas de estado, que ao termos de Achille Mbembe define quem deve viver ou morrer, ou até mesmo quem tem o direito de nascer, mulheres em situação de rua como Dasdores, Maria, Kênia, Maia e Nina, desafiam essas políticas de morte frente a suas gestações e maternidades. Onde não somente a maternidade, mas seus abortos, dizem sobre resistência e ancestralidade.

Para a autora Nzinga Mbandi⁴⁶ e Damiana de Jesus (2016, p. 55-56), mesmo a maternidade e o aborto sendo acontecimentos aparentemente contraditórios, ambos caracterizam uma forma de resistência do povo negro, uma vez que o aborto significa para muitas mulheres negras, a decisão de evitar que seus descendentes vivenciem realidades semelhantes a suas (em contextos de violências e vulnerabilidades), por outro lado, “a maternidade é um meio de dar continuidade ao povo negro, de permitir que este não seja extinto por meio dos inúmeros genocídios ocorridos ao longo do tempo”.

Nesse sentido, a trajetória de Maria e Dasdores e de demais mulheres negras aqui citadas, transitam entre as impossibilidades de trazer novas vidas ao mundo, quando seus direitos sexuais e reprodutivos são violados, e quando sua saúde reprodutiva é comprometida a todo momento, o que envolve “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas ausência de doença ou enfermidade, em todas as matérias relacionadas com o sistema reprodutivo, suas funções e processos” (CREMESP, s/n), bem como a possibilidade de decidirem se querem ou não ter filhos e quantas vezes desejarem, tendo assim, acesso a métodos de planejamento familiar de sua escolha (NAÇÕES UNIDAS, 1994). Mas, mesmo não tendo essas garantias, as mulheres em situação de rua continuam trazendo novas vidas ao mundo, porque é um corpo dotado de memórias, do gestar – em condições desfavoráveis as mesmas –, ao maternas ao seus modos. Como Sankofas, andam pra frente, mas com o ovo no bico apontando para trás, com o futuro no colo retornam às suas comunidades de origem, retornam às suas famílias, senão elas mesmas, seus filhos e filhas. Como Sankofa, voltam ao passado, para ser possível esse futuro com

⁴⁶ A mesma autora também se auto identifica como Dayane Nayara Conceição de Assis.

nome de Rebento⁴⁷, Malik, Odara, Ayô⁴⁸, dentre tantos outros nomes que representam a continuidade de Dasdores, Maria, e outras mulheres negras em situação de rua na cidade de Salvador que acessam suas mães, avós, irmãs e tias para a possibilidade de um futuro com nome e sobrenome – parafraseando Lélia Gonzalez.

⁴⁷ Nome que coloquei para identificar o filho de Maria.

⁴⁸ Nomes que coloquei para citar os filhos e filhas de Dasdores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado dessa pesquisa foi muito para além do que eu acharia que encontraria, desde o início do campo etnográfico e a relação com as interlocutoras a partir de determinados espaços no centro da cidade. Digo isso pelo fato de que os resultados de pesquisa não se restringiu às trajetórias reprodutivas das interlocutoras, objeto central de investigação, mas se expandiu a lugares de difícil acesso que dizem respeito às subjetividades que compõem suas trajetórias de vida.

Os motivos que as mulheres em situação de rua no Brasil apresentam como justificativas de terem saído de seus lares para as ruas, perpassam os motivos também apresentados por Maria e Dasdores. A falta de uma moradia própria, agressões físicas e psicológicas em seus lares, a falta de renda suficiente para pagar aluguel, problemas com álcool e outras drogas, estupros cometidos por parentes e/ou pessoas próximas e desemprego foram os motivos justificados a partir dessa pesquisa e que possui consonância com demais pesquisas qualitativas sobre mulheres em situação de rua, além dos motivos de procurarem as ruas para habitar, como a morte da mãe. Saliento que muitos desses motivos foram apresentados e associados uns aos outros, não se tratando de apenas um motivo que as levaram às ruas, mas vários (ALVES, 2015).

Conseqüentemente, ao mesmo tempo que a rua torna-se este espaço que não à toa se torna lugar de habitação, é compreendido pelas interlocutoras como um espaço pelo qual também lhe violenta, se tornando um lugar inseguro, sobretudo para corpos femininos. Todavia, as violências pelas quais Maria e Dasdores sofreram em seus ambientes domésticos, se estendeu às ruas, tendo em vista que em situação de rua também foram agredidas fisicamente e sofreram violências sexuais. Uma realidade que não se restringe somente às mulheres em situação de rua no Brasil, tendo em vista que um estudo com mulheres em situação de rua em Nova York, apontou que das 141 mulheres entrevistadas, 21 foram estupradas e 42 relataram terem sido estupradas e agredidas (NARDES; GIONGO, 2021). Dessa maneira, o ciclo de violências de todas as ordens é corriqueiro na vida das mulheres que ao mesmo tempo que encontram na rua um acolhimento, encontram também desvantagens que recaem, sobretudo, em corpos femininos.

A condição de rua das interlocutoras não é o marco inicial de suas trajetórias, uma vez que, estas mulheres possuem famílias, ainda que estes laços em determinados momentos tenham sido fragilizados ou rompidos. Possuem também um lugar de origem, sendo a maioria delas provenientes de bairros periféricos da cidade, como a maioria da população em situação de rua da cidade. Como aborda Miranda (2016) são pessoas advindas de bairros com o histórico “de precariedade de serviços públicos essenciais como saneamento básico, assistência social e saúde, escolas com ensino de qualidade, inexistência de áreas de lazer, moradias precárias e inadequadas” (p. 82).

Dessa maneira, a trajetória de vida das mulheres em situação de rua informa também sobre a trajetória de vida delas e de suas famílias, que partem de um todo maior que é a população negra de Salvador ou de outras localidades do Brasil. Assim sendo, avaliar as condições da população negra forneceu subsídio para compreender o porquê da população de rua em Salvador ser composta majoritariamente por pessoas negras, chegando a 88,9% do total.

No entanto, a pesquisa revelou que ser mulher e negra em situação de rua é potencializar as opressões que já transitam nas relações da população negra em Salvador de forma geral (ROCHA, 2018) e que lhes conferem desvantagens sociais e econômicas que influenciam diretamente no acesso de toda população a saúde, educação, renda, moradia e alimentação. Como apontado por Góes e Nascimento (2013) quanto menor a renda, mais dificuldade a mulher terá para acessar os serviços de saúde, e nessa lógica, numa cidade como Salvador em que do grupo de pessoas desempregadas a população negra representa 93,6% sendo as mulheres negras 48,8 % desse total, as mulheres negras em situação de rua acessam de forma ainda pior estes indicadores.

As políticas públicas de saúde para população em situação de rua, ainda que existentes e pautadas pela Política Nacional da População em Situação de Rua – conquista do Movimento Nacional de População de Rua – é insuficiente para atender as demandas das pessoas em situação de rua, especialmente, pelo fato de não conseguirem mapear todas essas pessoas em todos os territórios da cidade. Esse contexto reforça as subnotificações dos dados sobre a população de rua em Salvador, e determinadas políticas públicas de saúde e atenção básica se tornam ainda mais distantes de mulheres grávidas e em situação de rua – e não somente pelo fato da oferta e demanda, mas muitas mulheres em situação de rua, como Dasdores, se

negam a serem acompanhadas por alguns profissionais de saúde e equipamentos de saúde, por já terem enfrentado diversas violências pelas quais lhes causaram traumas insuperáveis, de violências obstétricas a retirada compulsória e desrespeitosa de seu filho.

O uso de substâncias psicoativas realizados pelas interlocutoras dessa pesquisa e/ou a forma que são associadas a determinadas substâncias – ainda que estejam “de cara” – o que significa sem estar usando nada, reforça os maus tratos, apelidos e estigmas relacionados às mesmas, lhes desumanizando ao ponto de terem um pedido de socorro negado em meio a contrações de um parto. Esse estigma reforça o medo das mesmas de terem seus filhos e filhas retirados pelo Estado compulsoriamente, por serem vistas como incapazes de exercer a maternidade por serem mulheres em situação de rua e usuárias de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas.

Nesse sentido, a pesquisa ainda revelou que as mulheres em situação de rua, realizam práticas abortivas, geralmente sozinhas e/ou com o apoio de outras mulheres que lhes servem como rede – todas tão negras quanto as que abortam, geralmente são as mesmas que providenciam o método, bem como realizam sozinhas pelos becos e calçadas da cidade o procedimento, recorrendo aos serviços de saúde somente quando apresentam um quadro de gravidade – como hemorragia. Entretanto, apontam justificativas similares acerca da decisão pelo aborto, que se dá entre a falta de condições de permanecer com a gravidez diante de um contexto na rua (com vulnerabilidade e violências) e pelo fato de ter sido gravidezes frutos de estupros. Os sentimentos apresentados diante do aborto são diversos e nenhuma se demonstrou indiferente aos ocorridos, relatando assim culpa, tristeza, medo, e em determinados momentos alívio, por preferir abortar do que ver seu filho(a) nascerem em condições de precariedade pelas quais elas mesmas já enfrentam.

Concluo esse parágrafo afirmando que se o aborto de forma segura e com qualidade é uma questão de saúde, ou deveria ser, parir, trazer novas crianças ao mundo, a possibilidade de gerar e se ter filhos e filhas também deveria ser uma questão de saúde pública, sobretudo, ao analisarmos o contexto de mulheres negras, pobres e em situação de rua.

No entanto, as gravidezes de mulheres em situação de rua, não somente das interlocutoras desta pesquisa, mas de outras pesquisas que citei, se torna uma possibilidade, também, pelo fato dessas mulheres montarem suas próprias redes de

apoio, seja recorrendo a profissionais de sua confiança, sobretudo, os/as que trabalham na perspectiva da redução de danos, seja recebendo alimento e doações para elas e a criança através de pessoas pelas quais conheceram a partir de seus trânsitos nas ruas e militância.

Os resultados dessa pesquisa revelam que as mulheres em situação de rua possuem dificuldades em acessar o pré-natal em suas gestações, e por diversos fatores, sendo também pelo fato de não terem o hábito de acessar os serviços de saúde para quaisquer outros motivos, nem antes mesmo de suas chegadas às ruas. Porém, nem mesmo com a gravidez, se sentem motivadas a realizar o pré-natal, relatando a insegurança que adquiriram a partir de violências causadas nos atendimentos de saúde. A maioria delas descobrem a gravidez a partir dos sintomas que o próprio corpo manifesta, e geralmente recorrem à maternidade já no momento do parto.

Suas gravidezes são marcadas por violências e não diminui em nada as vulnerabilidade e situações violentas pelas quais enfrentam não estando grávidas. A partir de suas gestações possuem dificuldades em se alimentar da mesma forma que se alimentam em seus cotidianos não estando grávidas, o que as fazem rejeitar restos de alimentos, sobretudo, aqueles descartados no lixo.

As gestações das mulheres em situação de rua, ao mesmo tempo em que lhes trazem, a priori, sentimentos negativos pelo fato de estarem em condições de vulnerabilidades, as levam a um movimento de conciliação (parcial ou total) de suas relações com familiares, isso porque, essa é uma estratégia para que não sejam separadas definitivamente de seus/suas filhos/filhas, podendo assim delegar a mãe, avó, dentre outros parentes, o cuidado com as crianças.

Sabe-se que essa não é uma estratégia desenvolvida apenas por mulheres negras em situação de rua. O ato de recorrer às redes de parentesco para compartilhar o cuidado das crianças quando a mãe não pode e/ou não pretende exercer a maternidade é um movimento ancestral (COLLINS, 2019). As mulheres negras em situação de rua dessa pesquisa recorreram a essa estratégia quando se sentiram ameaçadas de terem suas crianças retiradas assim que nascessem, como aconteceu com Dasdores.

Esse movimento que fazem de retorno é possibilitado pelo que eu chamo de Corpo Sankofa, sendo assim realizado a partir dos corpos de mulheres negras em situação de rua que mesmo diante dos empecilhos encontrados em seus processos

reprodutivos, com todas as negações e direitos que lhes cabem, optam por gestarem. Trago enquanto opção pelo fato de também se posicionarem contrárias a determinadas gestações, realizando assim o aborto, o que muitas levam em consideração a maneira pela qual engravidaram. Geralmente abortam quando tais gravidezes são frutos de estupros.

As mulheres em situação de rua pelas quais tive contato não se colocam contrárias às suas gestações e desenvolvem outras formas de maternâncias, que se estabelecem entre o vínculo familiar e a continuidade nas ruas. No entanto, denunciam as condições de vida que levam, estando grávidas ou não. Nesse sentido, as trajetórias reprodutivas de mulheres negras em situação de rua dizem respeito não somente aos seus direitos reprodutivos, mas aos demais direitos negados que são tão essenciais quanto para uma vida saudável e sustentável.

Dessa maneira, o exposto pelas mulheres negras em situação de rua sobre suas trajetórias de vida e trajetórias reprodutivas suscitam questões que dizem respeito à Justiça Reprodutiva, onde os direitos reprodutivos dessas mulheres devem ser analisados conjuntamente com as questões de justiça social e direitos humanos. Pois, as trajetórias reprodutivas das interlocutoras indicam que não é somente o fato de poderem ou não gestar, mas quais condições são oferecidas pelas mesmas em um contexto em que lhes falta moradia, alimentação, renda, e ainda lidam cotidianamente com o acesso restrito a políticas de assistência social e saúde pelas quais compreendem suas especificidades.

Por fim, concluo que essa pesquisa torna-se reveladora de um cotidiano experienciado por mulheres negras em situação de rua em Salvador, onde suas trajetórias reprodutivas não dizem respeito somente às questões de ordem reprodutiva, mas dizem respeito a trajetórias de vidas pelas quais são marcadas pelas desigualdades de raça, classe e gênero, que se potencializam na medida em que tomamos como exemplo um corpo negro feminino em situação de rua.

REFERÊNCIAS

ABREU, Deivid de.; SALVADORI, Lizandra Vaz. Pessoas em situação de rua, exclusão social e rualização: reflexões para o serviço social. **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/180819/Eixo_3_188.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

ALVES, Maria Elaene Rodrigues. POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: a violência contra a mulher em situação de rua como expressão da questão social. **VII Jornada Internacional Políticas Públicas**. Cidade Universitária da UFMA, 2015.

ARANDA, W.; ADORNO, R. C. F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, 2004.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Ed. Terceiro Nome. 2011. 216 pp.

ALMEIDA, Daiane Jenifer Ribeiro de; QUADROS, Laura Cristina de Toledo. A pedra que pariu: Narrativas e práticas de aproximação de gestantes em situação de rua e usuárias de crack na cidade do Rio de Janeiro. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei, v.11, n. 1, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n1/18.pdf>. Acesso em: 30 mar. 21.

ALVARENGA, André Lima. Lugar e Memória: Cenários. **GEOgraphia**, v 19, n. 41, p. 110-122, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i41.a13822>. Acesso em: 15 ago. 21.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Buno. **A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília (DF): Instituto de Pesquisas Econômicas Avançadas, 2018.
aproximações, pesquisas, reflexões. São Paulo: Vetor, 2007.

BAPTISTA, R. *et al.* **Caracterização do abuso sexual em crianças e adolescentes notificado em um Programa Sentinela**. Campina Grande – PB. 2008.

BARBOSA, José Carlos Gomes. Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados. Brasília: IPEA, 2018. 120 f. : il. **Dissertação (mestrado)** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, área de concentração em Economia, 2018.

BASTIDE, Roger. **As Religiões Africanas no Brasil: Contribuição para uma**

Sociologia das Interpenetrações de Civilizações. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

BISCOTTO, Priscilla Ribeiro; JESUS, Maria Cristina Pinto; SILVA, Marcelo Henrique; OLIVEIRA, Deise Moura; Merighi, Miriam Aparecida Barbosa. Understanding of the life experience of homeless women. **Rev Enferm USP**, v. 50, n. 5, p. 749-755, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-623420160000600006>.

BORN, Claudia. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 240-265, 2001. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/sociologias/article/view/5736/3326>. Acesso em: 08 ago. 20.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc. **Réponses: pour une anthropologie réflexive.** Paris: Seuil, 1992. [br/index.php/revistaempauta/article/view/47216](http://www.scielo.br/index.php/revistaempauta/article/view/47216). Acesso em 30 out. 21.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano.** Brasília, 2014.

CARBONERA, Isabela Cristina. Mulheres em situação de rua e políticas públicas de saúde. 2017. 44 f., il. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharelado em Serviço Social) —Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

CARVALHO FILHO, Milton Júlio de. A pesquisa etnográfica com homens na fronteira entre o cárcere e a rua. *Tempo da Ciência*. São Paulo, v. 17, n. 34, 2010.

CARVALHO, Marcos Antonio Candido; SANTANA, Juliana Prates; VEZEDEK, Lucas. **Sumário Executivo da Pesquisa Cartografias dos Desejos e dos Direitos: Mapeamento e Contagem da População em Situação de Rua na Cidade do Salvador, Bahia, Brasil.** Projeto Axé, 2017.

CARVALHO, Sandra Moreira Costa de. “Os ditos sem” acesso a saúde da população em situação de rua. 202 f. **Dissertação** (Mestrado) – Universidade Católica do Salvador. Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação. Mestrado Políticas Sociais e Cidadania, Salvador, 2014.

COLARES, Sthephany Caroliny dos Santos; MARTINS, Ruimarisa Pena Monteiro. Maternidade: uma construção social além do desejo. **Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde**, Três Corações, v. 6, n. 1, p. 42-47, 2016. Disponível em:

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019.

COSTA, Samira Lima da. *et al.* Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 24, n. 3, p. 1089-1102, 2015.

CSORDAS, T. **Corpo, significado, cura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CREMESPE. Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. **Direitos sexuais e reprodutivos**. Disponível em: <http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=PublicacoesConteudoSumario&id=58>. Acesso em: 10 set. 21.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, 2002.

DAMASCENO, Belle. O custo do cuidado é sempre menor que o custo do reparo: Mulheres

DAMASCO, Mariana Santos. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1996). Rio de Janeiro: s.n., 2008. 159 f. **Dissertação** (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

DAOLIO, Jocimar; RIGONI, Ana Carolina Capellini; ROBLE, Odilon José. Corporeidade: o legado de Marcel Mauss e Maurice Merleau-Ponty. **Pro-Posições**, v. 23, n. 3, p. 179-193, set./dez. 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DESCARTES, René. As paixões da alma. In: DESCARTES, René. **Discurso do método; Meditações; objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas**. Tradução J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 73-142. (Os Pensadores).

DIEESE. A inserção produtiva dos negros nos mercados de trabalho metropolitanos. **Sistema PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego: Os negros no mercado de trabalho metropolitanos**. 2016. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseped/2008/2008pednegrossa.pdf>.

DINIZ, Debora; MADEIRO, Alberto; MEDEIROS, Marcelo. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. **Cien Saude Colet** [periódico na internet] (2016/Nov.). Disponível em: <http://www.cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/pesquisa-nacional-de-aborto-2016/15912?id=15912>. Acesso em: 08 dez. 21.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. 3. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FERRAZ DE OLIVEIRA, Débora. Insegurança nas ruas: uma etnografia do uso de crack no Centro Antigo de Salvador. 2013. 195 f. **Dissertação** (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2013.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. Mortalidade Materna no Brasil – Boletim Epidemiológico n.º 20/MS (Maio, 2020). **Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente**, 2020. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-mulher/mortalidade-materna-no-brasil-boletim-epidemiologico-n-o-20-ms-maio-2020/>.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão. O sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo Negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro**. 2ª Edição, Brasília: Brado Negro, 2017.

FONSECA, Maria Nazareth Soares. Posfácio. In: EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FÓRUM CENTRO VIVO. **Dossiê denúncia: Violações dos Direitos Humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas**. 2004.

Disponível em:

https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/ReabilitacaoAreasUrbanas/Biblioteca_Violacao_Direitos_Humanos_Centro_SP.pdf.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos Urbanos Errantes. Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos Urbanos Errantes. Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.

FRANGELLA, Simone Miziara. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2009.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa. Por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

GÓES, Emanuelle Freitas. Racismo, aborto e atenção à saúde: uma perspectiva interseccional. 105f. **Tese** (doutorado) – Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

GOES, Emanuelle Freitas; NASCIMENTO, Enilda Rosendo. Mulheres negras e brancas e os níveis de acesso aos serviços preventivos de saúde: uma análise sobre as desigualdades. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 571-579, out/dez 2013.

GONÇAVES, Talita Fernandes. Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade. 98f. **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre – RS, 2019.

GUÉRIOS, Paulo Renato. O estudo de trajetórias de vida nas Ciências Sociais: trabalhando com as diferenças de escalas. **Campos** (UFPR), v. 12, 2011, p. 22-94.

HOOKS, Bell. **Ain't I a woman?: Black women and feminism**. Boston: South End, 1981.

HOOKS, bell. **Eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Rio de

Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/salvador.html>.

IBGE. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. **Estudos e Pesquisas, Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 41, 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **População em situação de rua cresce e fica mais exposta à Covid-19**. 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=35811.

IPEA. Contribuições à nova agenda urbana: o relatório do concidades para a Conferência Habitat III. **Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília, Rio de Janeiro: Ipea. 2018. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8407/1/TD_2389.pdf.

LAGO, TANIA. Apresentação de Tânia Lago, representando o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento ao Supremo Tribunal Federal na audiência pública, no dia 3 de agosto de 2018. In: **Anis – Instituto de Bioética. Aborto: por que precisamos descriminalizar?: argumentos apresentados ao Supremo Tribunal Federal na Audiência Pública da ADPF 442**. Brasília: Letras Livres, 2019. 48 p.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. Tradução de João Manuel Ribeiro Coelho e Sergio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004. 137p.

LEVI, Giovanni. “Les usages de la biographie”. **Annales, Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 44, n. 6, p. 1325-1336, 1989.

LIMA, Débora Gabrielle da Rocha; SANTOS, Andressa Medeiros dos; MARTINS, Suzane Coelho. Invisíveis a céu aberto: gestante em situação de rua. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, 2021.

MACHADO, Mayk Diego Gomes da Glória. Mulheres no contexto da rua: a questão do gênero, uso de drogas e a violência. 2016. 195 f. **Dissertação** (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFUGUEL, R. (Orgs.) **El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre Editores, 2007. p. 127-167.

MALHEIRO, Luana. Tornar-se mulher usuária de crack: trajetórias de vida, cultura de uso e política sobre drogas no centro de Salvador, Bahia. **Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

MALHEIRO, Luana. “Tornando-se um usuário de crack”. In NERY FILHO, A. et. al. **As drogas na contemporaneidade: perspectivas clínicas e culturais**. Salvador, EDUFBA, pp. 79-100.

MARINHO, Marco Antonio Couto. Trajetórias de Vida: um conceito em construção. **Revista do Instituto de Ciências Humanas**, v. 13, n. 17, 2017.

MARTINS, Dinaê E. Necropolítica e a produção de morte da população em situação de rua. 113f. 2018. **Dissertação** (Mestrado em Saúde Coletiva), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2018.

MARTINS, Leda Maria. A oralitura da memória. **Brasil afro-brasileiro**, v. 2, p. 61-86, 2000.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDU/EDUSP, 1974. v. 2.

MBANDI, Nzinga; JESUS, Damiana de. Aborto e feminismo negro: um diálogo necessário e possível. In: **Cadernos Sisterhood – Mulheres negras e aborto: autonomia e liberdade**. NEGRAS – UFRB, 1ª Ed, 2016.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. Trad. Carlos Alberto R. de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2009. 271p.

Ministério da Saúde. Política Nacional de Humanização. Direitos dos Usuários do SUS. **Dicas em Saúde**. 2009. Créditos: Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/171_direitos_usuarios.html.

MIRANDA, Nadja Conceição de Jesus População de rua em Salvador: territórios e direito à cidade. Salvador, 2016. 239 f. : il. Color. **Tese** (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, 2016.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, n. 17, p. 240-264, jan./jun. 2007.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo Recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

MOREIRA, Tabita Aija Silva; CAVALCANTI, Carmem Plácida Souza; FERREIRA, Deyze da Silva; PAIVA, Ilana Lemos. Sobre “ser mulher e mãe” em situação de rua: invisibilidade na sociedade brasileira. **Em Pauta – Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, v. 19, n. 47, p. 121-137, 2021.

NARDES, Scarleth; GIONGO, Carmem Regina. Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. **Rev. Estud. Fem.**, v. 29, n. 1, Jan-Apr, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n166011>.

NATALINO, Marco. Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro

de 2012 a março de 2020). **Nota Técnica, Disoc – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais**. IPEA, n. 73, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10074/1/NT_73_Disoc_Estimativa%20da%20populacao%20em%20situacao%20de%20rua%20no%20Brasil.pdf.

negras, em situação de rua, maternidade e a guerra às drogas. **Carta Capital**. 2020. Disponível em: [https://www.cartacapital.com.br/justica/o-custo-do-cuidado-e-sempre-menor-](https://www.cartacapital.com.br/justica/o-custo-do-cuidado-e-sempre-menor-que-o-custo-do-reparo/)

OLIVEIRA, Alan Santos de. Sankofa: a circulação dos provérbios africanos: oralidade, escrita, imagens e imaginários. 2016. 120 f., il. **Dissertação** (Mestrado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

ÔRÍ. Direção de Raquel Gerber. **Brasil: Estelar Produções Cinematográficas e Culturais Ltda**, 1989, vídeo (131 min), colorido. Relançado em 2009, em formato digital. Disponível em: <https://www.facebook.com/uniaodetodasasnacoes/videos/1878768139068550/>. Acesso em: 14 mar. 21.

OYÈRÓNKÉ, oyèwùmí. **A invenção das mulheres – construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Trad: Wanderson Flor do Nascimento 1. ed. – Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2021

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. Salvador: EdUFBA, 2013.

PASSOS, Joana Célia dos. **As desigualdades educacionais, a população negra e a Educação de Jovens e Adultos**. 2010. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pacto_nacional_em/artigos/de_sigualdades_educacionais_eja.pdf.

PIRES FERREIRA, Maria Elisa Mattos. O corpo segundo Merleau-Ponty e Piaget. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 47-61, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212010000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 dez. 21.

PLATÃO. **Fédon**. Tradução de Jorge Paleikat e João Cruz Costa. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

POLÍTICA NACIONAL PARA INCLUSÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. Brasília/DF. 2008.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989.

PONTES, Vivian Volkmer. Significados de maternidade para mulheres com trajetória reprodutiva marcada por perdas gestacionais recorrentes. **Dissertação de Mestrado**. Universidade Federal da Bahia, PPGPSI, Salvador, 2009.

[que-o-custo-do-reparo/](https://www.cartacapital.com.br/justica/o-custo-do-cuidado-e-sempre-menor-que-o-custo-do-reparo/).

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz**

Nascimento. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

REIS, Vllma. Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras. **Nexo Jornal**, 2019. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/eventos/congresso-brasileiro-de-ciencias-sociais-e-humanas-em-saude/os-direitos-sexuais-e-reprodutivos-das-mulheres-negras/42630/>.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **SUR 24**, v.13 n. 24, p. 99-104, 2016.

Rocha, Edicarla Macêdo da. “Tudo é violência”: A percepção de violência de mulheres socialmente vulnerabilizadas do território do Pela Porco/Salvador/Ba. 69fls. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, Salvador, 2018.

ROMARO, Rita Aparecida; CAPITÃO, Claudio Garcia. **As faces da violência:**

ROSA, Anderson da Silva, BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. **Interface Comunicação, Saúde e Educação**, v. 19, n. 53, p. 275-85, 2015.

ROSA, Anderson da Silva; BRETAS, Ana Cristina Passarella. Mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo: um olhar sobre trajetórias de vida. 2012. 219 p. **Tese (Doutorado)** – Escola Paulista de Enfermagem (EPE), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). São Paulo, 2012.

SANTANA, Cássio Soares; FREITAS, Isabela Larissa da Silva; MESQUITA, Keyssse Suelen Fidéis de., ARAÚJO, Barbara Regia Oliveira de., ALMEIDA, Ana Valéria Alves. Assistência de Enfermagem a Mulher em Situação de Rua no Ciclo Gravídico – Puerperal: Uma Revisão de Literatura. **Ciências Biológicas e de Saúde UNIT**, Alagoas, v. 5, n. 2, p. 71-82, 2009.

SANTOS, Gilmar Trindade dos. **Políticas públicas para a população em situação de rua.** 2011. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3307/1/Gilmar%20Trindade%20dos%20Santos%20-%20Monografia%20vers%C3%A3o%20definitiva.pdf>.

SANTOS, Gilney Costa; BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; CONSTANTINO, Patrícia. “De quem é esse bebê?": desafios para o direito à maternidade de mulheres em situação de rua. **Cad. Saúde Pública**, v. 37, n. 5, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/43W7b6cGCYqXXdHVYSMngPw/?format=pdf&lang=pt>.

SANTOS, Iraci. Direito a ter direitos: Assistência Social a população adulta de rua em Salvador. **Dissertação.** 167f. Mestrado em Políticas Públicas e Cidadania. Universidade Católica de Salvador. 2014.

SANTOS, Milton. Cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Ed.). **O preconceito.** São Paulo: IMESP, 1996/1997.

SARAIVA, Vanessa Cristina dos Santos. **Repensando a adoção e a circulação de crianças na família brasileira.** Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj>.

SILVA, Eliana Aparecida Torrezan da. Gestação e preparo para o parto: programas de intervenção. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 208-215, 2013.

SILVA, Priscilla Coronel da; GOMES, Angela Quintanilha. A população em situação de rua no contexto pandêmico: Políticas sociais e a crise do atual estado brasileiro. **Conversas & Controvérsias**, v. 8, n. 1, 2021. e40080.
<https://doi.org/10.15448/2178-5694.2021.1.40080>.

SILVA, Thiago Henrique Costa; JORDÃO, Luciana Ramos; SILVA, Patrícia Leão Ferreira. A Invisibilidade das Mulheres em Situação de Rua e a Relativização dos seus Direitos. **Atâtôt – Revista Interdisciplinar De Direitos Humanos Da UEG**, v. 1, n. 2, p. 118-139, 2020. Disponível em:
<https://www.revista.ueg.br/index.php/atatot/article/view/10675>.

SILVEIRA, Adriana da; FURQUIM, Gabriel Martins. Aborto no Brasil: Inconstitucionalidade e Saúde Pública. **Revista Direitos Humanos & Sociedade – PPGD UNESC – v. 3, n. 1, 2020**.

SOUSA, Cinthya Raquel de Moura; COSTA, Raian Mateus Castelo Branco. Pedras Paulistas: a arquitetura hostil a serviço da “bio-necropolítica”. **Revista de Direito**, [S. l.], v. 13, n. 03, p. 01-33, 2021. DOI: 10.32361/2021130312817. Disponível em:
<https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/12817>. Acesso em: 4 dez. 21.

SOUZA, Carolina Cardoso Colhante de; SEI, Maíra Bonafé. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trauma e transmissão psíquica. **Analytica**, São João del Rei, v. 8, n. 15, p. 1-20, dez. 2019. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972019000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 nov. 21.

SUELI, Carneiro. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, n. 1, 2002.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora de rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas: Editora Alínea, 2004.

URIARTE, Urpi Montoya. “**O que é fazer etnografia para os antropólogos**”. Ponto Urbe, 2012.

VELHO, Gilberto. “Observando o familiar”. In: E. O. NUNES (org.) **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-46, 1978.

VERAS, Renata Meira; SOUZA, Gezilda Borges de; Macedo, Brian Teles Fonseca de; Guerra, Daisy Kitaoka. As condições de vida e de trabalho da população em situação de rua do centro histórico de Salvador, Bahia. **Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s.**, Florianópolis, Santa Catarina, v. 15, n. 106, p. 161-178–jan./jun. 2014.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade**. Copyright, 2007.

WEDDERBURN, Carlos Moore. **O racismo através da história: da antiguidade à modernidade**. Copyright, 2007.